

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO/Nº 01/2026

ANEXO IV MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS TÉCNICOS
ESPECIALIZADOS DE ESTRUTURAÇÃO
DE OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO
QUE ENTRE SI CELEBRAM A
COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE
SALVADOR – SALSEC E [XXXXXXXXXX].

A COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE SALVADOR – SALSEC, sociedade de economia mista integrante da administração indireta do Município de Salvador, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.084.637/0001-06, com sede na Rua das Vassouras, nº 01, Centro Histórico, Salvador/BA, CEP 40.026-048, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, por sua Diretora-Presidente, Sra. DANIELLE ALMEIDA LUZ, doravante denominada CONTRATANTE, e a **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº [xxxxxx], com sede em [xxxxxx], neste ato representada, na forma de seus atos constitutivos, por [nome e cargo], doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO, decorrente do Pregão Eletrônico SALSEC nº 01/2026, constante do Processo Administrativo SALSEC nº 131954/2026, que será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SALSEC – RILC e, subsidiariamente e nos pontos em que o RILC expressamente a recepcione, pela Lei Federal nº 14.133/2021; quanto ao objeto contratado, pela Lei nº 6.404/1976, pela Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente seu art. 39-A, com a redação dada pela Lei Complementar nº 208/2024, pela Lei Federal nº 14.430/2022, quando aplicável, pela Lei Municipal nº 9.822/2024, pelo Decreto Municipal nº 40.846/2025, pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), pela regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, especialmente as Resoluções CVM nº 9/2020, nº 30/2021, nº 60/2021, nº 80/2022, nº 160/2022 e nº 161/2022, conforme alteradas, consolidadas ou substituídas, pelas normas de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, quando aplicáveis, e pelas demais normas aplicáveis, bem como pelo Edital, pelo Termo de Referência, pela proposta vencedora e pelas cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente CONTRATO a contratação de instituição financeira especializada, habilitada para atuar como coordenadora de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos da legislação e regulamentação aplicável, para a prestação de serviços técnicos de estruturação de operação de securitização, lastreada na cessão onerosa e definitiva do direito autônomo ao recebimento de créditos tributários do Município de Salvador, inscritos ou não em dívida ativa, nos termos do art. 39-A da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Municipal nº 9.822/2024 e do Decreto Municipal nº 40.846/2025, compreendendo:

- I. o assessoramento técnico voltado à identificação, análise, depuração, avaliação e consolidação da carteira de créditos tributários municipais potencialmente elegível, inclusive quanto à sua aderência aos critérios legais, regulatórios, operacionais e documentais da operação, sem prejuízo da competência decisória da CONTRATANTE quanto à aprovação final da carteira elegível, precedida das manifestações institucionais cabíveis no âmbito da Administração Pública Municipal;
- II. o assessoramento técnico e regulatório necessário à estruturação, à coordenação, à colocação e à distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, a serem emitidas pela SALSEC, inclusive quanto ao suporte aos atos de registro, divulgação e condução da oferta exigidos pela regulamentação aplicável, sem prejuízo das competências próprias da SALSEC, da Fazenda Pública Municipal e dos prestadores de serviços essenciais envolvidos na fase de administração da operação de securitização, a serem contratados em momento posterior pela SALSEC;
- III. a prática dos atos, a elaboração, revisão, consolidação e coordenação dos documentos, materiais e providências necessários à emissão e à oferta das debêntures, inclusive perante a CVM, e, quando cabível, perante a ANBIMA, a B3 ou outras entidades de mercado envolvidas na operação, conforme o rito regulatório, os procedimentos de autorregulação aplicáveis e a infraestrutura de mercado utilizada; e
- IV. a coordenação e integração de todos os produtos da operação afetos ao seu escopo, admitida, quando cabível, a atuação complementar de apoio jurídico especializado, próprio ou de terceiro regularmente indicado, sem prejuízo da responsabilidade integral da CONTRATADA pela execução do núcleo do objeto.

1.2.A operação objeto deste CONTRATO será estruturada para emissão de debêntures lastreadas no direito autônomo ao recebimento de direitos creditórios originados de créditos tributários do Município de Salvador, inscritos ou não em dívida ativa, observados os critérios de elegibilidade da carteira a serem definidos no curso da estruturação da operação.

1.3.A operação objeto deste CONTRATO observará, como premissas obrigatórias:

- I. a realização de oferta pública de distribuição de valores mobiliários destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da regulamentação aplicável da CVM, observado que a oferta pública abrangerá debêntures da série sênior e eventual série mezanino, se integrada à tranche de mercado na estrutura final aprovada, enquanto a série subordinada, se prevista, poderá ser subscrita exclusivamente pelo Município de Salvador, nos termos da documentação da operação;
- II. a observância do regime jurídico da cessão onerosa, que será realizada de forma definitiva e *pro soluto*, sem coobrigação e sem retenção de risco de crédito pelo Município na qualidade de cedente, não configurando garantia de adimplemento, recompra, obrigação de substituição para preservação de rentabilidade, suporte de liquidez, obrigação de recomposição financeira ou qualquer forma de responsabilidade patrimonial do Município quanto à performance da carteira cedida, em conformidade com a Lei Municipal nº 9.822/2024, o Decreto Municipal nº 40.846/2025, a Lei Complementar nº 208/2024 e os instrumentos da operação;
- III. a possibilidade de subcontratação apenas de atividades acessórias, instrumentais ou complementares, desde que previamente aprovadas pela CONTRATANTE, vedada a transferência do núcleo do objeto; e
- IV. que a prestação dos serviços pela CONTRATADA constitui, como regra geral, obrigação de meio qualificada, inclusive quanto à estruturação da operação, à coordenação da oferta à distribuição da parcela dos valores mobiliários submetida ao regime de melhores esforços; e que, quanto à parcela da oferta submetida ao regime de garantia firme de colocação, a CONTRATADA assumirá a obrigação correspondente, nos exatos limites, condições, montantes e procedimentos previstos neste CONTRATO e nos instrumentos da oferta aprovados pela CONTRATANTE.

1.4.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I. o Edital do Pregão Eletrônico SALSEC nº 01/2026 e seus anexos;
- II. o Termo de Referência;
- III. a proposta da CONTRATADA; e
- IV. os demais documentos que instruem o Processo Administrativo SALSEC nº 131954/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

- 2.1. Para os fins do art. 104, inciso III, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SALSEC – RILC, e do art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, no que aplicável, considera-se a quantia de R\$ 1.230.000,00 (um milhão, duzentos e trinta mil reais) como valor máximo do presente CONTRATO.
- 2.2. O valor indicado no item 2.1 corresponde ao limite máximo de exposição financeira direta da SALSEC no âmbito da contratação, especialmente para fins de registro contratual, controle orçamentário, instrução administrativa, fiscalização e eventual ressarcimento excepcional de despesas de terceiros previamente autorizadas, comprovadas e reconhecidas como devidas, nos termos da Cláusula Décima Oitava deste CONTRATO.
- 2.3. O valor máximo do CONTRATO não se confunde com a remuneração principal da CONTRATADA, a qual possui natureza contingente, global, all-in e por resultado, sendo calculada pela aplicação da Taxa Percentual Global – TPG vencedora do certame, exclusivamente na hipótese de conclusão exitosa da operação, observadas as condições, limites, eventos de exigibilidade e vedações previstos na Cláusula Décima Terceira deste CONTRATO.
- 2.4. A indicação do valor máximo previsto nesta cláusula não autoriza pagamento antecipado, pagamento por mera mobilização, remuneração mínima, remuneração parcial automática, indenização ampla, reequilíbrio econômico-financeiro, recomposição genérica de custos ou qualquer desembolso desvinculado das hipóteses expressamente previstas neste CONTRATO.
- 2.5. Caso a operação seja concluída com sucesso, a remuneração principal da CONTRATADA observará exclusivamente a disciplina própria da Cláusula Décima Terceira, sendo suportada na forma prevista na documentação da operação e no presente CONTRATO, sem ampliação da exposição financeira direta da SALSEC além das hipóteses expressamente admitidas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. Os serviços serão executados sob supervisão da SALSEC, em regime de contrato por escopo, de forma predominantemente remota, sem prejuízo de reuniões, apresentações, diligências e atividades presenciais necessárias, organizando-se em quatro fases vinculadas a Produtos, marcos de execução, critérios de aceite e manifestação formal da SALSEC para prosseguimento:
- I. Fase 1 – Fase Preliminar à Estruturação;
 - II. Fase 2 – Fase de Estruturação da Operação;
 - III. Fase 3 – Fase de Distribuição das Debêntures; e
 - IV. Fase 4 – Fase Preliminar de Implantação Operacional Pós-Liquidação.

- 3.2.O detalhamento dos Produtos, entregáveis, conteúdos mínimos, dependências, fluxos operacionais, marcos intermediários, critérios técnicos e demais aspectos específicos de cada fase constará dos anexos técnicos I a IV, que integram este CONTRATO.
- 3.3.As fases poderão ser desenvolvidas de forma concomitante, parcial, escalonada ou sobreposta, desde que as atividades estejam previstas em cronograma, plano de trabalho ou programação aprovados pela SALSEC, que sejam compatíveis com as dependências e marcos críticos da operação e não importem aceite, aprovação tácita, encerramento automático de fase, ou que não envolvam ato que demande autorização de prosseguimento ou prática de ato sujeito à deliberação formal da SALSEC.
- 3.3.1. Permanecem sujeitos à manifestação formal da SALSEC, entre outros atos relevantes, o aceite de Produtos e fases, a aprovação da estrutura final da emissão, dos documentos da oferta e dos materiais de divulgação externa, a prática de protocolos, registros, *bookbuilding* vinculante, alocação final, fechamento, liquidação, assinatura de documentos definitivos e qualquer alteração relevante de cronograma, escopo, risco, custo, estratégia de distribuição ou premissas aprovadas.
- 3.3.2. A SALSEC poderá, mediante manifestação motivada, reprogramar, limitar, suspender ou não autorizar atividades específicas, inclusive executadas em paralelo, quando verificar risco jurídico, regulatório, operacional, informacional, econômico-financeiro ou desalinhamento com as premissas aprovadas, sem prejuízo do dever da CONTRATADA de comunicar tempestivamente fatos que recomendem providência equivalente.
- 3.4.Pedidos de dados, acessos, esclarecimentos, validações, aprovações, pendências, deliberações, retornos regulatórios e demais ocorrências relevantes deverão ser registrados em meio formal definido pela SALSEC, para fins de rastreabilidade, governança, gestão do cronograma, escalonamento e aferição de eventual suspensão, ajuste ou reprogramação de prazo.
- 3.4.1. Os prazos das fases poderão ser suspensos, ajustados ou reprogramados pelo período em que subsistirem pendências relevantes de dados, documentos, acessos, validações, manifestações internas, retornos de reguladores, entidades de mercado, agências classificadoras, prestadores essenciais, assessorias especializadas ou órgãos correlatos, desde que formalmente registradas e não imputáveis à CONTRATADA ou a terceiros por ela coordenados.

- 3.5. A conclusão de cada fase não decorrerá do mero decurso de prazo, mas do cumprimento substancial e verificável dos Produtos, entregáveis, obrigações de coordenação e demais requisitos aplicáveis, observado o aceite técnico formal e, quando cabível, a deliberação expressa da SALSEC quanto ao prosseguimento.
- 3.6. Em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do CONTRATO, a CONTRATADA deverá indicar seu Responsável Técnico e respectivo substituto, ambos com poderes de coordenação técnica e interlocução executiva, permanecendo responsável pela suficiência, senioridade e disponibilidade da equipe mobilizada. A substituição dependerá de comunicação prévia à SALSEC e poderá ser recusada motivadamente quando houver perda objetiva de capacidade técnica, disponibilidade, senioridade ou aderência ao escopo.
- 3.7. Nenhum documento de oferta, material de apresentação, minuta ou peça regulatória poderá ser utilizado para fins externos, inclusive perante investidores, reguladores ou entidades de mercado, sem prévia aprovação da SALSEC, ressalvadas comunicações estritamente operacionais autorizadas no fluxo da operação.
- 3.8. O procedimento de colocação da emissão observará regime misto, aplicável exclusivamente à tranche de mercado, composta pela série sênior e, se aprovada, por eventual série mezanino destinada a investidores, excluída a série subordinada, que, se prevista, observará tratamento próprio na documentação da operação.
- 3.8.1. O regime misto compreenderá: I. garantia firme de colocação no montante de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), a cargo da CONTRATADA, constituindo premissa estrutural, mínima, fixa e inderrogável da contratação, da proposta vencedora e da emissão; e II. colocação da parcela residual da tranche de mercado, bem como de eventual lote adicional aprovado, sob regime de melhores esforços.
- 3.8.2. A garantia firme não poderá ser reduzida, suprimida, fracionada, postergada, condicionada de modo incompatível com o Edital, o Termo de Referência ou este CONTRATO, nem convertida, total ou parcialmente, em regime de melhores esforços.
- 3.8.3. A obrigação de garantia firme somente se tornará eficaz e exigível após a aprovação, pela SALSEC, da estrutura final da emissão, das condições da oferta e dos documentos pertinentes; a assinatura dos documentos definitivos da operação e do contrato de distribuição aplicável; o cumprimento ou a dispensa formal das condições precedentes e a verificação dos pressupostos operacionais e regulatórios necessários ao lançamento, fechamento e liquidação da oferta.

- 3.8.4. No regime de melhores esforços, a CONTRATADA deverá empregar, com observância das práticas usuais e diligentes de mercado, da regulamentação aplicável e da documentação da oferta, todos os meios técnicos, comerciais, operacionais, documentais, informacionais e regulatórios razoavelmente esperados de instituição coordenadora para promover a colocação da parcela residual, sem assumir obrigação automática de subscrição, integralização ou liquidação do saldo não colocado, salvo previsão expressa aprovada pela SALSEC.
- 3.8.5. A insuficiência ou inexistência de colocação da parcela residual, referente à tranche de mercado em regime de melhores esforços, não configurará, por si só, inadimplemento, desde que a CONTRATADA demonstre, de forma objetiva, rastreável e auditável, o cumprimento diligente e tempestivo de seus deveres de coordenação, distribuição, reporte, documentação e observância regulatória.
- 3.8.6. Configuração inadimplemento contratual, conforme a gravidade, a prestação de informações inconsistentes, a omissão relevante sobre a distribuição, a inobservância injustificada dos deveres de melhores esforços, a condução da oferta em desacordo com a estratégia aprovada, a desistência, recusa, limitação ou descumprimento da garantia firme de colocação, ou a adoção de qualquer ato que a esvazie, mitigue ou torne ineficaz.
- 3.8.7. O contrato de distribuição e os documentos da oferta deverão discriminar, de forma clara, objetiva e segregada, o montante sujeito ao regime de garantia firme, a parcela sujeita ao regime de melhores esforços, as responsabilidades da CONTRATADA em relação a cada parcela da oferta e ao respectivo regime de colocação, a mecânica de exigibilidade da garantia firme, os procedimentos de alocação, fechamento e liquidação da oferta, bem como os critérios de comprovação documental da colocação realizada.
- 3.9. As fases e Produtos da execução contratual são os seguintes:
- I. Fase 1 – Fase Preliminar à Estruturação, destinada a organizar a execução contratual, subsidiar a avaliação preliminar do lastro e instruir a deliberação da SALSEC sobre o prosseguimento da operação, compreendendo:
- a) Produto 1.1 – Cronograma Detalhado e Consolidado;
 - b) Produto 1.2 – Pacote de *Due Diligence* do Lastro dos Créditos; e
 - c) Produto 1.3 – Relatório Consolidado da Fase 1;

- II. Fase 2 – Estruturação da Operação, destinada a consolidar a estrutura técnica, econômico-financeira, regulatória e documental da operação, compreendendo:
 - a) Produto 2.1 – *Rating* Preliminar;
 - b) Produto 2.2 – Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira;
 - c) Produto 2.3 – Estratégia Preliminar de Estruturação e Distribuição da Emissão; e
 - d) Produto 2.4 – Relatório Consolidado da Estruturação;
 - III. Fase 3 – Distribuição das Debêntures, destinada a estruturar a oferta perante o mercado, executar a distribuição e consolidar documentalmente o fechamento da operação ou, nas hipóteses admitidas, o encerramento regular da oferta sem liquidação da emissão, sem afastamento, mitigação ou descumprimento da garantia firme quando eficaz e exigível, compreendendo:
 - a) Produto 3.1 – Estruturação da Oferta;
 - b) Produto 3.2 – Execução da Oferta; e
 - c) Produto 3.3 – Dossiê de Fechamento da Operação; e
 - IV. Fase 4 – Fase Preliminar de Implantação Operacional Pós Liquidação, destinada ao suporte técnico inicial à implantação operacional da emissão, à integração entre a SALSEC e os prestadores essenciais e à transição para a fase de manutenção, com natureza consultiva, técnica, recomendatória, comparativa e de coordenação inicial, compreendendo:
 - a) Produto 4.1 – Plano de Suporte Operacional Inicial;
 - b) Produto 4.2 – Suporte à Implantação e Integração; e
 - c) Produto 4.3 – Relatório Consolidado de Implantação Operacional Inicial.
- 3.9.1. As peculiaridades, os conteúdos mínimos, entregáveis, dependências, fluxos, marcos, critérios técnicos, prazos e demais aspectos operacionais de cada Produto constarão dos respectivos anexos técnicos, observadas, em qualquer caso, as disposições deste CONTRATO e as deliberações formais da SALSEC.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O presente CONTRATO vigorará pelo prazo de 27 (vinte e sete) meses, contados da data de sua assinatura, sem prejuízo da eficácia condicionada à publicação de seu extrato, na forma da legislação aplicável.

4.2.O CONTRATO possui natureza de contrato por escopo, orientado pelo cumprimento integral do objeto contratado, estruturado em fases, Produtos, marcos, critérios de aceite e deliberações formais da SALSEC, compreendendo as atividades de estruturação, coordenação, protocolo, registro, distribuição da oferta pública e conclusão dos atos necessários à liquidação financeira da emissão, sem prejuízo das obrigações acessórias e de suporte técnico pós-entrega expressamente previstas neste instrumento.

4.2.1. Quando expressamente autorizado pela SALSEC, nos limites previstos no Termo de Referência e neste CONTRATO, a execução poderá abranger suporte técnico, operacional e de coordenação no início da fase de manutenção da operação, restrito à implantação, transição e estabilização inicial dos fluxos operacionais, sem se confundir com a manutenção integral da operação ou com acompanhamento durante a vigência das debêntures.

4.3.A conclusão de cada fase e a conclusão global do objeto não decorrerão do mero decurso do prazo de vigência, mas do cumprimento das obrigações contratuais, da apresentação dos Produtos e entregáveis exigidos, da superação dos marcos aplicáveis e da emissão dos atos formais de aceite técnico e de deliberação da SALSEC.

4.4.A extinção por cumprimento do objeto ocorrerá com a conclusão integral do escopo contratado, consideradas as fases efetivamente autorizadas e executadas, a apresentação dos Produtos, documentos, relatórios, dossiês, matrizes, minutas, memórias de cálculo, evidências e demais entregáveis exigidos, o aceite técnico final da SALSEC e o adimplemento das obrigações pós-entrega expressamente previstas.

4.5.Caso, por deliberação formal da SALSEC ou nas demais hipóteses admitidas neste CONTRATO, a operação não avance à fase subsequente, o CONTRATO poderá ser considerado parcialmente executado e encerrado quanto ao escopo efetivamente cumprido, sem prejuízo dos efeitos contratuais, remuneratórios, sancionatórios e indenizatórios cabíveis, observado que a execução parcial ou o encerramento sem conclusão exitosa da operação não gera, por si só, direito à remuneração principal da CONTRATADA.

4.6.O prazo de vigência poderá ser prorrogado por termo aditivo, mediante justificativa formal, interesse da SALSEC, compatibilidade com a legislação de regência, com o RILC e com a natureza do objeto, especialmente quando a complexidade da operação, tramitação regulatória, manifestações de órgãos ou entidades competentes, fechamento, implantação inicial, suspensões, reprogramações, dependências registradas, interesse público ou necessidade de continuidade da execução exigirem dilação temporal compatível com a boa execução do objeto.

- 4.7. A prorrogação não constitui direito subjetivo da CONTRATADA e dependerá de manifestação expressa da SALSEC, regularidade da execução contratual, manutenção das condições de habilitação e qualificação, inexistência de óbice jurídico, regulatório ou sancionatório e formalização do respectivo termo aditivo antes do término da vigência em curso.
- 4.8. A não prorrogação do prazo de vigência não gerará, por si só, direito a indenização, compensação ou reequilíbrio, ressalvadas as hipóteses legalmente cabíveis e aquelas expressamente previstas neste CONTRATO.
- 4.9. Permanecem aplicáveis, durante a vigência e, nos termos estabelecidos neste contrato e na legislação aplicável, as obrigações de confidencialidade, preservação de informações e evidências, suporte técnico pós-entrega, responsabilidade pelos Produtos apresentados e demais obrigações de eficácia pós-contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste CONTRATO, no Edital, no Termo de Referência, na regulamentação aplicável e na documentação da operação, constituem obrigações da CONTRATADA:

- I. executar o objeto contratado com diligência, tempestividade, qualidade técnica, consistência metodológica e observância da legislação e da regulamentação aplicáveis, especialmente das normas da CVM, das entidades de mercado e dos padrões compatíveis com operações de estruturação, coordenação, registro, distribuição e implantação operacional inicial de oferta pública de debêntures;
- II. cumprir o escopo contratado, os marcos, prazos, Produtos, critérios de aceite e deliberações formais da SALSEC;
- III. manter, durante a execução contratual, regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, regulatória, operacional, econômico-financeira e de habilitação compatível com as obrigações assumidas;
- IV. indicar e manter representante responsável pela interlocução com a SALSEC, bem como equipe técnica suficiente à execução do objeto, comunicando previamente alterações relevantes em sua representação, equipe ou capacidade de execução;
- V. participar de reuniões, apresentações, diligências, atos presenciais ou virtuais e demais interações necessárias à execução do objeto, em prazo compatível com a operação e os seus marcos contratuais;

- VI. identificar e comunicar tempestivamente à SALSEC exigências, riscos, inconsistências, lacunas, limitações informacionais ou insuficiências documentais objetivamente detectáveis que possam impactar a execução do cronograma consolidado, a estruturação e a viabilidade da operação, a obtenção de *rating*, a oferta ou a liquidação das debêntures, a implantação inicial da operação pós-liquidação ou a regularidade regulatória;
 - VII. atuar em articulação com a assessoria jurídica da operação, eventuais subcontratados, prestadores essenciais e demais agentes envolvidos, assegurando a compatibilização dos documentos, fluxos, informações e procedimentos afetos ao seu escopo, sem prejuízo da segregação de responsabilidades própria de cada agente;
 - VIII. corrigir, revisar, complementar, reapresentar ou refazer, às suas expensas e sem ônus adicional para a SALSEC, estudos, documentos, relatórios, análises, informações ou Produtos que apresentem erro, omissão, inconsistência, inadequação técnica ou desconformidade imputável à CONTRATADA;
 - IX. entregar os Produtos em formato completo, auditável, rastreável e compatível com sua análise, validação, reutilização institucional pela SALSEC e integração à documentação da operação, observadas as limitações legais, regulatórias e de sigilo;
 - X. responder integralmente, perante a SALSEC, pelos atos, documentos, Produtos, prazos, conformidade regulatória e qualidade técnica dos serviços executados diretamente ou por terceiros a ela vinculados;
 - XI. observar os limites materiais e temporais do suporte operacional inicial pós-liquidação, eventualmente previsto neste CONTRATO, sem assumir atribuições exclusivas da SALSEC, do agente fiduciário ou dos demais prestadores essenciais;
 - XII. arcar com tributos, contribuições, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais ônus decorrentes da execução dos serviços, sem prejuízo das retenções legalmente exigíveis; e
 - XIII. prestar, sem custo adicional, esclarecimentos técnicos pontuais sobre os Produtos e documentos por ela elaborados, durante a vigência contratual e, após o encerramento, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, desde que diretamente relacionados aos serviços executados e sem configurar nova demanda, ampliação de escopo ou consultoria continuada.
- 5.1.1. Não integram o núcleo das obrigações da CONTRATADA a assunção de prerrogativas públicas de cobrança, arrecadação ou representação judicial do Município de Salvador ou da SALSEC, bem como a substituição das competências decisórias da SALSEC quanto à aprovação da estrutura final, dos documentos da oferta e do prosseguimento de cada fase da operação.

5.2. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste CONTRATO, no Edital, no Termo de Referência, na regulamentação aplicável e na documentação da operação, constituem obrigações da SALSEC:

- I. fornecer à CONTRATADA, na medida de sua disponibilidade, competência e restrições legais aplicáveis, informações, documentos, dados e elementos necessários à execução dos serviços;
- II. colaborar para a adequada execução do objeto, inclusive quanto ao encaminhamento de demandas, consolidação de posicionamentos institucionais e viabilização dos atos, manifestações, aprovações e decisões sob sua alçada;
- III. envidar os melhores esforços para que as informações e os documentos formalmente fornecidos sejam corretos, consistentes, atualizados e suficientes, comunicando superveniências relevantes que possam impactar os serviços;
- IV. designar representantes, interlocutores, gestor e fiscais do contrato, aptos a acompanhar a execução, interagir com a CONTRATADA, analisar Produtos, formular solicitações e encaminhar deliberações;
- V. analisar, validar, aprovar, rejeitar ou determinar complementações dos Produtos apresentados pela CONTRATADA, na forma e segundo a governança prevista neste CONTRATO;
- VI. praticar os atos societários, institucionais, documentais e decisórios de sua competência necessários à estruturação, aprovação, emissão, oferta, fechamento e implantação inicial pós-liquidação da operação;
- VII. celebrar, na qualidade de parte legítima, os instrumentos definitivos da operação que dependam de sua manifestação de vontade, inclusive aqueles relacionados à emissão das debêntures, à cessão dos direitos creditórios, à constituição e administração do patrimônio separado, ao regime fiduciário e à contratação dos prestadores essenciais;
- VIII. coordenar, no âmbito de sua competência e governança interna, a interação com órgãos, secretarias, unidades, agentes públicos ou privados cuja manifestação, informação, validação ou providência seja necessária à execução do objeto;
- IX. contratar os prestadores essenciais da operação, diretamente ou por meio da estrutura contratual prevista nos documentos da operação, observada a governança aplicável, podendo a CONTRATADA prestar apoio técnico quando cabível; e

X. efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA na forma, nos prazos e nas condições estabelecidos neste CONTRATO, desde que cumpridos os requisitos de medição, entrega, aceite, evento de sucesso e demais condições aplicáveis.

5.3. A SALSEC não responderá por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, nem por danos causados a terceiros por ato, omissão, falha técnica, conduta irregular ou inadimplemento da CONTRATADA, de seus representantes, empregados, prepostos, parceiros ou subcontratados.

5.4. As obrigações relativas a confidencialidade, proteção de dados, integridade, conflito de interesses, preservação de informações e evidências, patrimônio separado, contas vinculadas, *waterfall*, mecanismos de proteção, prestadores essenciais e demais matérias transversais observarão, adicionalmente, as cláusulas específicas deste CONTRATO.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRESTADORES ESSENCIAIS DA OPERAÇÃO

6.1. Para os fins deste CONTRATO, consideram-se prestadores essenciais da operação, entre outros exigidos pela estrutura aprovada e pela documentação definitiva da emissão, o agente fiduciário, a assessoria jurídica, a assessoria de cobrança, o escriturador, o banco mandatário ou agente de pagamento, o banco liquidante, a agência de classificação de risco, quando aplicável, a depositária ou infraestrutura de mercado – B3, e demais participantes operacionais, informacionais ou documentais indispensáveis ao fechamento, à implantação inicial e à estabilização dos fluxos operacionais da operação.

6.2. Os prestadores essenciais da operação serão contratados pela SALSEC, diretamente ou por meio da estrutura contratual prevista nos documentos da operação, observadas a governança interna aplicável, a legislação de regência, o RILC e as aprovações formais cabíveis, podendo a CONTRATADA, mediante autorização da SALSEC, apoiar tecnicamente sua seleção, contratação, substituição, implantação inicial e integração.

6.2.1. Quando prestar o apoio referido no item anterior, a CONTRATADA deverá apresentar nota técnica objetiva e comparativa, com identificação das alternativas avaliadas, critérios técnicos, operacionais, regulatórios e econômicos considerados, justificativa da recomendação e declaração de inexistência de conflito de interesses ou, se existente, descrição completa da situação e das medidas de mitigação propostas.

6.3. As atribuições materiais, operacionais, fiduciárias, escriturais, de liquidação, classificação de risco, custódia, registro, negociação, administração de patrimônio separado, representação de debenturistas e demais funções próprias de cada prestador essencial, constarão dos respectivos instrumentos da operação, não se presumindo sua transferência à CONTRATADA.

6.4. Sem prejuízo da segregação de responsabilidades de cada prestador essencial, a CONTRATADA permanecerá responsável, perante a SALSEC, pela coordenação, integração, compatibilização e tempestividade dos entregáveis, documentos, fluxos e providências afetos ao seu escopo contratual.

6.5. A definição, seleção, contratação, substituição, formalização, implantação inicial e integração dos prestadores essenciais observarão a etapa da operação, a natureza da função desempenhada, o regime procedimental aplicável, os critérios técnicos e os fluxos de deliberação previstos neste CONTRATO, admitida condução escalonada ou sobreposta quando tecnicamente necessária ao fechamento da operação, à liquidação financeira, à implantação operacional inicial ou à transição para a fase de manutenção.

6.6. Os custos e despesas dos prestadores essenciais observarão a disciplina prevista na documentação definitiva da emissão e neste CONTRATO, não se confundindo com a remuneração da CONTRATADA, salvo quando expressamente incluídos no preço contratual nos termos do Edital, do Termo de Referência e da proposta vencedora.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PATRIMÔNIO SEPARADO E DO REGIME FIDUCIÁRIO

7.1. A operação objeto deste CONTRATO compreenderá a constituição de patrimônio separado e a instituição de regime fiduciário sobre os direitos creditórios cedidos, com segregação patrimonial e regras de administração, controle, governança e fluxo financeiro disciplinadas na documentação definitiva da operação e na política própria aplicável.

7.2. Integrarão o patrimônio separado, na forma da documentação definitiva da operação, os direitos creditórios cedidos, seus acessórios, garantias eventualmente vinculadas aos próprios créditos cedidos, contas vinculadas, recursos, valores recebidos, bens e direitos relacionados, bem como os demais ativos e instrumentos destinados à sustentação, proteção e execução da operação, permanecendo segregados do patrimônio comum da SALSEC e de outros patrimônios separados eventualmente existentes.

7.3. A CONTRATADA deverá estruturar, compatibilizar, revisar e coordenar, no âmbito de seu escopo, as minutas, documentos, mecanismos, fluxos e providências necessários à constituição e implementação do patrimônio separado e do regime fiduciário, assegurando aderência à modelagem econômico-financeira, ao *rating*, aos mecanismos de proteção, à segregação patrimonial e à regulamentação aplicável.

7.4. A disciplina completa do patrimônio separado, do regime fiduciário, da ordem de prioridade de pagamentos, das contas vinculadas, dos mecanismos de proteção, das regras de administração, controle e prestação de informações e das demais regras operacionais e fiduciárias constará da escritura de emissão, do contrato de cessão de direitos creditórios, dos demais instrumentos definitivos da operação e da política própria aplicável, não se confundindo com o objeto deste CONTRATO de prestação de serviços técnicos especializados.

7.5. A documentação definitiva da operação não poderá atribuir ao Município de Salvador, na qualidade de cedente, coobrigação, recompra, suporte de liquidez, recomposição financeira, garantia pessoal ou assunção de risco de crédito relativamente aos direitos creditórios cedidos ou às debêntures emitidas, devendo observar o regime jurídico da cessão onerosa, definitiva e *pro soluto*.

7.6. A SALSEC permanecerá responsável, na qualidade de emissora, cessionária dos direitos creditórios e administradora do patrimônio separado, pela gestão da operação e pela governança do patrimônio separado, sem prejuízo das atribuições próprias do agente fiduciário e dos demais prestadores essenciais. A previsão desta cláusula não transfere à CONTRATADA responsabilidades legais, regulatórias, fiduciárias ou operacionais próprias da SALSEC, do agente fiduciário ou dos demais prestadores essenciais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONTAS VINCULADAS, DA ORDEM DE PRIORIDADE DE PAGAMENTOS E DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO

8.1. A operação compreenderá a definição e implementação de contas vinculadas, ordem de prioridade de pagamentos — *waterfall* — e mecanismos de proteção, conforme a estrutura aprovada pela SALSEC, a documentação definitiva da operação, a política própria aplicável e a regulamentação incidente.

8.2. As contas vinculadas terão por finalidade a segregação, recepção, movimentação, retenção, aplicação, controle e destinação dos recursos vinculados ao patrimônio separado, inclusive valores provenientes dos direitos creditórios cedidos, fundo de reserva, pagamentos das debêntures, despesas da operação e demais fluxos financeiros relacionados.

8.3. A *waterfall* estabelecerá, na documentação definitiva da operação, a sequência de alocação e destinação dos recursos do patrimônio separado, observados os direitos dos titulares das debêntures, a recomposição dos mecanismos de proteção, o pagamento das despesas da operação, as regras de subordinação e os demais eventos e gatilhos estruturais previstos.

8.3.1. As despesas da operação e os pagamentos realizados no âmbito da *waterfall* não se confundem com a remuneração da CONTRATADA, que somente será devida e paga nas hipóteses expressamente previstas neste CONTRATO.

8.4. Constituem mecanismos mínimos de proteção, sem prejuízo de outros tecnicamente recomendados e aprovados pela SALSEC na estrutura definitiva, o Fundo de Reserva, o Índice de Cobertura — IC, o Índice de Liquidez — IL, a subordinação, inclusive por meio de debêntures subordinadas, e demais mecanismos de reforço estrutural, bloqueio, amortecimento de fluxo, segregação patrimonial e proteção da emissão compatíveis com o desenho final da emissão, vedada qualquer interpretação que implique compensação, ressarcimento, recomposição financeira ou assunção de risco pelo cedente.

8.5. A CONTRATADA deverá estruturar, compatibilizar, revisar e coordenar, no âmbito de seu escopo, as minutas, documentos, fluxos, memórias de cálculo, parâmetros e providências necessários à implementação das contas vinculadas, da *waterfall* e dos mecanismos de proteção, assegurando aderência à modelagem econômico-financeira, ao patrimônio separado, ao regime fiduciário, ao rating, à garantia firme, ao regime de melhores esforços, ao *bookbuilding*, às condições finais da oferta e às exigências regulatórias, fiduciárias, operacionais e de mercado aplicáveis.

8.6. A documentação definitiva da operação disciplinará, no mínimo, a identificação, função e movimentação das contas vinculadas; os critérios de ingresso, alocação interna, aplicação e liberação de recursos; a ordem de prioridade de pagamentos; a constituição, manutenção, utilização, reconstituição interna e liberação do Fundo de Reserva; a metodologia, periodicidade, gatilhos e consequências do IC e do IL; as regras de subordinação, bloqueio, alocação de excedentes, reforço estrutural, reconstituição interna de proteção, redirecionamento de fluxo, providências corretivas, controle, monitoramento, reporte e prestação de informações, vedada qualquer interpretação que implique compensação, ressarcimento, recomposição financeira ou assunção de risco pelo cedente.

8.7. A SALSEC permanecerá responsável, na qualidade de emissora, cessionária e administradora do patrimônio separado, pela governança geral dos fluxos da operação, sem prejuízo das atribuições próprias do agente fiduciário, banco mandatário ou agente de pagamento, banco liquidante, escriturador e demais prestadores essenciais, não se transferindo à CONTRATADA funções materiais de administração financeira, movimentação de contas, execução de pagamentos, controle fiduciário, escrituração, liquidação ou representação de debenturistas.

8.8. Sempre que a definição, calibragem, revisão ou alteração de conta vinculada, elemento da *waterfall* ou mecanismo de proteção puder impactar materialmente o risco de crédito, o *rating*, a liquidez, a garantia firme, a precificação, o fundo de reserva, a subordinação ou a consistência econômico-financeira, documental ou operacional da modelagem, a CONTRATADA deverá comunicar previamente à SALSEC e, em qualquer caso, antes da implementação ou consolidação da medida, apresentar análise técnica dos impactos, alternativas, riscos e providências recomendadas.

8.9. A estrutura das contas vinculadas, da *waterfall* e dos mecanismos de proteção deverá conferir robustez econômica, previsibilidade de fluxo, proteção creditícia e consistência documental à operação, inclusive para fins de avaliação por agência classificadora de risco, aceitação de mercado e sustentação da oferta pública.

CLÁUSULA NONA – DOS ENTREGÁVEIS, DA LICENÇA DE USO E DO HANDOVER

9.1. Os estudos, relatórios, pareceres, minutas, matrizes, modelos de fluxo, memórias de cálculo, bases tratadas, apresentações, materiais de oferta, documentos regulatórios e demais documentos ou entregáveis produzidos especificamente no âmbito da contratação serão de titularidade da SALSEC, assegurado à Companhia o direito de uso, reprodução, adaptação, compartilhamento interno, encaminhamento a órgãos de controle, auditores, consultores, assessores e demais agentes envolvidos na operação, para fins de execução, governança, fiscalização, auditoria, prestação de contas, defesa administrativa ou judicial, continuidade operacional ou eventual retomada da estruturação.

9.1.1. A titularidade e o direito de uso previstos no item 9.1 permanecerão assegurados à SALSEC ainda que a operação seja suspensa, interrompida, redimensionada, não aprovada ou encerrada antes da distribuição das debêntures, hipótese em que a CONTRATADA deverá entregar à Companhia todos os produtos, documentos e materiais até então produzidos, em estágio compatível com a fase de execução contratual.

9.2. Permanecem de titularidade da CONTRATADA suas metodologias, *softwares*, modelos proprietários, *templates*, bibliotecas, rotinas internas e materiais preexistentes ou de uso geral, ficando outorgada à SALSEC licença não exclusiva, irrevogável, gratuita e por prazo indeterminado para utilização dos elementos incorporados aos entregáveis, na medida necessária aos fins previstos neste CONTRATO.

9.3. Em caso de encerramento normal ou antecipado do CONTRATO, a CONTRATADA deverá realizar transição técnica ordenada, sem custo adicional, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo prazo diverso fixado pela SALSEC, compreendendo a entrega dos arquivos finais e, quando existentes, versões editáveis, memórias de cálculo, premissas, dicionários de dados, registros de versões relevantes, pendências, próximos passos, prazos, marcos abertos, interfaces, protocolos, comunicações relevantes e esclarecimentos técnicos razoáveis para continuidade dos trabalhos pela SALSEC ou por terceiro indicado.

9.3.1. A conclusão da transição técnica dependerá da entrega de *checklist* formal de transferência, contendo a relação dos arquivos, documentos, memórias, versões, pendências, interfaces, acessos, protocolos e informações transferidas, bem como a identificação do responsável técnico da CONTRATADA para os esclarecimentos pós-entrega previstos neste CONTRATO.

9.4. A transição técnica não importará cessão de segredo de negócio, código-fonte ou ferramenta proprietária da CONTRATADA além do estritamente necessário à compreensão e uso dos entregáveis pela SALSEC.

9.5. Sem prejuízo da transição técnica, a CONTRATADA deverá prestar à SALSEC, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses contados da liquidação financeira da oferta ou do encerramento do CONTRATO, o que ocorrer por último, esclarecimentos e suporte técnico-documental razoáveis sobre os estudos, relatórios, minutas, documentos, materiais e Produtos por ela elaborados, exclusivamente para atendimento de questionamentos de reguladores, entidades de mercado, agente fiduciário, auditoria independente, órgãos de controle, Ministério Público, investidores ou autoridades competentes, desde que tal suporte não configure nova consultoria, reestruturação da operação, ampliação de escopo ou elaboração de Produto substancialmente novo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONFORMIDADE E INTEGRIDADE

10.1. A CONTRATADA deverá observar, durante a fase pré-contratual e a execução deste CONTRATO, os mais elevados padrões de ética, integridade, transparência, boa-fé, lealdade procedimental e conformidade, em aderência à legislação aplicável, ao Edital, ao Termo de Referência, ao RILC da SALSEC, ao Código de Ética e Conduta da SALSEC e às demais políticas, normas e procedimentos internos que lhe sejam formalmente aplicáveis.

10.2. É vedado à CONTRATADA, por si ou por seus administradores, empregados, representantes, prepostos, subcontratados, parceiros, integrantes de consórcio ou pool e demais terceiros vinculados à execução do objeto, praticar atos de corrupção, fraude, simulação, falsidade, conluio, lavagem de dinheiro, conflito de interesses não tratado, favorecimento indevido, uso abusivo de influência, utilização indevida de informação sigilosa, privilegiada ou estratégica, ou qualquer conduta que comprometa a licitude, a regularidade, a integridade ou a confiança necessária à contratação e à operação.

10.3. A CONTRATADA deverá adotar medidas razoáveis, efetivas e proporcionais de integridade, controle, prevenção de irregularidades e gestão de sua cadeia de execução, permanecendo responsável, perante a SALSEC, pela atuação de terceiros por ela mobilizados.

10.4. A CONTRATADA deverá declarar e manter atualizadas, durante toda a execução contratual, informações sobre conflito de interesses real, potencial ou superveniente, inclusive decorrente de vínculo societário, contratual, econômico, comercial, operacional, concorrencial ou relacional com investidores, prestadores essenciais, subcontratados, parceiros, grandes devedores do lastro, entidades de mercado, reguladores, agentes da operação, administradores, acionistas ou terceiros relevantes.

10.4.1. Identificado conflito de interesses real, potencial ou superveniente, a CONTRATADA deverá comunicá-lo imediatamente à SALSEC, com indicação dos impactos possíveis e das medidas de mitigação, segregação ou afastamento propostas, abstendo-se da prática de atos potencialmente contaminados até deliberação da SALSEC, quando cabível.

10.5. A CONTRATADA deverá declarar previamente eventual interesse próprio, de sociedade de seu grupo econômico ou de integrante de consórcio ou *pool* na subscrição, aquisição, retenção, revenda ou estruturação econômica dos valores mobiliários da oferta, bem como atuação simultânea de tesouraria, mesa proprietária, área comercial, coordenação, estruturação ou distribuição que possa afetar a imparcialidade da recomendação técnica, do *bookbuilding*, do rateio, da alocação ou da condução da oferta.

- 10.5.1. Na hipótese do item anterior, a CONTRATADA deverá comprovar, quando exigido pela SALSEC, a adoção de barreiras informacionais, segregação funcional, trilha formal de aprovação interna, critérios objetivos de rateio e alocação e registros auditáveis das decisões relevantes, vedados instrumentos paralelos, cartas acessórias, repartições ocultas de remuneração ou ajustes informais que alterem a equação econômica, a alocação de riscos ou o regime de distribuição aprovado.
- 10.5.2. A CONTRATADA deverá assegurar que as informações, documentos, bases de dados, critérios de elegibilidade, projeções de fluxo, modelagens, premissas econômico-financeiras, registros, análises e demais elementos relacionados à carteira fiscal do Município de Salvador, acessados ou produzidos em razão deste CONTRATO, sejam utilizados exclusivamente para a execução do objeto contratado, sendo vedada sua utilização para benefício próprio, de sociedades de seu grupo econômico, de integrantes de consórcio ou pool, de carteiras próprias de investimento, mesas proprietárias, fundos, veículos de investimento, investidores, clientes, parceiros comerciais ou terceiros não autorizados.
- 10.5.3. É expressamente vedado à CONTRATADA utilizar informações privilegiadas, estratégicas, fiscais, cadastrais, financeiras, estatísticas, operacionais ou regulatórias relativas à carteira fiscal, à carteira potencialmente elegível, aos créditos cedidos ou à operação para favorecer, direta ou indiretamente, carteiras próprias de investimento, posições proprietárias, estratégias de tesouraria, operações com partes relacionadas, investidores específicos, ordens de aquisição, rateio, alocação, revenda, retenção ou qualquer outra decisão econômica relacionada aos valores mobiliários objeto da oferta.
- 10.5.4. A CONTRATADA deverá manter mecanismos internos de segregação funcional, barreiras informacionais, controle de acesso, registro de usuários, trilhas auditáveis, supervisão de compliance e prevenção de conflitos de interesses, de modo a impedir o compartilhamento indevido de informações da carteira fiscal entre as áreas de estruturação, coordenação, distribuição, tesouraria, mesa proprietária, gestão de recursos, análise, comercialização, custódia, negociação ou quaisquer outras áreas que possam se beneficiar indevidamente das informações acessadas no âmbito da contratação.
- 10.5.5. A CONTRATADA deverá apresentar à SALSEC, com periodicidade mensal ou sempre que solicitado, relatório de conformidade contendo, no mínimo:
- I. declaração de observância das obrigações de sigilo, confidencialidade, proteção de dados, segurança da informação e prevenção de conflitos de interesses;

- II. descrição das barreiras informacionais e controles de acesso adotados;
- III. indicação de eventuais conflitos de interesses identificados e das medidas de mitigação implementadas;
- IV. registro de acessos relevantes às informações da carteira fiscal, quando solicitado pela SALSEC;
- V. declaração de inexistência de uso das informações para favorecimento de carteiras próprias de investimento, posições proprietárias, partes relacionadas, investidores ou terceiros não autorizados; e
- VI. indicação de eventual incidente, irregularidade, violação, exceção ou desvio de conformidade ocorrido no período.

10.6. A SALSEC poderá exigir, a qualquer tempo, esclarecimentos, documentos, declarações, comprovações, evidências e diligências relacionados ao cumprimento desta cláusula, inclusive quanto a transações com partes relacionadas, conflitos de interesses, vínculos relevantes e aderência às políticas internas aplicáveis.

10.7. A prática de conduta vedada, a omissão de conflito relevante, a mitigação insuficiente, a prestação de informação falsa ou incompleta, o uso indevido de informação ou a violação de deveres de integridade sujeitarão a CONTRATADA às consequências previstas neste CONTRATO, no Edital, no RILC da SALSEC e na legislação aplicável, sem prejuízo da comunicação às autoridades competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA CONFIDENCIALIDADE E DO USO E PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO

11.1. A CONTRATADA, seus administradores, empregados, representantes, prepostos, subcontratados, parceiros, integrantes de consórcio ou *pool* e demais terceiros vinculados à execução do objeto deverão preservar o sigilo, a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade, a rastreabilidade e a segurança das informações, documentos, bases de dados, materiais, minutas, modelos, memórias de cálculo, apresentações, relatórios, registros, comunicações e demais conteúdos acessados em razão deste CONTRATO, especialmente aqueles relacionados à carteira fiscal do Município de Salvador, à carteira potencialmente elegível, aos créditos cedidos, aos contribuintes, às projeções de fluxo, às premissas de recuperabilidade e à modelagem da operação, vedada sua utilização, exploração, divulgação, compartilhamento, extração, armazenamento ou tratamento para finalidade estranha à execução da operação, salvo autorização prévia e expressa da SALSEC ou imposição legal ou regulatória.

11.2. A CONTRATADA deverá observar a LGPD, as normas de sigilo aplicáveis, a regulamentação do mercado de capitais e os controles da SALSEC sobre tecnologia da informação, segurança cibernética, proteção de dados, classificação da informação, gestão de acessos, monitoramento, minimização, retenção, descarte, canais autorizados e ambientes seguros.

11.3. A divulgação pública, institucional, comercial, promocional ou reputacional da participação da CONTRATADA na operação, bem como o uso do nome, marca, logomarca, documentos, materiais ou referências à SALSEC, ao Município de Salvador ou à operação dependerá de autorização prévia e expressa da SALSEC, ressalvadas divulgações obrigatórias por lei, norma regulatória ou ordem de autoridade competente, hipótese em que a SALSEC deverá ser previamente comunicada, sempre que juridicamente possível.

11.4. A CONTRATADA deverá comunicar à SALSEC, em até 24 (vinte e quatro) horas da ciência, qualquer incidente real ou potencial de segurança da informação, proteção de dados, sigilo, acesso indevido, uso indevido de informação, comprometimento de ambiente seguro, perda de rastreabilidade, irregularidade regulatória ou fato que possa afetar a operação, indicando, sempre que possível, a natureza do evento, data de identificação, dados, documentos, ambientes ou fluxos afetados, impactos potenciais ou verificados, medidas já adotadas, providências recomendadas, cronograma estimado de remediação e responsáveis pela resposta.

11.5. Em caso de incidente, a CONTRATADA deverá adotar providências imediatas de contenção, mitigação e controle, preservar evidências, logs, registros, trilhas, documentos e vestígios, cooperar integralmente com a SALSEC na apuração, tratamento, reporte e remediação, implementar às suas expensas as medidas corretivas cabíveis em sua esfera de responsabilidade e abster-se de realizar comunicação externa que envolva a SALSEC, a operação, os dados, investidores ou documentos da oferta sem prévia anuência escrita da SALSEC, salvo obrigação legal, regulatória ou ordem de autoridade competente.

11.6. A CONTRATADA deverá manter plano escrito de resposta a incidentes e registros auditáveis de acesso, extração, compartilhamento, retenção, descarte e incidentes relacionados aos dados e informações tratados no âmbito da operação, franqueando-os à SALSEC sempre que solicitado.

11.7. Encerrado o tratamento dos dados ou extinto este CONTRATO, a CONTRATADA deverá, conforme orientação da SALSEC e no prazo assinalado, cessar o uso, devolver, eliminar ou anonimizar definitivamente os dados e informações acessados, ressalvada a retenção estritamente necessária ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, encaminhando declaração escrita de encerramento do tratamento com a indicação dos dados devolvidos, eliminados, anonimizados ou retidos e a respectiva justificativa.

11.8. A CONTRATADA deverá manter, durante a execução contratual e pelo prazo legal, regulatório ou contratualmente exigido, dossiê completo, íntegro, organizado, auditável e rastreável da operação, contendo versões relevantes de documentos, minutas, modelos e materiais de oferta, registros de comunicações, deliberações, aprovações, pendências, bases, memórias de cálculo, parâmetros, logs, trilhas de auditoria, interações com investidores, prestadores, reguladores e entidades de mercado, evidências de diligência, incidentes, medidas corretivas, documentos de fechamento e demais elementos necessários à comprovação da regularidade da execução contratual e da operação.

11.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar à SALSEC, sempre que solicitado, documentos, registros, evidências e informações relacionados à execução do objeto, bem como cooperar com a fiscalização contratual, auditoria interna e externa, *compliance*, órgãos de controle, Tribunais de Contas, CVM, ANBIMA, B3 e demais autoridades, reguladores ou entidades competentes, vedada a omissão de informação relevante, a não preservação de evidências, o retardamento injustificado, a apresentação de informação incompleta ou qualquer ato que dificulte ou interfira indevidamente na atuação dessas instâncias.

11.10. A CONTRATADA responderá pela confidencialidade, integridade, rastreabilidade e preservação das informações também em relação à sua cadeia de execução, devendo assegurar que terceiros vinculados ao objeto observem os mesmos padrões previstos neste CONTRATO, constituindo inadimplemento contratual o descumprimento desta cláusula, sem prejuízo de perdas e danos, custos, penalidades, medidas cautelares ou corretivas, sanções cabíveis e comunicação às autoridades competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL

12.1. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência deste CONTRATO e pelo prazo adicional aplicável à apresentação de reclamações relacionadas a fatos ocorridos durante sua execução, seguro de responsabilidade civil profissional, admitida cobertura equivalente para erros e omissões, compatível com os riscos do objeto, com período de retroatividade e prazo adicional de reclamação adequados à modalidade contratada.

12.2. O Limite Máximo de Indenização – LMI deverá observar o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do CONTRATO, limitado a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), devendo a cobertura ser contratada com seguradora autorizada pela SUSEP ou, quando admitida cobertura internacional, com seguradora ou resseguradora de capacidade reconhecida e documentação idônea apta a demonstrar sua exigibilidade no Brasil.

12.2.1. Franquia, participação obrigatória da CONTRATADA ou mecanismo equivalente não poderá comprometer, a critério motivado da SALSEC, a utilidade prática da cobertura nem reduzir substancialmente a efetividade do LMI aplicável aos riscos do CONTRATO.

12.3. A CONTRATADA deverá apresentar à SALSEC, em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do CONTRATO, comprovante de contratação ou manutenção da apólice, com identificação da seguradora, vigência, LMI, Limite Máximo de Garantia, quando aplicável, e principais condições da cobertura, devendo comprovar, sempre que solicitado, a regularidade, vigência, renovação, substituição, prorrogação, adimplemento do prêmio e inexistência de suspensão da apólice.

12.4. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à SALSEC qualquer cancelamento, suspensão, não renovação, redução material de cobertura, exclusão relevante, negativa de cobertura ou evento que possa comprometer a suficiência ou eficácia do seguro.

12.5. A manutenção, acionamento ou não acionamento da apólice não afasta, limita nem substitui a responsabilidade integral da CONTRATADA, nem impede a aplicação de sanções contratuais ou o dever de reparar integralmente os prejuízos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA

13.1. A remuneração principal da CONTRATADA terá natureza de preço contratual contingente, global, all-in e por resultado, correspondente à aplicação da Taxa Percentual Global – TPG vencedora do certame, incidente exclusivamente sobre o montante das debêntures seniores e, quando houver, das debêntures mezanino destinadas à colocação no mercado, efetivamente subscritas, regularmente integralizadas e financeiramente liquidadas no âmbito da operação aprovada pela SALSEC, seja por investidores, seja pela CONTRATADA em cumprimento da garantia firme de colocação, nos limites, condições e parâmetros previamente aprovados pela SALSEC, não incidindo, em qualquer hipótese, sobre debêntures subordinadas.

13.2. A remuneração principal somente será exigível na hipótese de conclusão exitosa da operação, assim entendida como a ocorrência cumulativa de:

- I. cumprimento regular, completo e tecnicamente adequado dos Produtos e obrigações indispensáveis ao fechamento da operação;
- II. emissão dos atos formais de aceite técnico e de prosseguimento das fases antecedentes;
- III. aprovação formal, pela SALSEC, da estrutura final da emissão, dos documentos da oferta e da implementação da distribuição;

- IV. efetiva distribuição, subscrição, integralização e liquidação financeira das debêntures seniores e, quando houver, das debêntures mezanino, nos limites e condições aprovados, inclusive, quando cabível, dos montantes subscritos, integralizados e financeiramente liquidados em cumprimento da garantia firme de colocação; e
- V. entrega do Dossiê de Fechamento da Operação e do Relatório Consolidado de Encerramento da Fase 3, com mapa final de alocação, comprovantes de subscrição, integralização e liquidação, documentos finais assinados, checklist das condições precedentes e demais evidências exigidas, seguida de manifestação formal da SALSEC validando o fechamento.

13.3. A remuneração principal não será devida pelo mero decurso de prazo, entrega material de documentos, realização de atos preparatórios, aceite técnico isolado de Produto ou Fase, abertura de coleta de intenções de investimento, subscrição não liquidada ou qualquer evento intermediário que não caracterize a conclusão exitosa da operação.

13.4. Os atos de medição e aceite técnico constituem pressupostos necessários, mas não autônomos, da exigibilidade da remuneração principal, não gerando, isoladamente, direito a pagamento parcial, fracionado, proporcional ou antecipado, permanecendo aplicáveis as regras de execução por escopo, fases, Produtos, aceite formal, deliberação da SALSEC e vedação de aceite tácito previstas neste CONTRATO.

13.5. A remuneração principal compreende, de forma integral e exaustiva, todos os custos, despesas, tributos, encargos, mobilização, equipe, diligências, deslocamentos, *roadshow*, despesas para realização do *bookbuilding*, materiais, emolumentos, registros, publicações, suporte documental, articulação regulatória, integração operacional, subcontratações admitidas custos, riscos e encargos associados à garantia firme obrigatória de colocação e demais dispêndios necessários à execução do objeto até o fechamento da operação, não sendo devido qualquer pagamento adicional, complementar, reflexo ou superveniente, salvo nas hipóteses excepcionais expressamente previstas neste CONTRATO.

13.6. Caracterizada a conclusão exitosa da operação, e após a emissão do ato formal da SALSEC reconhecendo o evento de sucesso, validando a base de cálculo de incidência da Taxa Percentual Global - TPG vencedora e aprovando a memória de cálculo da remuneração principal, para o pagamento da remuneração principal será efetuado pela SALSEC em até 30 (trinta) dias contados do recebimento do documento fiscal regularmente emitido pela CONTRATADA e da juntada dos documentos comprobatórios exigidos ao processo administrativo de pagamento.

13.7. Na hipótese de não conclusão exitosa da operação, não será devida a remuneração principal da CONTRATADA, sem prejuízo da disciplina específica do não prosseguimento da operação e do eventual ressarcimento excepcional de despesas de terceiros previamente autorizadas, observado o teto nominal obrigatório de R\$1.230.000,00 (um milhão, duzentos e trinta mil reais).

13.8. É vedado o pagamento à CONTRATADA, direta ou indiretamente, de qualquer parcela econômica diversa da remuneração principal, inclusive remuneração variável autônoma ou paralela, prêmio de performance, prêmio de garantia firme autônomo ou apartado, remuneração por êxito, margem ou melhora de precificação, lote adicional, reabertura de oferta, realocação interna entre séries, recomposição automática de custos próprios, despesas indiretas, mobilização, equipe interna, prospecção, risco de mercado, estratégia comercial ou qualquer vantagem instituída, ampliada, deslocada ou reaberta em contrato de distribuição, instrumento paralelo ou acessório, adesão a consórcio ou grupo de distribuição, subcontratação ou documento correlato.

13.8.1. A vedação do item anterior aplica-se ainda que a operação apresente resultado econômico mais favorável à SALSEC, ao Município de Salvador ou à própria CONTRATADA, por se tratar de risco e oportunidade econômica internalizados na proposta vencedora e na competição licitatória.

13.9. Na hipótese de formação de pool, consórcio, grupo ou sindicato de distribuição, a remuneração interna entre as instituições participantes correrá por conta e risco da CONTRATADA e das demais participantes, sem gerar obrigação direta de pagamento da SALSEC nem alterar a remuneração total contratada.

13.10. A base de incidência da remuneração principal deverá excluir ordens canceladas, intenções não confirmadas, volumes indicativos, lotes não liquidados ou referências econômicas hipotéticas e, em qualquer hipótese, debêntures subordinadas, devendo a CONTRATADA demonstrar a ocorrência do evento de sucesso e o valor devido em memória de cálculo específica, instruída com os documentos comprobatórios do fechamento, da distribuição e da liquidação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MEDIÇÃO E DO ACEITE DOS PRODUTOS

14.1. A medição e o aceite dos Produtos têm por finalidade verificar o adimplemento material do CONTRATO, a qualidade técnica das entregas, a rastreabilidade dos atos praticados, a instrução das deliberações da SALSEC quanto ao prosseguimento entre fases e a demonstração dos pressupostos do evento final de sucesso previsto na Cláusula Décima Terceira.

14.2. Cada Produto somente será considerado medido quando houver sua execução e entrega formal pela CONTRATADA, acompanhada da documentação de suporte aplicável, e a SALSEC verificar sua completude, consistência, aderência ao escopo, suficiência técnica e metodológica, rastreabilidade, conformidade documental, utilidade prática e compatibilidade com este CONTRATO, o Termo de Referência, o Edital, a documentação da operação, a regulamentação aplicável e as deliberações já emitidas pela SALSEC.

14.3. A medição não se limitará à verificação formal da entrega, devendo abranger, no que couber, bases, memórias de cálculo, critérios, premissas, evidências, versões, decisões utilizadas, obrigações correlatas e inexistência de erro material, omissão relevante, inconsistência técnica ou inadequação metodológica imputável à CONTRATADA.

14.4. O aceite técnico constitui ato formal e expresso da SALSEC, posterior à medição satisfatória do Produto, e poderá ser materializado por termo de aceite, despacho de validação, manifestação da fiscalização, parecer técnico, ordem de prosseguimento ou documento equivalente admitido pela governança interna da SALSEC.

14.5. A medição satisfatória e o aceite técnico dos Produtos e Fases constituem pressupostos necessários, mas não autônomos, da exigibilidade da remuneração principal, não gerando, isoladamente, direito a pagamento parcial, fracionado, proporcional ou antecipado.

14.6. Verificada incompletude, inconsistência, inadequação técnica, insuficiência metodológica, falha documental ou desconformidade imputável à CONTRATADA, a SALSEC poderá rejeitar o Produto, devolvê-lo para saneamento, complementação, correção ou reapresentação, ou registrar pendências específicas a serem superadas antes do aceite técnico, sem custo adicional para a SALSEC e sem prejuízo das sanções e demais medidas cabíveis.

14.7. A conclusão de cada Fase dependerá do cumprimento dos respectivos Produtos, obrigações de coordenação e condições previstas neste CONTRATO, sempre mediante aceite técnico formal e deliberação expressa da SALSEC quanto ao prosseguimento, quando cabível.

14.8. A insuficiência ou inexistência de colocação da parcela residual sujeita ao regime de melhores esforços não impedirá, por si só, a medição e o aceite do Produto correspondente, desde que a CONTRATADA demonstre, de forma objetiva, rastreável e auditável, o cumprimento diligente dos deveres de coordenação, distribuição, reporte, documentação da oferta e observância regulatória aplicáveis.

14.9. A implementação da garantia firme será objeto de verificação material própria, vinculada à comprovação de sua instituição válida, eficaz e operacionalmente disponível, integrando a avaliação do adimplemento da Fase 3 e do evento final de sucesso, sem constituir parcela, subparcela ou fato gerador autônomo de pagamento.

14.10. O suporte operacional inicial da Fase 4, quando cabível, integra o escopo da remuneração principal da CONTRATADA, sendo medido com base nos marcos materiais de implantação, integração, transição e estabilização inicial previstos neste CONTRATO, exclusivamente para fins de verificação do adimplemento material e da conclusão da fase, sem geração de pagamento autônomo.

14.11. O silêncio da SALSEC, a fluência de prazo, a utilização provisória de documentos, a continuidade das tratativas ou a prática de atos preparatórios posteriores não configuram aceite tácito, presumido ou automático de Produto ou Fase.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

15.1. A taxa percentual global vencedora do certame, que define a remuneração principal da CONTRATADA na forma da Cláusula Décima Terceira, tem natureza percentual, contingente e vinculada ao evento final de sucesso, não se sujeitando a reajuste por IPCA ou por qualquer outro índice geral de preços durante a vigência contratual.

15.2. Na hipótese de atraso da SALSEC no pagamento de valor regularmente devido e exigível, desde que o atraso não decorra de ato, omissão, pendência documental, irregularidade fiscal, falha de faturamento ou fato imputável à CONTRATADA, incidirá atualização monetária pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, apurado pelo IBGE, calculada pro rata die entre a data do vencimento da obrigação e a data do efetivo pagamento, inclusive quanto a eventual ressarcimento excepcional reconhecido nos termos da Cláusula Décima Oitava.

15.2.1. A atualização monetária prevista no item 15.2 aplica-se exclusivamente à hipótese de mora no pagamento de valor regularmente devido e exigível, não configurando reajuste, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, recomposição extraordinária, remuneração adicional ou alteração da Taxa Percentual Global – TPG vencedora do certame.

15.2.2. Eventuais encargos moratórios, quando cabíveis, incidirão exclusivamente sobre a parcela vencida e não paga, pelo período de atraso imputável à SALSEC, observada a legislação aplicável e vedada sua incidência sobre valores inexigíveis, controvertidos, pendentes de comprovação ou não regularmente aceitos pela CONTRATANTE.

15.3. O reajuste não se confunde com revisão, reequilíbrio econômico-financeiro ou recomposição extraordinária, os quais permanecerão sujeitos aos requisitos próprios previstos neste CONTRATO e na regulamentação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser reconhecida nas hipóteses de ocorrência superveniente, extraordinária, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, fato do príncipe, fato da Administração ou evento equivalente juridicamente idôneo, desde que comprovado impacto efetivo sobre a equação econômico-financeira originalmente pactuada.

16.2. O pedido de reequilíbrio deverá ser apresentado por escrito e instruído com descrição do fato superveniente, demonstração do nexo causal, memória de cálculo, documentos comprobatórios, indicação da data de ocorrência e de ciência do evento, além da demonstração de que o fato não integra risco ordinário do negócio nem risco alocado à CONTRATADA.

16.3. Não caberá reequilíbrio quando o evento decorrer de risco ordinário da atividade da CONTRATADA, erro de avaliação, subprecificação, estratégia comercial, composição da proposta, risco assumido no certame, fato alocado à CONTRATADA pela matriz de riscos, pelo Edital, pelo Termo de Referência, por este CONTRATO ou pela proposta vencedora, ou custo já absorvido pela remuneração principal all-in.

16.3.1. Também não caberá reequilíbrio em razão de oscilação ordinária de mercado, alteração de apetite de investidores, sensibilidade de preço, frustração de demanda, insuficiência de *bookbuilding*, dificuldade ordinária de colocação, ajustes comerciais usuais, estratégia de distribuição, prospecção de investidores, timing de mercado, custos próprios ordinários da CONTRATADA, custos ordinários de subcontratados já internalizados na proposta ou despesas tratáveis pelos mecanismos próprios da operação.

16.3.2. A não conclusão exitosa da operação, por si só, não caracteriza desequilíbrio econômico-financeiro, nem autoriza revisão ampla do preço contratual, devendo ser examinada segundo a alocação de riscos definida neste CONTRATO e, quando aplicável, a disciplina específica do não prosseguimento da operação.

16.3.3. O reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ter por objeto ou efeito, direto ou indireto, a substituição, complementação, reforço ou recomposição de créditos tributários em razão de baixa performance da carteira, inadimplência do contribuinte, vícios ocultos, decurso do tempo, insuficiência de arrecadação, alteração de recuperabilidade ou qualquer outro evento relacionado ao risco de performance, liquidez ou cobrança dos créditos cedidos, admitindo-se a substituição de créditos exclusivamente nas hipóteses taxativamente previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 40.846/2025, vedada qualquer interpretação que configure coobrigação, recompra, garantia de rentabilidade, suporte de liquidez, recomposição financeira ou assunção de risco de crédito pelo Município de Salvador ou pela SALSEC.

16.4. O pedido será analisado pela SALSEC no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, sem prejuízo das diligências necessárias à sua adequada instrução, não importando o decurso do prazo deferimento tácito, presumido ou automático.

16.5. O processamento, pendência ou indeferimento do pedido de reequilíbrio não autoriza a suspensão unilateral da execução contratual, não configura, por si só, inadimplemento da SALSEC, nem gera direito à indenização, rescisão imotivada, paralisação do contrato ou exoneração de responsabilidade da CONTRATADA.

16.6. Reconhecido o direito à recomposição, o reequilíbrio será formalizado por termo aditivo ou instrumento formal equivalente, com delimitação objetiva de seus efeitos econômicos e temporais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. A CONTRATADA somente poderá subcontratar atividades acessórias, instrumentais ou complementares, desde que não haja transferência do núcleo do objeto, a atividade seja compatível com a boa execução da operação, exista aprovação prévia e expressa da SALSEC e não haja custo adicional, reembolso autônomo ou repasse financeiro à SALSEC além da remuneração principal contratada, ressalvada exclusivamente a hipótese excepcional prevista na Cláusula Décima Oitava.

17.2. A subcontratação não cria relação jurídica direta entre a SALSEC e o terceiro contratado, nem afasta ou atenua a responsabilidade integral da CONTRATADA pela seleção, supervisão, integração, qualidade técnica, conformidade regulatória, tempestividade, pagamento, consistência documental e resultado das atividades subcontratadas.

17.3. Toda subcontratação sujeita à aprovação da SALSEC deverá ser instruída, no mínimo, com identificação da subcontratada, escopo a ser executado, proposta técnica e comercial, comprovação de experiência e qualificação técnica, método de trabalho, equipe e entregáveis, declaração de independência e ausência de conflito de interesses, quando aplicável, demonstração de compatibilidade do preço com o mercado e declaração de que o custo está absorvido no preço global contratado.

17.3.1. A demonstração de compatibilidade de preço deverá observar critérios de economicidade, objetividade e comparabilidade, podendo utilizar propostas ou cotações formais, contratações similares, referências setoriais, fontes idôneas ou outros elementos aptos a demonstrar a razoabilidade do preço, devendo a CONTRATADA apresentar, sempre que tecnicamente viável, 3 (três) referências comparáveis ou justificar circunstanciadamente sua impossibilidade.

17.3.2. A mera apresentação de cotações não vincula a SALSEC nem supre a necessidade de análise crítica da compatibilidade do escopo, equipe, metodologia, prazo, entregáveis, premissas e preço da subcontratação com o mercado e com a lógica de preço global do CONTRATO.

17.4. A SALSEC deverá manifestar-se sobre a subcontratação em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento da documentação completa, podendo devolver o pedido para saneamento, hipótese em que o prazo somente terá início após a apresentação integral dos elementos exigidos.

17.4.1. O decurso do prazo de manifestação não autoriza aprovação presumida nem início da execução por terceiro sem aprovação prévia e expressa da SALSEC.

17.5. A SALSEC poderá rejeitar motivadamente a subcontratação em razão de insuficiência de experiência, inadequação metodológica, equipe incompatível, conflito de interesses, escopo inadequado, custos incompatíveis com a lógica de preço global, ausência de comprovação idônea de preço de mercado, inconsistência das referências apresentadas, fragilidade de confidencialidade, segurança da informação ou proteção de dados, ou incompatibilidade com o Edital, o Termo de Referência, este CONTRATO ou a estrutura da operação.

17.6. Rejeitada a subcontratação, caberá à CONTRATADA apresentar nova indicação ou executar diretamente a atividade, sem ônus adicional para a SALSEC, sem transferência do risco da seleção e sem suspensão automática do prazo global da fase ou do CONTRATO, ressalvada suspensão formalmente reconhecida pela SALSEC.

17.7. A substituição de subcontratada aprovada dependerá de nova aprovação prévia e expressa da SALSEC, observando-se, no que couber, o mesmo procedimento desta cláusula.

17.8. A CONTRATADA deverá assegurar que toda subcontratada admitida adira, no que couber, às obrigações de confidencialidade, integridade, conflito de interesses, segurança da informação, proteção de dados, preservação de evidências, cooperação com controle e reguladores, finalidade restrita de uso de informações e observância dos controles, protocolos e fluxos definidos pela SALSEC.

17.9. O procedimento específico previsto para a subcontratação da empresa de auditoria no âmbito do Produto 1.2 constitui disciplina especial e prevalece, no que for mais detalhado ou rigoroso, sobre esta cláusula, sem prejuízo de sua aplicação subsidiária.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO NÃO PROSSEGUIMENTO DA OPERAÇÃO E DO EVENTUAL RESSARCIMENTO EXCEPCIONAL DE DESPESAS DE TERCEIROS

18.1. A SALSEC poderá decidir, de forma formal, expressa e motivada, pelo não prosseguimento da operação ou pelo não avanço à fase subsequente quando evidenciada inviabilidade econômica, regulatória, jurídica, operacional ou mercadológica relevante, ou outra razão objetiva equivalente não imputável à CONTRATADA, inclusive nas hipóteses previstas neste CONTRATO.

18.2. Na hipótese de não conclusão exitosa da operação, não será devida a remuneração principal da CONTRATADA, por ausência do evento de sucesso previsto na Cláusula Décima Terceira.

18.3. Excepcionalmente, poderá ser reconhecido ressarcimento de despesas de terceiros previamente autorizadas pela SALSEC, desde que a despesa seja estritamente necessária à execução regular do objeto, diretamente vinculada à fase regularmente executada, documentalmente comprovada, compatível com preços de mercado, relacionada a Produtos apresentados de forma completa e tecnicamente adequada, e limitada ao teto nominal máximo de R\$1.230.000,00 (um milhão, duzentos e trinta mil reais), previsto no processo administrativo, no Edital, no Termo de Referência e neste CONTRATO.

18.3.1. Salvo deliberação expressa e motivada da SALSEC em sentido mais restritivo, somente poderão compor o ressarcimento excepcional despesas de terceiros vinculadas a classificação de risco, avaliação (*due diligence*) do lastro, assessoria jurídica, registros, emolumentos ou taxas externas exigidas por entidade administradora de mercado, autorregulador ou órgão regulador, e outros dispêndios externos individualizados, justificados e previamente autorizados pela SALSEC.

18.4. O ressarcimento excepcional possui natureza restitutória, residual, não automática e não remuneratória, não se confundindo com remuneração principal, reequilíbrio econômico-financeiro, indenização ampla ou recomposição genérica de custos da CONTRATADA.

18.5. É vedado o ressarcimento de custos próprios da CONTRATADA, de sua equipe interna, de despesas indiretas, mobilização, prospecção, deslocamentos ordinários, apresentações a investidores, despesas administrativas, estrutura comercial, interlocução ordinária com reguladores, entidades de mercado ou investidores, bem como de custo de oportunidade, margem, lucro cessante, remuneração implícita, ganho econômico esperado ou quaisquer despesas não autorizadas, não comprovadas, incompatíveis com os preços de mercado, decorrentes de falha imputável à CONTRATADA ou já abrangidas pela remuneração principal global e exaustiva prevista neste CONTRATO.

18.6. O pedido de ressarcimento deverá ser apresentado em até 15 (quinze) dias úteis contados da ciência formal da decisão de não prosseguimento, acompanhado de identificação do terceiro, ato de autorização prévia da SALSEC, instrumento contratual ou equivalente, nota fiscal ou documento idôneo, comprovante de pagamento, memorial de compatibilidade de preço, memória de cálculo, demonstração do nexos com o objeto ou fase executada e declaração de inexistência de duplicidade de cobrança ou recuperação por outra via.

18.6.1. A não apresentação tempestiva do pedido importará preclusão administrativa, ressalvada solicitação expressa da SALSEC para complementação, reapresentação ou saneamento de pedido tempestivamente protocolado.

18.7. O pedido será analisado pela SALSEC e poderá ser deferido integralmente, parcialmente ou indeferido, sempre por decisão motivada.

18.8. Quando o não prosseguimento decorrer, total ou parcialmente, de inadimplemento, falha técnica, insuficiência documental, inadequação metodológica, descumprimento regulatório, atraso imputável à CONTRATADA ou qualquer outra causa a ela atribuível, não será devida remuneração principal nem ressarcimento excepcional, sem prejuízo das sanções cabíveis.

18.9. O ressarcimento excepcional eventualmente reconhecido não implica aceite tácito da fase, quitação geral, exoneração de responsabilidade da CONTRATADA nem reconhecimento de adimplemento além dos limites expressamente fixados no ato que o deferir.

18.10. O valor total do ressarcimento excepcional, consideradas todas as despesas ressarcíveis no âmbito do contrato, ficará limitado ao teto nominal máximo agregado de R\$1.230.000,00 (um milhão, duzentos e trinta mil reais), nos termos do Edital, do Termo de Referência e deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO CONSÓRCIO E DO POOL DE DISTRIBUIÇÃO

19.1. A CONTRATADA poderá, quando admitido pela regulamentação aplicável, pela documentação da oferta e pela estrutura aprovada pela SALSEC, propor a formação de consórcio ou pool de distribuição com instituições intermediárias habilitadas, permanecendo como coordenadora líder e responsável principal perante a SALSEC.

19.2. A formação, alteração, ampliação, substituição ou redução de instituições integrantes do consórcio ou pool dependerá de aprovação prévia e expressa da SALSEC, mediante apresentação, no mínimo, da identificação das instituições, comprovação de habilitação técnica e regulatória, descrição de papéis e limites de atuação, plano de coordenação da distribuição, eventual alocação interna da garantia firme e declaração de inexistência de custo adicional para a SALSEC.

19.3. A aprovação da SALSEC não implicará assunção de obrigação direta perante as instituições participantes, nem novação, cessão, delegação, compartilhamento ou redução da responsabilidade principal da CONTRATADA.

19.4. A formação de consórcio ou pool não alterará o preço global, o regime de medição, aceite e pagamento, nem gerará comissão, taxa, reembolso, remuneração adicional ou pagamento direto pela SALSEC às instituições participantes, correndo a remuneração interna exclusivamente por conta e risco da CONTRATADA e dos demais integrantes.

19.5. Eventual repartição interna da garantia firme entre instituições participantes deverá observar este CONTRATO, o contrato de distribuição e a documentação da oferta, sem reduzir, mitigar, fracionar, postergar ou esvaziar, perante a SALSEC, a obrigação da CONTRATADA de assegurar o montante garantido obrigatório.

19.6. As instituições integrantes do consórcio ou pool deverão aderir, no que couber, às obrigações de confidencialidade, segurança da informação, integridade, prevenção de conflito de interesses, barreiras informacionais, rastreabilidade, manutenção de registros auditáveis, cooperação com controle e reguladores e demais deveres aplicáveis à distribuição, cabendo à CONTRATADA assegurar a centralização informacional, a coerência documental e o adequado reflexo da composição e atuação do consórcio ou pool na documentação da oferta e nos registros perante CVM, ANBIMA, B3 e demais entidades competentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

20.1. Quando aplicável à estrutura definitiva da operação, a distribuição pública das debêntures será formalizada por Contrato de Distribuição de Valores Mobiliários, a ser celebrado entre a SALSEC, a CONTRATADA e, quando cabível, as demais instituições intermediárias participantes, nos termos da regulamentação aplicável, da documentação da oferta e da estrutura aprovada pela SALSEC.

20.2. O Contrato de Distribuição constituirá instrumento operacional, documental e regulatório da oferta, sem prejuízo da prevalência, perante a SALSEC, deste CONTRATO quanto à remuneração, garantia firme, melhores esforços, responsabilidade da CONTRATADA, aprovações da SALSEC e demais obrigações assumidas.

20.3. A CONTRATADA deverá submeter previamente à SALSEC a minuta do Contrato de Distribuição e suas alterações relevantes, acompanhadas de nota objetiva sobre cláusulas críticas, interfaces regulatórias e impactos operacionais, econômicos, documentais e de risco, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data pretendida para assinatura ou implementação, sem prejuízo da necessidade de observância de autorização prévia da CVM, quando exigida pela regulamentação aplicável.

20.3.1. É vedada a celebração, adesão, execução ou início de eficácia de documento sujeito à aprovação da SALSEC antes da respectiva manifestação formal, bem como, quando cabível, antes da obtenção da autorização prévia da CVM exigida pela regulamentação aplicável.

20.4. O Contrato de Distribuição deverá ser compatível com o Edital, o Termo de Referência, este CONTRATO, a estrutura aprovada pela SALSEC e a regulamentação aplicável, disciplinando, no que couber, a identificação dos participantes, o regime de colocação, a garantia firme, os melhores esforços, os procedimentos de subscrição, alocação, integralização, liquidação, bookbuilding, rateio, tratamento de ordens, encerramento da oferta, controles regulatórios, deveres informacionais e atuação perante CVM, ANBIMA, B3 e demais entidades competentes.

20.5. É vedada a inclusão, no Contrato de Distribuição ou em documento correlato, de cláusula ou ajuste que:

- I. reduza, mitigue, fracione, postergue, converta ou esvazie a garantia firme obrigatória de R\$ 350.000.000,00;
- II. transforme indevidamente a tranche sujeita à garantia firme em regime de melhores esforços;
- III. transfira à SALSEC responsabilidade econômica, regulatória ou operacional própria da CONTRATADA ou das demais instituições participantes;
- IV. crie, perante a SALSEC, comissão, taxa, prêmio, reembolso, indenização, remuneração variável, vantagem econômica, ajuste paralelo ou obrigação de pagamento não prevista no Edital, na proposta vencedora ou neste CONTRATO;

- V. altere o regime remuneratório da CONTRATADA ou sirva de fundamento para cobrança, perante a SALSEC, relacionada a êxito, performance, economia de taxa ou spread, lote adicional, reabertura de oferta, ou alocação interna entre séries; ou
- VI. contrarie a estrutura aprovada, a regulamentação aplicável, as deliberações formais da SALSEC ou as regras deste CONTRATO.

20.5.1. As vedações dos incisos IV e V deste item não impedem a disciplina da remuneração interna entre as instituições participantes da distribuição, desde que tal disciplina não gere obrigação de pagamento da SALSEC, não altere a equação econômico-financeira deste CONTRATO e não fragilize a garantia firme, a alocação de riscos ou as demais obrigações assumidas pela CONTRATADA perante a SALSEC.

20.6. As cláusulas relativas à garantia firme deverão observar, no mínimo, sua extensão, limite, condições precedentes de eficácia e exigibilidade, prazo final de exercício, eventual alocação interna entre participantes e procedimentos de apuração e liquidação do saldo garantido, sempre sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA perante a SALSEC.

20.7. O Contrato de Distribuição e a documentação correlata deverão refletir a lógica documental e o rito compatíveis com oferta pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, inclusive quanto a dispensas regulatórias cabíveis, avisos obrigatórios, restrições à negociação ou à revenda aplicáveis nos termos da regulamentação, controles regulatórios, critérios objetivos e rastreáveis de rateio, alocação e exercício de discricionariedades comerciais.

20.8. A CONTRATADA permanecerá responsável por promover, tempestivamente e no âmbito de seu escopo, os protocolos, registros, comunicações, ajustes documentais e remessas informacionais decorrentes do Contrato de Distribuição perante CVM, ANBIMA, B3 e demais entidades competentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE, DAS PERDAS E DANOS E DA VEDAÇÃO DE EXONERAÇÃO

21.1. A CONTRATADA responderá, perante a SALSEC, pela execução integral, regular, tempestiva e tecnicamente adequada do objeto contratado, nos termos deste CONTRATO, do Edital, do Termo de Referência, da documentação da operação, da regulamentação aplicável e das deliberações formais da SALSEC.

21.2. A CONTRATADA deverá reparar integralmente os prejuízos comprovadamente causados à SALSEC por ação ou omissão imputável a si, a seus administradores, empregados, representantes, prepostos, subcontratados, parceiros, integrantes de consórcio ou pool e demais terceiros por ela mobilizados, inclusive por falta de diligência, erro profissional, falha técnica, inadequação metodológica, inconsistência documental, omissão informacional relevante, violação regulatória, quebra de confidencialidade, conflito de interesses não tratado adequadamente ou descumprimento de dever contratual, técnico, operacional, informacional ou de coordenação.

21.3. A reparação abrangerá, sem prejuízo de outras parcelas juridicamente cabíveis, custos de recomposição, correção, complementação, substituição ou reexecução de estudos, documentos, produtos, registros ou providências, despesas de saneamento, mitigação, contenção, defesa ou regularização, valores suportados perante investidores, prestadores, reguladores, autorreguladores, órgãos de controle ou terceiros, custas, despesas processuais, honorários advocatícios e perdas e danos adicionais, observado o nexo causal.

21.4. A responsabilidade da CONTRATADA não será afastada, reduzida ou transferida por fiscalização, acompanhamento, validação, aprovação ou aceite da SALSEC, uso ou circulação dos produtos, participação de subcontratados, parceiros, integrantes de consórcio ou pool, celebração do contrato de distribuição, existência de seguro ou ausência de detecção imediata de falha pela SALSEC.

21.5. É vedada a inclusão, em contrato de distribuição, termo de adesão, carta de participação, instrumento de subcontratação, termo operacional, proposta, minuta ou documento correlato, de cláusula que limite, exclua ou exonere responsabilidade da CONTRATADA perante a SALSEC, transfira à SALSEC riscos próprios da CONTRATADA ou de terceiros por ela mobilizados, imponha dever de indenizar a CONTRATADA por fato a ela imputável ou contenha renúncia prévia da SALSEC a direitos e prerrogativas contratuais.

21.6. A CONTRATADA deverá indenizar a SALSEC e adotar, às suas expensas, as medidas necessárias à sua defesa e proteção em relação a reclamações, demandas, autos de infração, processos administrativos, arbitrais ou judiciais, notificações, exigências regulatórias ou pretensões de terceiros relacionadas a fato imputável à CONTRATADA, facultado à SALSEC assumir ou acompanhar diretamente sua defesa quando necessário à proteção de interesse público, institucional, regulatório ou reputacional.

21.6.1. A CONTRATADA não poderá celebrar transação, acordo, reconhecimento de responsabilidade, confissão, compromisso de pagamento, assunção de obrigação, renúncia ou qualquer composição com terceiro que imponha obrigação, restrição, ônus, reconhecimento de fato, impacto jurídico, econômico, regulatório ou reputacional à SALSEC sem prévia anuência escrita da SALSEC.

21.7. Não configurará responsabilidade da CONTRATADA, na medida estrita do respectivo impacto, o prejuízo decorrente exclusivamente de:

- I. ato, omissão, instrução ou deliberação formal da SALSEC em desconformidade com recomendação técnica expressa e tempestiva da CONTRATADA;
- II. falsidade, inexatidão, incompletude ou desatualização de informação ou documento fornecido diretamente pela SALSEC ou por órgão correlato, desde que o vício não fosse razoavelmente detectável pela CONTRATADA, não houvesse dever contratual, técnico ou regulatório de validação ou crítica pela CONTRATADA, e a ocorrência tenha sido formal e tempestivamente comunicada à SALSEC tão logo identificada ou identificável;
- III. caso fortuito ou força maior externo, superveniente, inevitável e não assumido contratualmente pela CONTRATADA; ou
- IV. alteração legal, regulatória ou decisão de autoridade competente que inviabilize a continuidade da operação, desde que não relacionada a conduta imputável à CONTRATADA.

21.7.1. As hipóteses do item 21.7 serão interpretadas restritivamente e não afastam os deveres da CONTRATADA de diligência, crítica técnica, compatibilização, validação, sinalização de inconsistências, reporte de limitações relevantes, rastreabilidade, coordenação e adoção das providências cabíveis no âmbito de seu escopo contratual.

21.8. A aplicação de penalidades contratuais, regulatórias ou administrativas não afasta o dever de indenizar, assim como a reparação de perdas e danos não substitui, limita nem exclui a incidência das sanções cabíveis, podendo tais consequências ser cumuladas, observado o devido processo aplicável.

21.9. A responsabilidade da CONTRATADA subsistirá ao encerramento deste CONTRATO pelo prazo prescricional ou decadencial aplicável, podendo a SALSEC exigir, quando juridicamente cabível, reparação de perdas e danos, execução específica, saneamento, substituição de produto, reapresentação de documentos, providências corretivas, regularização perante terceiros, reguladores ou entidades de mercado e demais medidas necessárias à tutela do direito da SALSEC e à correção dos efeitos do inadimplemento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, atraso injustificado, descumprimento de deveres contratuais, regulatórios, documentais, operacionais ou informacionais, ou prática de ato incompatível com a execução regular do objeto, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo da reparação integral dos danos, às seguintes sanções administrativas:

- I. advertência;
- II. multa; e
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SALSEC, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

22.2. As sanções serão aplicadas mediante processo administrativo próprio, com contraditório e ampla defesa, assegurado prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia, sem prejuízo dos recursos cabíveis na forma do RILC da SALSEC e da legislação aplicável.

22.3. A advertência poderá ser aplicada em infrações de menor gravidade, especialmente quando não houver prejuízo material relevante à execução do objeto, à segurança documental, à regularidade regulatória da oferta ou à posição jurídica, operacional ou reputacional da SALSEC.

22.4. A multa poderá ser:

- I. moratória, em caso de atraso injustificado na entrega de Produto, documento, providência, saneamento, correção, protocolo, manifestação, reporte ou obrigação correlata; ou
- II. compensatória, em caso de inexecução total ou parcial, inadimplemento grave, descumprimento de obrigação essencial, falha relevante de coordenação, violação de confidencialidade, desconformidade regulatória imputável à CONTRATADA, descumprimento da garantia firme ou prática de ato que comprometa a estrutura, a distribuição, o fechamento ou a higidez documental da operação.

22.5. A multa moratória incidirá à razão de 0,5% por dia útil de atraso, sobre o valor do Produto, da obrigação ou da parcela inadimplida, até o limite de 10%, sem prejuízo da conversão em multa compensatória ou da adoção de outras medidas cabíveis quando o atraso comprometer de forma relevante a utilidade do objeto ou a regularidade da operação.

22.6. A multa compensatória será fixada entre 5% e 20% do valor do Produto inadimplido, da fase afetada ou, quando a gravidade justificar, do valor global do CONTRATO, observados a natureza e gravidade da infração, extensão do dano efetivo ou potencial, repercussão sobre a operação, dolo, má-fé, culpa grave ou reiteração, possibilidade de saneamento, postura colaborativa, histórico de execução, proporcionalidade e proteção do interesse contratual da SALSEC.

22.7. Poderão ensejar multa compensatória em grau elevado e, conforme a gravidade, suspensão temporária, entre outras hipóteses: descumprimento ou tentativa de esvaziamento da garantia firme; violação de confidencialidade, sigilo, segurança da informação, integridade ou conflito de interesses; uso de documento, dado ou material sem aprovação exigida; Produto com vício técnico ou desconformidade regulatória relevante; descumprimento de deveres de diligência, coordenação, rastreabilidade, reporte ou preservação de evidências; recusa injustificada de saneamento; atuação de pool ou consórcio sem aprovação; ou inclusão de cláusula incompatível em contrato de distribuição ou documento correlato.

22.8. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SALSEC poderá ser aplicada em hipóteses de infração grave, inexecução total, reiteração de faltas graves, comportamento inidôneo, recusa injustificada de obrigação essencial, fraude documental, violação grave de dever regulatório ou prática que comprometa de forma relevante a confiabilidade, a segurança ou a viabilidade da operação.

22.9. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com advertência ou suspensão temporária, observados os limites legais e regulamentares aplicáveis.

22.10. A aplicação de sanção não afasta a obrigação de reparar integralmente os danos causados, a possibilidade de extinção do CONTRATO, a retenção de créditos da CONTRATADA, nos limites admitidos, nem a adoção das demais medidas cabíveis.

22.11. As multas aplicadas poderão ser:

- I. descontadas de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA;
- II. compensadas com créditos da CONTRATADA, inclusive crédito remuneratório reconhecido no processo de pagamento, observados os limites legais e preservada a rastreabilidade contábil, documental e financeira; e
- III. cobradas administrativa ou judicialmente, na hipótese de insuficiência dos meios anteriores.

22.11.1. O desconto ou a compensação previstos neste item não importarão inclusão da multa como despesa do patrimônio separado, nem sua alocação na waterfall ou no fluxo ordinário da operação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO, RESCISÃO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

23.1. O presente CONTRATO poderá ser extinto, rescindido ou resolvido, conforme a natureza da causa e o regime jurídico aplicável, nas hipóteses previstas na legislação, no RILC da SALSEC e neste instrumento, sem prejuízo das sanções, perdas e danos e demais consequências contratuais cabíveis.

23.2. Constituem hipóteses de extinção por inadimplemento da CONTRATADA, sem prejuízo de outras previstas neste CONTRATO:

- I. inexecução total ou parcial relevante do objeto;
- II. atraso injustificado, recusa em iniciar, retomar, corrigir, complementar ou concluir obrigação essencial, ou descumprimento reiterado de determinações formais da SALSEC, quando tais condutas comprometerem o cronograma, a janela de mercado, a regularidade regulatória, a utilidade do Produto ou a continuidade da operação;
- III. descumprimento da garantia firme obrigatória, quando eficaz e exigível, ou prática de ato que inviabilize, fragilize ou comprometa de forma relevante a estrutura, a distribuição, a liquidação, o closing ou a implantação inicial da operação;
- IV. violação grave de dever de confidencialidade, integridade, conflito de interesses, segurança da informação, proteção de dados, preservação de evidências ou cooperação regulatória;
- V. cessão, transferência, subcontratação vedada, formação de pool ou consórcio, ou alteração estrutural da execução sem aprovação exigida da SALSEC;
- VI. apresentação de documento falso, omissão dolosa, fraude, simulação, adulteração de informação, ocultação de conflito de interesses ou conduta incompatível com a confiança objetiva necessária à execução do objeto; e
- VII. perda superveniente de condição relevante de habilitação, capacidade técnica, regularidade jurídica ou capacidade econômico-financeira necessária ao cumprimento do CONTRATO.

23.3. Antes da extinção por inadimplemento, a SALSEC poderá, quando juridicamente cabível e compatível com a proteção do interesse contratual, conceder prazo razoável para saneamento, sem que isso importe renúncia, novação ou limitação ao direito de rescindir, ressalvadas as hipóteses em que a gravidade da infração, o risco ao interesse público, a urgência da operação ou a perda de confiança objetiva recomendem a imediata adoção das medidas cabíveis.

23.4. A SALSEC poderá extinguir o CONTRATO por razões de interesse público, inviabilidade superveniente da operação, alteração relevante de contexto jurídico, regulatório, econômico ou de mercado, deliberação fundamentada de não prosseguimento da operação ou perda superveniente de conveniência e oportunidade administrativa, observada a disciplina legal e contratual aplicável e preservada, exclusivamente, a disciplina da remuneração principal contingente e do eventual ressarcimento excepcional de despesas de terceiros previamente autorizadas, efetivamente comprovadas e expressamente admitidas neste CONTRATO, não sendo devido pagamento por Produto, fase, subparcela ou atividade isoladamente executados, entregues ou aceitos, salvo se caracterizado o evento de sucesso para a exigibilidade da remuneração principal, quando aplicável.

23.4.1. A deliberação de não prosseguimento da operação ao final de qualquer fase, nos termos deste CONTRATO, não configura, por si só, inadimplemento da SALSEC, desde que observadas as regras contratuais aplicáveis, não gerando direito à remuneração principal, pagamento proporcional, pagamento por Produto, pagamento por fase, comissão, indenização por expectativa de ganho ou recomposição de custos próprios da CONTRATADA, ressalvado apenas o eventual ressarcimento excepcional expressamente admitido na forma deste CONTRATO.

23.5. A CONTRATADA não poderá resilir imotivadamente o CONTRATO, podendo pleitear sua extinção apenas por justa causa legal ou contratual, mediante requerimento escrito, circunstanciado e documentado, com indicação dos impactos sobre a execução e prévia notificação da SALSEC para saneamento, quando a hipótese o admitir.

23.5.1. Não constituem justa causa para extinção por iniciativa da CONTRATADA a mera formulação de pedido de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro, revisão contratual, divergência interpretativa, alteração ordinária de condições de mercado ou frustração de expectativa comercial.

23.5.2. O pedido de extinção formulado pela CONTRATADA não autoriza a suspensão unilateral da execução, especialmente das obrigações incontroversas, nem produz efeitos automáticos antes da apuração dos fatos, da definição das obrigações remanescentes, da preservação da documentação da operação e da deliberação formal da SALSEC ou da instância competente.

23.6. A extinção do CONTRATO não prejudicará a apuração e cobrança de multas, perdas e danos, glosas, retenções, compensações, sanções e demais valores devidos, nem a eficácia das obrigações que, por sua natureza ou por disposição contratual, devam subsistir.

- 23.6.1. As glosas, retenções, compensações, multas, perdas e danos e demais valores apurados em favor da SALSEC constituirão créditos contratuais ou sancionatórios próprios da CONTRATANTE, podendo incidir sobre créditos eventualmente devidos à CONTRATADA, observados os limites legais e contratuais aplicáveis.
- 23.6.2. A apuração, retenção, compensação ou cobrança dos valores referidos neste item não importará sua inclusão como despesa do patrimônio separado, nem sua alocação na *waterfall* ou no fluxo ordinário da operação.
- 23.7. Na hipótese de extinção, rescisão ou resolução, a CONTRATADA deverá entregar à SALSEC, de forma organizada, íntegra e auditável, todos os documentos, bases, versões, registros, evidências, materiais e informações produzidos ou recebidos no âmbito do CONTRATO, observados os prazos, a forma e o conteúdo mínimo previstos na Cláusula Nona.
- 23.8. A CONTRATADA não fará jus a indenização, reembolso, comissão ou remuneração relativa a Produto, fase, subparcela ou atividade não executados, não entregues ou não aceitos, nem a pagamento autônomo, parcial, proporcional ou fracionado por Produto, fase, subparcela, atividade, ato preparatório, mobilização, equipe interna, esforço comercial, prospecção ou entregável regularmente executado, entregue ou aceito, permanecendo a remuneração principal condicionada à caracterização do evento de sucesso, ressalvado apenas o eventual ressarcimento excepcional conforme as previsões contidas neste CONTRATO.
- 23.8.1. Se a extinção decorrer de fato imputável à CONTRATADA, a SALSEC poderá adotar as medidas necessárias à continuidade, contenção, saneamento ou substituição da execução, inclusive mediante contratação de terceiros, correndo por conta da CONTRATADA os custos adicionais comprovadamente decorrentes de sua falha, sem prejuízo das perdas e danos e demais sanções cabíveis, podendo tais valores ser glosados, retidos, compensados ou cobrados na forma deste CONTRATO e da legislação aplicável.
- 23.8.2. Se a extinção decorrer de fato não imputável à CONTRATADA, ou de causa por ela invocada e formalmente reconhecida pela SALSEC ou pela instância competente, a apuração de valores observará estritamente a disciplina da remuneração principal contingente, do evento de sucesso e do eventual ressarcimento excepcional previsto na forma deste CONTRATO, vedado o pagamento de expectativas de ganho, lucros hipotéticos, remunerações variáveis não previstas, rubricas não contratadas, custos próprios, despesas indiretas, mobilização, equipe interna, esforço comercial, prospecção, prêmio, fee, rebate, margem, recomposição genérica de custos ou indenizações não amparadas na legislação e neste CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS NOTIFICAÇÕES, COMUNICAÇÕES E REGISTROS FORMAIS

24.1. As notificações, comunicações, solicitações, manifestações, deliberações, aprovações, rejeições, pedidos de saneamento, registros de pendência, comunicações de risco, avisos de inadimplemento, atos de aceite, decisões de não prosseguimento, instauração de procedimento sancionatório, determinações contratuais e demais atos com efeito jurídico ou contratual deverão ser realizados por escrito e registrados em meio formal admitido pela SALSEC.

24.2. Consideram-se meios formais válidos de comunicação, isolada ou cumulativamente, conforme definido pela SALSEC:

- I. sistema eletrônico oficial, processo administrativo eletrônico, plataforma corporativa, repositório institucional ou ferramenta de gestão contratual indicada pela SALSEC;
- II. correio eletrônico institucional dos representantes e pontos focais formalmente designados pelas PARTES; e
- III. protocolo físico ou outro meio escrito idôneo, quando cabível ou exigido pela natureza do ato.

24.3. As PARTES deverão indicar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do CONTRATO, seus representantes e pontos focais para comunicações contratuais, com nome, cargo, telefone e endereço eletrônico institucional, sem prejuízo da atuação dos fiscais, gestor do contrato e demais agentes de governança da SALSEC.

24.3.1. Qualquer alteração de representante, ponto focal, endereço eletrônico, endereço físico ou canal formal deverá ser informada por escrito à outra PARTE, produzindo efeitos somente após o respectivo recebimento formal.

24.4. Comunicações rotineiras e exclusivamente operacionais poderão ocorrer por reuniões, chamadas, aplicativos corporativos, mensagens instantâneas ou outros meios céleres, desde que sejam formalizadas em um dos meios previstos no item 24.2 em até 1 (um) dia útil quando produzirem ou puderem produzir impacto relevante sobre prazo, escopo, risco, aceite, não prosseguimento, sanção, liquidação, garantia firme, melhores esforços, documentação da oferta, remuneração, responsabilidade ou qualquer obrigação contratual relevante.

24.5. A comunicação considerar-se-á realizada:

- I. na data do registro, protocolo ou juntada no sistema eletrônico oficial indicado pela SALSEC;
- II. na data do envio do correio eletrônico institucional, quando encaminhado em dia útil até as 18h, ou no primeiro dia útil subsequente, se enviado após esse horário; e

III. na data certificada de recebimento, quando realizada por protocolo físico ou outro meio escrito idôneo.

24.5.1. A ausência de resposta, confirmação de leitura ou ciência expressa não descaracteriza o recebimento da comunicação regularmente encaminhada, ressalvada prova inequívoca de indisponibilidade do canal, erro material de endereçamento imputável ao remetente ou outro vício objetivo que inviabilize o conhecimento do conteúdo.

24.6. Deverão ser formalizados em meio escrito apto à prova, especialmente:

- I. entrega de Produtos e documentos, atos de medição, aceite, rejeição, correção, saneamento, complementação ou reapresentação;
- II. registros de pendência, suspensão, reprogramação, impacto de cronograma, risco, inconsistência ou impedimento jurídico, regulatório, documental, operacional ou de mercado;
- III. aprovações ou rejeições de subcontratação, prestadores, pool, consórcio, minutas e documentos da operação;
- IV. deliberações de não prosseguimento, autorização para avanço de fase, encerramento de fase e encerramento contratual; e
- V. notificações de inadimplemento, instauração de procedimento sancionatório e quaisquer atos que possam repercutir na remuneração, responsabilidade, sanções, extinção do CONTRATO ou regularidade da operação.

24.7. As reuniões relevantes para a execução do objeto deverão, sempre que possível, ser registradas por ata, memória de reunião, e-mail de consolidação, despacho, registro em sistema ou documento equivalente, com indicação de participantes, data, tema, encaminhamentos, responsáveis e prazos, quando cabíveis.

24.8. As comunicações deverão observar as regras de confidencialidade, segurança da informação, proteção de dados, integridade, preservação de evidências e rastreabilidade previstas neste CONTRATO e nos normativos aplicáveis da SALSEC, podendo a SALSEC definir, substituir ou consolidar canal formal específico para determinadas categorias de comunicação, sem prejuízo da validade das comunicações regularmente praticadas até então.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

25.1. A execução deste CONTRATO será acompanhada, gerida e fiscalizada pela SALSEC, por meio de gestor do contrato, fiscais designados e demais agentes de governança interna competentes, na forma de sua organização administrativa, do RILC, do Termo de Referência, do Edital e deste instrumento.

25.2. Compete à SALSEC, por meio da gestão e da fiscalização contratual, sem prejuízo de outras atribuições legal, regulamentar ou internamente previstas:

- I. acompanhar a execução do objeto, os prazos, fases, produtos, marcos, eventos de medição e critérios de aceite;
- II. verificar a aderência dos serviços ao escopo contratado, às premissas aprovadas, à regulamentação aplicável e aos documentos da operação;
- III. solicitar esclarecimentos, documentos, memórias de cálculo, evidências, relatórios complementares, correções, saneamentos e demonstrações de rastreabilidade;
- IV. registrar pendências, inconsistências, riscos, ocorrências relevantes e determinações formais;
- V. atestar, rejeitar, devolver para correção ou propor saneamento de produtos e entregáveis; e
- VI. propor ou formalizar, conforme a governança aplicável, aceite técnico, autorização de prosseguimento, retenção de pagamento, aplicação de sanções, extinção contratual e demais medidas cabíveis.

25.3. A CONTRATADA deverá cooperar integralmente com a gestão e a fiscalização contratual, assegurando acesso tempestivo, em formato adequado e auditável, às informações, documentos, bases, registros, comunicações, memórias de cálculo, cronogramas, relatórios, evidências e demais elementos relacionados à execução do objeto, observado o regime de sigilo, confidencialidade, segurança da informação e proteção de dados aplicável.

25.3.1. Quando aplicável ao estágio da operação, o dever de cooperação abrangerá os registros de ordens, critérios de rateio, decisões de alocação, trilhas de aprovação interna e demais evidências relevantes da condução da distribuição, na medida necessária à fiscalização contratual, à verificação da aderência regulatória e à proteção do interesse da SALSEC.

25.4. A CONTRATADA deverá atender, no prazo assinalado pela SALSEC ou, na ausência de prazo específico, em prazo razoável compatível com a urgência e a complexidade da matéria, às solicitações da gestão ou fiscalização contratual relativas à execução, saneamento, reapresentação, correção, complementação documental, ajuste metodológico, demonstração de rastreabilidade ou regularização.

25.5. A atuação da gestão e da fiscalização da SALSEC, inclusive com apoio técnico interno ou externo, não transfere competência decisória, nem afasta, reduz ou compartilha a responsabilidade integral da CONTRATADA pela execução dos serviços, pela qualidade técnica dos produtos, pela conformidade regulatória da operação e pelo cumprimento das obrigações assumidas.

25.6. Verificada desconformidade na execução, a SALSEC poderá determinar a correção das falhas, a reapresentação de produtos, o reforço de documentação comprobatória, a suspensão de atividades específicas ou, quando necessário e justificadamente, a paralisação parcial da execução contratual, sem prejuízo das medidas e sanções cabíveis previstas no Edital, no Termo de Referência, no RILC e neste CONTRATO.

25.7. Os atos, manifestações, registros, comunicações, recebimentos provisórios, reuniões, solicitações de ajustes ou continuidade da execução não configuram aceite tácito, aprovação presumida, renúncia a direitos ou exoneração de responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser formalizados, sempre que possível, em sistema, processo administrativo, ata, planilha controlada, repositório institucional, despacho, parecer, termo de aceite ou instrumento equivalente.

25.8. A SALSEC designará formalmente o gestor do contrato e os fiscais responsáveis, podendo substituí-los a qualquer tempo, mediante comunicação formal à CONTRATADA, sem necessidade de aditamento contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

26.1. As controvérsias decorrentes da interpretação, execução, integração, inadimplemento, extinção ou eficácia deste CONTRATO deverão, sempre que possível, ser previamente submetidas a tratativa administrativa formal entre as PARTES, mediante notificação escrita com exposição objetiva dos fatos, fundamentos, documentos de suporte, impactos contratuais e providência pretendida, observados os deveres de boa-fé, cooperação, continuidade das obrigações incontroversas e preservação da regularidade da operação.

26.2. A PARTE destinatária da notificação deverá manifestar-se em até 10 (dez) dias úteis, salvo prazo diverso justificado pela complexidade da matéria, indicando, sempre que possível, sua posição técnica e jurídica, as medidas de saneamento cabíveis e a proposta de encaminhamento. 25.3.

26.3. Quando a controvérsia puder afetar o cronograma da operação, a janela de mercado, a regularidade regulatória da oferta, a higidez documental, a garantia firme, o regime de colocação, a liquidação financeira ou a implantação inicial da operação, as PARTES deverão buscar solução prioritária e tempestiva, inclusive mediante reunião técnica ou executiva específica.

26.3.1. A instauração de tratativa administrativa, reunião, negociação ou procedimento interno de composição não suspende automaticamente prazos contratuais, regulatórios, operacionais ou de saneamento, salvo deliberação formal da SALSEC em sentido diverso ou imposição legal ou regulatória específica.

26.3.2. A abertura de tratativas, reuniões, negociações, concessão de prazo para saneamento ou discussão administrativa de controvérsia não importará novação, renúncia, transação, reconhecimento de direito, alteração tácita deste CONTRATO ou afastamento de sanções, prerrogativas e medidas cabíveis à SALSEC.

26.4. A existência de controvérsia não exonera a CONTRATADA do dever de manter a execução das obrigações incontroversas, adotar medidas razoáveis para evitar agravamento de dano, perda de prazo ou comprometimento da operação, preservar documentos, registros, evidências e trilhas de auditoria, bem como cumprir determinações regulares da SALSEC até decisão em contrário pela via adequada.

26.5. A tentativa de solução administrativa prévia não impede a adoção, por qualquer das PARTES, de medidas urgentes, cautelares, de preservação de direito, de produção de prova, de execução específica ou de contenção de dano, sempre que houver risco de perecimento de direito, comprometimento da operação ou prejuízo relevante de difícil reparação.

26.6. Não sendo alcançada solução administrativa, fica eleito o Foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas deste CONTRATO, ressalvadas as hipóteses de competência absoluta previstas em lei e o disposto no item 26.7.

26.7. Sem prejuízo do foro eleito, eventual submissão de controvérsia à arbitragem dependerá de compromisso arbitral ou aditivo contratual específico, posterior, formalmente aprovado pela governança competente da SALSEC, limitada a direitos patrimoniais disponíveis e condicionada à conveniência administrativa, à compatibilidade com o Edital, com o RILC da SALSEC, com a legislação aplicável e com a natureza da controvérsia, subsistindo o foro eleito para as medidas judiciais de apoio, urgência e controle cabíveis nos termos da legislação aplicável.

26.8. A interpretação e a solução das controvérsias observarão a leitura sistemática e integrada deste CONTRATO, do Edital, do Termo de Referência e dos respectivos anexos e documentos vinculados à contratação, segundo a ordem de prevalência prevista neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. Integram este CONTRATO, independentemente de transcrição e no que com ele forem compatíveis, o Edital do Pregão Eletrônico SALSEC nº 01/2026, o Termo de Referência, a proposta vencedora adjudicada, os anexos e os documentos complementares validamente incorporados ao processo de contratação.

27.2. Em caso de divergência entre os documentos da contratação, prevalecerá a seguinte ordem:

- I. este CONTRATO;

- II. o Termo de Referência;
- III. o Edital;
- IV. a proposta vencedora, exclusivamente quanto às condições adjudicadas que não contrariem os instrumentos anteriores; e
- V. os demais anexos e documentos pertinentes.

27.2.1. Nenhum documento, material, ata, comunicação, proposta, minuta, glossário ou instrumento da operação poderá ser interpretado de modo a reduzir o objeto, a garantia firme, a matriz de riscos, o regime remuneratório, os critérios de aceite, os deveres de diligência, sigilo, proteção de dados, rastreabilidade, responsabilidade da CONTRATADA ou as prerrogativas de aprovação da SALSEC, salvo alteração formalmente aprovada nos termos deste CONTRATO.

27.3. Este CONTRATO será interpretado de forma conjunta, sistemática e finalística com o Edital, o Termo de Referência e a documentação da operação aprovada pela SALSEC, preservando-se a lógica das fases, produtos, marcos decisórios, critérios de aceite, responsabilidades, mecanismos de proteção, regime jurídico da cessão onerosa e definitiva dos direitos creditórios e conformidade regulatória da oferta.

27.4. Qualquer alteração com efeito jurídico, inclusive de escopo, prazo vinculante, cronograma com impacto contratual, remuneração, matriz de riscos, obrigação, renúncia, transação, novação, cessão de posição contratual ou assunção de encargo não previsto, dependerá de instrumento escrito, aprovação da governança competente da SALSEC e observância da legislação aplicável, do RILC, do Edital, do Termo de Referência e dos limites do procedimento competitivo.

27.4.1. Registros meramente aclaratórios, correções materiais ou consolidações sem alteração de conteúdo obrigacional poderão ser formalizados por apostila ou instrumento equivalente, quando admitidos pela governança competente.

27.4.2. A tolerância, a negociação, a concessão de prazo, o recebimento de entregáveis, a realização de reuniões ou a ausência de exercício imediato de direito não importarão renúncia, novação, aceite tácito, alteração contratual, autorização presumida ou criação de precedente obrigatório contra a SALSEC.

27.5. A nulidade, invalidade, inexecutabilidade ou ineficácia de qualquer disposição não prejudicará as demais, que permanecerão válidas e eficazes na máxima extensão juridicamente possível. Quando cabível, as PARTES deverão adotar redação substitutiva que preserve, tanto quanto possível, a finalidade econômica, técnica, regulatória e jurídica originalmente pactuada.

27.6. É vedada a cessão, transferência, sub-rogação, delegação ou substituição, total ou parcial, da posição contratual da CONTRATADA, bem como a transferência do núcleo do objeto, salvo nas hipóteses expressamente admitidas neste CONTRATO e previamente aprovadas pela SALSEC, sem prejuízo da responsabilidade integral da CONTRATADA por subcontratadas, terceiros, produtos, documentos, prazos e conformidade regulatória.

27.7. Subsistirão ao término, rescisão, extinção ou encerramento deste CONTRATO, pelo prazo legal, contratual ou necessário à tutela dos direitos remanescentes, as disposições relativas a sigilo, confidencialidade, proteção de dados pessoais, segurança da informação, preservação de evidências, rastreabilidade, cooperação com órgãos de controle e reguladores, responsabilidade, perdas e danos, propriedade e uso dos produtos elaborados, sanções, glosas, retenções, compensações, apuração de créditos, solução de controvérsias e foro.

27.8. Este CONTRATO poderá ser assinado por meio eletrônico, inclusive mediante assinatura digital ou eletrônica admitida pela legislação aplicável e pela governança da SALSEC, desde que preservadas a autenticidade, a integridade, a identificação dos signatários, os poderes de representação e a validade jurídica do instrumento.

27.9. Os casos omissos serão submetidos à deliberação motivada da SALSEC, à luz da legislação aplicável, do RILC, do Edital, do Termo de Referência, da documentação da operação, da boa-fé objetiva, da finalidade pública da contratação e das melhores práticas compatíveis com a natureza do objeto, vedada a utilização de omissão para alterar o objeto, a proposta vencedora, a matriz de riscos, o regime remuneratório ou a substância do procedimento competitivo.

E, por estarem justas e contratadas, as PARTES assinam o presente instrumento, inclusive por meio eletrônico, para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas, quando exigidas.

Salvador, xxx de xxxx 2026

DANIELLE ALMEIDA LUZ
Diretora-Presidente

COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE
SALVADOR – SALSEC

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome Legível:
CPF:

Nome Legível:
CPF:

APÊNDICE “A” DO ANEXO IV
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DA FASE 1
FASE PRELIMINAR À ESTRUTURAÇÃO

1 - A Fase 1 tem por finalidade organizar a execução contratual, subsidiar a avaliação preliminar do lastro dos créditos tributários municipais e consolidar elementos técnicos aptos a permitir a deliberação da SALSEC sobre o prosseguimento da operação para a fase subsequente.

2 - A FASE 1 – FASE PRELIMINAR À ESTRUTURAÇÃO:

2.1 A Fase 1 compreende a execução e a entrega de 3 (três) Produtos, observados os prazos, dependências, condições de aceite e critérios de conclusão estabelecidos neste anexo:

- I. Produto 1.1: Cronograma Detalhado e Consolidado;
- II. Produto 1.2: Pacote de *Due Diligence* do Lastro dos Créditos;
- III. Produto 1.3: Relatório Consolidado da Fase 1.

3 Produto 1.1: Cronograma Detalhado e Consolidado

3.1 O Produto 1.1 consiste na elaboração e submissão, pela CONTRATADA, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do CONTRATO, de cronograma detalhado e consolidado dos eventos, atividades e providências relacionados à estruturação da operação de securitização, ao registro e à distribuição das debêntures, contemplando, no mínimo:

- I. a identificação dos principais *stakeholders* internos e externos envolvidos;
- II. a definição das responsabilidades e interfaces relevantes de cada parte interessada;
- III. os marcos de decisão, dependências críticas e documentos necessários;
- IV. os prazos usuais de mercado, regulatórios e operacionais aplicáveis;
- V. a indicação preliminar e não vinculante, quando tecnicamente cabível, de eventual janela de oportunidade para colocação dos títulos; e
- VI. os insumos, acessos e bases de dados necessários à execução dos serviços, bem como as validações e as manifestações formais esperadas da SALSEC e de órgãos correlatos para o regular desenvolvimento de cada fase.

- 3.2O cronograma será submetido à SALSEC para análise e aprovação e, uma vez aprovado, constituirá o documento-base de organização, acompanhamento e governança da execução contratual, sem prejuízo de revisões formalmente motivadas e aprovadas, bem como de marcos, controles e detalhamentos específicos de cada fase.
- 3.3O Produto 1.1 possui natureza de pressuposto organizacional da execução contratual, orientando a sequência lógica dos serviços, a articulação entre as fases e a verificação das dependências necessárias ao desenvolvimento dos Produtos subsequentes.
- 3.4O Cronograma Detalhado e Consolidado somente será considerado apto à análise de mérito pela SALSEC se contiver, além dos elementos previstos no item 3, no mínimo:
- I. matriz de responsabilidades com indicação de quem executa, quem valida, quem aprova, quem deve ser consultado e quem deve ser informado;
 - II. mapa de dependências críticas e marcos decisórios;
 - III. indicação dos prazos regulatórios e operacionais usuais de mercado;
 - IV. indicação do caminho crítico da operação, com identificação dos eventos, aprovações, acessos, insumos, manifestações e providências cujo atraso possa comprometer a conclusão da Fase 1, o início de fases subsequentes ou o encadeamento global da execução contratual; e
 - V. identificação das dependências cuja superação esteja sujeita à atuação da CONTRATANTE ou de órgãos correlatos, bem como daquelas imputáveis à própria CONTRATADA ou a terceiros por ela coordenados, com indicação dos respectivos impactos potenciais sobre o prazo global da operação e sobre o encadeamento das fases subsequentes.
- 3.4.1 Poderão constar, quando tecnicamente cabíveis, janelas alternativas de mercado, margens de contingência, cenários alternativos de execução, memória justificativa complementar e demais elementos de aprofundamento do cronograma, desde que compatíveis com a natureza preliminar da Fase 1.
- 3.5A SALSEC analisará o Produto 1.1 em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da documentação completa, para fins de verificação de completude, consistência e aderência técnica, podendo, mediante justificativa, solicitar complementações ou promover uma única prorrogação do prazo por igual período.

3.5.1 Caso o cronograma seja rejeitado ou devolvido para ajustes por apresentar inconsistência, omissão, insuficiência técnica ou inadequação metodológica imputável à CONTRATADA, esta deverá reapresentá-lo corrigido no prazo assinalado pela SALSEC, sem suspensão automática dos prazos contratuais aplicáveis, inclusive do prazo da Fase 1, ressalvada a hipótese de reprogramação formalmente justificada e aprovada.

4 Produto 1.2: Pacote de *Due Diligence* do Lastro dos Crédito

4.1 O Produto 1.2 consiste na entrega, pela CONTRATADA, do pacote de *due diligence* do lastro de créditos tributários do Município de Salvador, inscritos ou não em dívida ativa, para fins de análise preliminar da operação, bem como de subsidiar a sua modelagem econômico-financeira.

4.1.1 O serviço de *due diligence* do lastro será realizado por empresa de auditoria com reconhecida e comprovada experiência, cuja subcontratação somente será efetivada pela CONTRATADA após aprovação da SALSEC.

4.1.2 A base contendo os dados que serão objeto de *due diligence* será disponibilizada pela CONTRATANTE e/ou por órgãos correlatos.

4.2 A subcontratação para realização do serviço mencionado na cláusula 4.1 deste Anexo somente poderá ser efetivada após aprovação prévia e expressa da SALSEC, à qual deverão ser submetidos, no mínimo:

- I. proposta técnica e comercial;
- II. comprovação de experiência em trabalhos similares;
- III. descrição do método de trabalho e indicação da equipe técnica destacada para a prestação dos serviços;
- IV. declaração de independência e de ausência de conflito de interesses, quando aplicável;
- V. comprovação de que a subcontratada é empresa de auditoria regularmente constituída e apta ao exercício de atividades de auditoria e serviços correlatos, com indicação do responsável técnico legalmente habilitado;
- VI. demonstração objetiva da compatibilidade do preço da subcontratação com os valores praticados no mercado, por meio de memorial comparativo de preços dentre as propostas apresentadas;
- VII. no mínimo 3 (três) propostas, cotações ou manifestações formais de interesse, contemporâneas, comparáveis e emitidas por empresas aptas à execução do objeto;

- VIII. justificativa técnica da escolha proposta pela CONTRATADA, com demonstração objetiva da aderência do preço ao mercado;
- IX. justificativa expressa e circunstanciada, quando não for possível a obtenção do número mínimo de 3 (três) referências comparáveis;
- X. declaração de que o custo da subcontratação se encontra, em regra, integralmente absorvido na remuneração principal contratada, sem gerar reembolso autônomo, ressarcimento específico ou custo adicional para a SALSEC, ressalvada exclusivamente a hipótese excepcional de ressarcimento admitida nos termos do Edital, do Termo de Referência e do Contrato; e
- XI. matriz preliminar de procedimentos de verificação previamente definidos, com indicação do objeto, escopo factual, critérios de teste, bases, registros, produtos esperados e limitações metodológicas relevantes.

4.2.1 A demonstração de compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado deverá observar, no que couber, os princípios da economicidade, da objetividade e da seleção da proposta mais vantajosa, podendo valer-se, de forma isolada ou combinada, de:

- I. propostas ou cotações formais de potenciais executoras;
- II. contratações similares realizadas por entes públicos ou privados, quando acessíveis e comparáveis;
- III. referências de mercado extraídas de fontes especializadas, publicações setoriais ou sítios eletrônicos idôneos; e
- IV. outros elementos idôneos que permitam aferir a razoabilidade do preço proposto.

4.2.2 A pesquisa baseada exclusivamente em cotações de potenciais fornecedoras deverá ser tratada como elemento subsidiário de convicção, devendo a CONTRATADA, sempre que possível, complementar a instrução com outras referências de mercado aptas a demonstrar a razoabilidade do preço e a comparabilidade do escopo.

4.2.3 O memorial comparativo de preços deverá conter, no mínimo:

- I. identificação das fontes consultadas;
- II. data das consultas;
- III. descrição comparativa do escopo considerado em cada referência;
- IV. indicação de eventuais diferenças metodológicas, de equipe, prazo, entregáveis ou premissas entre as referências obtidas;

- V. análise crítica da comparabilidade das propostas;
- VI. justificativa técnica da escolha recomendada; e
- VII. conclusão expressa sobre a aderência do preço ao mercado.

4.2.4 A mera apresentação de 3 (três) cotações não vincula a SALSEC nem supre, por si só, a necessidade de demonstração fundamentada da compatibilidade do preço com o mercado, da adequação técnica da proposta e da compatibilidade da subcontratação com a lógica de preço global do contrato principal.

4.3A SALSEC deverá se manifestar acerca da aprovação da subcontratação em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da documentação completa.

4.3.1 O envio incompleto do conjunto documental apto a permitir a avaliação da subcontratada, conforme item anterior, autoriza a devolução para saneamento, hipótese em que o prazo de manifestação da SALSEC somente terá início após o recebimento integral da documentação exigida.

4.4A eventual rejeição da subcontratada deverá ser motivada e poderá fundar-se, entre outros motivos, em:

- a) insuficiência de experiência compatível;
- b) inadequação metodológica;
- c) composição inadequada da equipe;
- d) conflito de interesses;
- e) proposta incompatível com o escopo mínimo exigido;
- f) previsão de custos variáveis incompatíveis com a lógica de preço global da contratação;
- g) ausência de comprovação idônea da compatibilidade do preço da subcontratação com os valores praticados no mercado;
- h) insuficiência, inconsistência ou inidoneidade das cotações, propostas ou demais referências utilizadas para demonstrar a razoabilidade do preço;
- i) ausência de comprovação de que a subcontratada é empresa de auditoria apta à execução do objeto, com responsável técnico legalmente habilitado;
- j) inadequação, insuficiência ou incompatibilidade da matriz preliminar de procedimentos de verificação previamente definidos com o escopo do Produto 1.2 ou com a metodologia factual, testável e rastreável exigida neste Anexo e no CONTRATO; ou
- k) inadequação do memorial comparativo de preços ou da justificativa de escolha da subcontratada.

- 4.5 Rejeitada a subcontratada, caberá à CONTRATADA apresentar nova indicação, sem ônus adicional para a SALSEC, sem transferência do risco da seleção e sem suspensão automática do prazo global da Fase 1.
- 4.6 A aprovação da subcontratação pela SALSEC não implica reconhecimento automático de reembolsabilidade, autonomia remuneratória ou direito da CONTRATADA à recomposição específica do custo da assessoria técnica, permanecendo a subcontratação, em regra, compreendida na remuneração principal contratada, ressalvada exclusivamente a hipótese excepcional prevista na Cláusula Décima Oitava.
- 4.7 A subcontratação prevista neste item não transfere à subcontratada qualquer relação jurídica direta com a SALSEC, nem exclui ou atenua a responsabilidade integral da CONTRATADA pela adequada coordenação, integração, consistência técnica e tempestividade dos produtos entregues.
- 4.8 A parcela dos serviços da empresa de auditoria que envolva verificação factual, testável e rastreável deverá observar metodologia previamente definida, baseada em critérios objetivos de teste, conferência e rastreabilidade, abrangendo, especialmente, o recebimento do universo de avaliação, a validação de dados, as reconciliações, os testes de consistência, a classificação de ocorrências, a segregação de inelegibilidades, o registro das exclusões, ajustes e reclassificações e a consolidação das exceções.
- 4.9 A matriz de procedimentos de verificação previamente definidos deverá ser proposta pela CONTRATADA e pela empresa de auditoria e submetida à aprovação prévia e expressa da SALSEC, devendo conter, no mínimo:
- I. descrição dos procedimentos a serem executados;
 - II. bases, registros, documentos e amostras a serem examinados;
 - III. critérios objetivos de teste, conferência e rastreabilidade;
 - IV. produtos esperados;
 - V. limitações metodológicas relevantes; e
 - VI. correspondência entre cada procedimento e os entregáveis do Produto 1.2.
- 4.10 O relatório emitido pela empresa de auditoria deverá registrar os procedimentos de verificação realizados, as respectivas constatações factuais, as limitações do trabalho e a identificação das bases, versões e amostras utilizadas, ficando consignado que não se trata de relatório com emissão de opinião, certificação ou conclusão de asseguração, sem prejuízo de sua utilização como insumo técnico do Produto 1.2.

- 4.11 A adoção, pela empresa de auditoria, de metodologia de verificação com escopo previamente definido não afasta a responsabilidade da CONTRATADA pela coordenação, integração, consolidação técnica e entrega tempestiva do Produto 1.2, nem substitui as demais análises e atividades exigidas neste Anexo, no CONTRATO, no Termo de Referência e no cronograma aprovado.
- 4.12 A disponibilização de bases e documentos para a *due diligence* deverá ocorrer, sempre que possível, em ambiente seguro e controlado, definido ou validado pela SALSEC, com perfis de acesso compatíveis com a necessidade da atividade, vedada a replicação, transmissão ou utilização para finalidade estranha ao objeto contratado, salvo autorização expressa da SALSEC.
- 4.13 A listagem de créditos disponibilizada pela CONTRATANTE constituirá o universo para avaliação, cabendo à subcontratada proceder à análise técnica e identificar, classificar e segregar créditos inelegíveis ou não aderentes aos critérios aplicáveis à operação, assegurando a rastreabilidade das exclusões, ajustes e reclassificações realizadas.
- 4.13.1 A listagem disponibilizada para avaliação terá caráter preliminar, instrumental e não vinculante, não representando definição final da carteira a ser cedida, nem confirmação definitiva da elegibilidade, recuperabilidade, exigibilidade, consistência ou aptidão dos créditos para compor a operação, cabendo à SALSEC, à SEFAZ e à PGMS, no âmbito de suas respectivas competências, deliberar sobre a carteira elegível e sobre os créditos que poderão integrar o instrumento definitivo de cessão de direitos creditórios.
- 4.14 A listagem referida no item anterior, disponibilizada pela CONTRATANTE, incluirá, quando possível:
- I. créditos em cobrança administrativa: créditos ativos, inscritos ou não em dívida ativa, ainda não submetidos à cobrança judicial;
 - II. créditos ajuizados: créditos ativos cuja cobrança seja objeto de execução fiscal ou outra medida judicial pertinente;
 - III. créditos parcelados ativos: créditos com exigibilidade suspensa em razão de parcelamento, ordinário ou especial, em situação de inadimplência ou mora tolerada; e
 - IV. créditos com exigibilidade suspensa: créditos ativos com cobrança temporariamente interrompida por razão distinta do parcelamento, inclusive por depósito judicial integral, recurso administrativo com efeito suspensivo ou decisão judicial.

- 4.15 A análise técnica da carteira deverá incluir verificação preliminar de aderência jurídica dos direitos creditórios à legislação aplicável à cessão onerosa e definitiva, especialmente quanto à elegibilidade, exigibilidade, constituição do crédito, reconhecimento pelo devedor, quando legalmente exigível, e aptidão para compor o lastro da operação, com identificação específica das hipóteses de dúvida jurídica material.
- 4.16 O objeto da subcontratação compreenderá, no mínimo, a execução dos seguintes serviços:
- I. tratamento, validação e rastreabilidade dos dados, incluindo reconciliações, checagens de consistência e, no que couber, procedimentos de verificação previamente definidos, com classificação e segregação, para fins de modelagem de recebimentos, de ocorrências que não configurem ingresso financeiro, tais como anistias, remissões, cancelamentos administrativos ou judiciais, isenções, prescrições e decadências sinalizadas, compensações, dações, estornos e baixas administrativas sem arrecadação, conforme disponibilidade dos registros;
 - II. análise dos créditos elegíveis e sua posterior estratificação por vetores de performance, incluindo, no mínimo:
 - a) tipo de crédito tributário;
 - b) tipo de garantia vinculada e garantias secundárias disponíveis;
 - c) ano de competência;
 - d) tempo de inscrição em dívida ativa;
 - e) status e estratégia de cobrança (créditos ajuizados, protestados ou em fase de cobrança administrativa); e
 - f) concentração e pulverização por devedor, inclusive com identificação de grupo econômico, quando possível, por faixas de valores e por ticket;
 - III. análise de desempenho histórico e elaboração de projeções de recuperação esperada e do perfil de risco da carteira, com construção de curvas de arrecadação mensais e acumuladas por safra, devendo ser apresentados, no mínimo, cenários base, conservador e de estresse, com premissas explícitas, rastreáveis e memória de cálculo;
 - IV. elaboração de relatórios, bases e memórias de cálculo contendo informações sobre o perfil dos créditos tributários elegíveis a compor a cessão onerosa definitiva de direitos creditórios, de modo a suportar a tomada de decisão e a documentação da operação de securitização; e

- V. relatório sintético de elegibilidade jurídica e regulatória da carteira, contendo a identificação dos principais filtros legais adotados, das exclusões realizadas e dos riscos residuais relevantes para fins de estruturação da oferta.
- 4.17 O Produto 1.2 deverá contemplar, no mínimo, os entregáveis:
- I. relatório técnico contendo procedimentos adotados, inclusive, no que couber, os procedimentos de verificação previamente definidos efetivamente executados, amostras analisadas e achados factuais;
 - II. tabelas de estratificação;
 - III. curvas mensais e curvas acumuladas por safra, com memória de cálculo; e
 - IV. quadro detalhado e consolidado de exceções, inconsistências e ajustes, com a respectiva quantificação e estimativa de impacto, quando possível.
- 4.18 Cada exclusão, ajuste, reclassificação ou mudança de status de crédito deverá estar associada a identificador único de rastreabilidade, com indicação da regra aplicada, da evidência utilizada, da data do tratamento e da correspondente memória de cálculo, de modo a assegurar trilha de auditoria e rastreabilidade suficientes à verificação, pela SALSEC e pelos órgãos de controle, dos critérios e tratamentos adotados.
- 4.19 Os cenários base, conservador e de estresse deverão observar premissas explícitas, tecnicamente justificadas e compatíveis com a realidade operacional da carteira, consideradas, quando houver, diretrizes técnicas mínimas expedidas pela SALSEC para calibração dos cenários.
- 4.20 O Produto 1.2 depende, para sua regular execução, cumulativamente:
- I. da aprovação prévia e expressa da subcontratação pela SALSEC; e
 - II. da disponibilização, pela CONTRATANTE e/ou órgãos correlatos, dos dados, acessos, evidências e validações necessários à realização dos procedimentos.

5 Produto 1.3: Relatório Consolidado da Fase 1

- 5.1 O Produto 1.3 consiste na apresentação, pela CONTRATADA, de Relatório Consolidado da Fase 1, elaborado com base no cronograma aprovado e nos resultados consolidados do Produto 1.2, contendo, no mínimo:
- I. síntese executiva dos trabalhos realizados;
 - II. critérios de elegibilidade e exclusão aplicados;
 - III. principais premissas e conclusões técnicas;
 - IV. riscos relevantes, pendências e pontos de atenção;

- V. impactos esperados sobre a modelagem econômico-financeira e sobre a estrutura da oferta; e
 - VI. recomendação técnica preliminar fundamentada, não vinculante, acerca da aptidão de prosseguimento para a fase subsequente, devendo indicar, de forma objetiva, uma das seguintes conclusões: (i) prosseguimento; (ii) prosseguimento com condicionantes; (iii) necessidade de reestruturação prévia; ou (iv) não prosseguimento da operação, com indicação das diligências ou condicionantes remanescentes, se houver, destinada exclusivamente a subsidiar a análise e a deliberação da SALSEC.
- 5.2 O Produto 1.3 depende da conclusão integral do Produto 1.2 e da consolidação, pela CONTRATADA, dos resultados técnicos, jurídicos, operacionais e informacionais obtidos na Fase 1.
- 5.3 O Relatório Consolidado da Fase 1 constitui o documento formal de encerramento técnico da fase, apto a subsidiar a análise, validação e deliberação da SALSEC quanto ao prosseguimento ou não da operação para a Fase 2.
- 6 A execução total da Fase 1, compreendendo os serviços e atividades correspondentes aos Produtos 1.1, 1.2 e 1.3, não poderá exceder o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da assinatura do CONTRATO, observado o cronograma aprovado e ressalvadas as hipóteses de suspensão formalmente justificadas.
- 6.1 A Fase 1 somente será considerada concluída quando, cumulativamente:
- I. o Produto 1.1 houver sido aprovado pela SALSEC;
 - II. o Produto 1.2 houver sido entregue em sua integralidade e considerado tecnicamente apto à análise;
 - III. o Produto 1.3 houver sido entregue em sua integralidade, acompanhado dos documentos de suporte aplicáveis, e considerado tecnicamente apto à análise pela SALSEC; e
 - IV. a SALSEC emitir manifestação formal de aceite técnico da fase, quanto à completude, rastreabilidade e aderência ao escopo dos produtos, e deliberação quanto ao prosseguimento para a Fase 2.
- 6.2 A Fase 1 poderá ser considerada validamente concluída ainda que o resultado técnico aponte inviabilidade econômico-financeira, jurídica ou operacional de prosseguimento da operação, desde que os Produtos tenham sido apresentados de forma completa, tecnicamente adequada e apta à deliberação da SALSEC. Nessa hipótese, a conclusão da fase não implicará obrigação de avanço à Fase 2.

APÊNDICE “B” DO ANEXO IV
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DA FASE 2
ESTRUTURAÇÃO DA OPERAÇÃO

1 - A Fase 2 tem por finalidade consolidar a estrutura técnica, econômico-financeira, regulatória e documental da operação, de modo a subsidiar a deliberação da SALSEC sobre o prosseguimento da oferta e da operação para a fase de distribuição das debêntures.

2. A FASE 2 – ESTRUTURAÇÃO DA OPERAÇÃO:

2.1 A Fase 2 compreende a execução e a entrega de 4 (quatro) Produtos, observados os prazos, dependências, condições de aceite e critérios de conclusão estabelecidos neste item:

- II. Produto 2.1: *Rating* Preliminar;
- III. Produto 2.2: Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira;
- IV. Produto 2.3: Estratégia Preliminar de Estruturação e Distribuição da Emissão;
- V. Produto 2.4: Relatório Consolidado da Estruturação.

2.2 Para os fins desta Fase 2, o parâmetro indicativo de *rating*-alvo, a meta estimada da emissão, o público-alvo, a composição do lastro, a safra, a coorte, a data-base, a estrutura de séries das debêntures, os mecanismos de proteção e de segregação patrimonial, o regime de colocação, as premissas de garantia firme e os demais parâmetros essenciais da operação constituem premissas estruturais iniciais da modelagem, devendo orientar os trabalhos da CONTRATADA e a deliberação da SALSEC.

2.3 Caso o *rating* preliminar, a *due diligence* do lastro, o Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira, a Nota Técnica de Viabilidade e Condições de Mercado ou as condições de mercado indiquem a necessidade de ajuste das premissas estruturais da operação, a CONTRATADA poderá recomendar, de forma técnica e fundamentada, as adequações necessárias à viabilidade, à suficiência do lastro, à capacidade de monetização dos direitos creditórios, à atratividade da oferta, à proteção da SALSEC, à preservação do interesse público e à vantajosidade da operação.

2.3.1 A recomendação da CONTRATADA não confere direito à alteração unilateral da operação, não autoriza flexibilização por conveniência comercial própria, de terceiro participante da distribuição ou de potencial investidor, e somente produzirá efeitos se aprovada formalmente pela SALSEC, e, quando aplicável, precedida das manifestações institucionais cabíveis da SEFAZ, da PGMS e dos demais órgãos competentes, observados o Edital, o Termo de Referência, o CONTRATO, a legislação aplicável, a regulamentação da CVM e a documentação da operação.

PRODUTO 2.1 – RATING PRELIMINAR

3. O Produto 2.1 consiste no apoio, coordenação técnica e articulação necessários à obtenção de classificação preliminar de risco das debêntures lastreadas no direito autônomo ao recebimento dos créditos tributários do Município de Salvador, a serem emitidas pela SALSEC, junto a agência de classificação de risco de crédito devidamente registrada ou reconhecida pela CVM.
- 3.1 Compete à CONTRATADA coordenar a organização, consolidação e apresentação dos insumos técnicos, econômico-financeiros, jurídicos, documentais e operacionais necessários à análise da agência classificadora, inclusive aqueles relativos à carteira de direitos creditórios, à estrutura preliminar da operação, aos fluxos projetados, aos mecanismos de proteção da emissão e às demais premissas estruturais da modelagem, observada a independência técnica da agência quanto à metodologia adotada e à nota a ser atribuída.
 - 3.1.1 Quaisquer garantias, reforços, mecanismos de proteção, vinculações, contas, reservas ou estruturas de subordinação considerados para fins de *rating* deverão estar limitados aos bens, direitos, fluxos e mecanismos integrantes da estrutura da emissão e do patrimônio separado, sem coobrigação, garantia fidejussória, recompra, suporte de liquidez, recomposição financeira ou responsabilidade patrimonial do Município de Salvador na qualidade de cedente.
- 3.2 O Produto 2.1 deverá ser entregue à SALSEC em pacote técnico único, contendo, no mínimo:
 - I. identificação da agência classificadora envolvida e do escopo da análise realizada;
 - II. nota preliminar emitida, ou documento equivalente que formalize a conclusão preliminar da agência, com indicação da escala utilizada;
 - III. declaração expressa de que o *rating* se refere à emissão estruturada objeto da operação, e não a *rating* corporativo geral da SALSEC;
 - IV. sumário executivo dos principais fatores considerados para a atribuição da nota;

- V. identificação dos pontos críticos, restrições, condicionantes, ressalvas e sensibilidades relevantes apontados pela agência;
 - VI. manifestação técnica da CONTRATADA sobre os impactos do *rating* preliminar na modelagem econômico-financeira, na suficiência do lastro, na capacidade de monetização dos direitos creditórios, na atratividade da oferta, nos mecanismos de proteção e na estratégia preliminar de estruturação e distribuição;
 - VII. tabela oficial de correspondência entre escala nacional e escala global da agência, quando aplicável, para aferição objetiva da equivalência ao parâmetro indicativo de *rating*-alvo previsto no Termo de Referência; e
 - VIII. memorando de encaminhamento com síntese do *rating* obtido, seus principais fundamentos e os impactos esperados sobre os produtos subsequentes da Fase 2.
- 3.3 O Produto 2.1 depende da conclusão formal da Fase 1 e da disponibilização dos insumos técnicos e documentais necessários à análise da agência classificadora, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pela coordenação do processo, pela adequada articulação com os envolvidos e pela comunicação tempestiva à SALSEC de pendências, limitações ou riscos capazes de afetar o cronograma, o *rating* ou a modelagem da operação.
- 3.4 Caso o *rating* preliminar não alcance o parâmetro indicativo de *rating*-alvo previsto no Termo de Referência, ou contenha condicionantes, ressalvas, restrições ou sensibilidades relevantes, a CONTRATADA deverá apresentar análise técnica fundamentada dos fatores limitadores identificados e dos impactos esperados sobre:
- I. spread, remuneração, volume, prazo, séries, subordinação, reservas, covenants e demais mecanismos de proteção;
 - II. composição do lastro de créditos;
 - III. regime de colocação, atratividade da oferta, probabilidade de distribuição e condições de mercado; e
 - IV. necessidade de atualização, reconfirmação ou nova emissão de *rating* preliminar.

- 3.5A análise prevista no item anterior poderá conter recomendação técnica de prosseguimento, prosseguimento condicionado, ajuste, reestruturação, complementação do lastro ou não prosseguimento da operação, inclusive quanto à revisão de premissas da estrutura da emissão ~~estruturais~~, desde que demonstrada sua necessidade para a viabilidade econômico-financeira, suficiência do lastro, capacidade de monetização dos direitos creditórios, atratividade da oferta, proteção da SALSEC, preservação do interesse público ou vantajosidade da operação.
- 3.6O Produto 2.1 constitui insumo obrigatório para o Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira, para a Nota Técnica de Viabilidade e Condições de Mercado, para a Estratégia Preliminar de Estruturação e Distribuição da Emissão e para o Relatório Consolidado da Estruturação.
- 3.7A entrega ou aprovação do Produto 2.1 não autoriza o lançamento da oferta, a disponibilização de materiais a investidores, a abertura de ambiente de investidores, a realização de *roadshow*, a coleta de intenções de investimento ou qualquer ato externo de distribuição ou interação com o mercado, que dependerão das deliberações e aprovações formais previstas neste Anexo, no CONTRATO e na documentação da operação.

PRODUTO 2.2 – ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

4. O Produto 2.2 consiste na elaboração, revisão, consolidação e submissão à aprovação da SALSEC de Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da operação de securitização, com a finalidade de verificar, de forma técnica, fundamentada, rastreável e compatível com as práticas usuais de mercado, a viabilidade econômico-financeira da emissão, a suficiência do lastro, a capacidade de monetização dos direitos creditórios, a atratividade da oferta e a vantajosidade da operação.
- 4.1O Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira deverá ser elaborado com base, no mínimo:
- I. nos resultados, bases, relatórios, memórias de cálculo, estratificações, curvas e conclusões técnicas da Fase 1;
 - II. na carteira potencialmente elegível e respectiva data-base de referência;
 - III. nas premissas de elegibilidade, recuperação, exclusão, concentração, performance histórica e risco residual do lastro;
 - IV. no *rating* preliminar obtido, incluindo suas premissas, condicionantes, ressalvas, sensividades e limitações;
 - V. nas condições estimadas de mercado, custos da operação, regime de colocação, premissas de garantia firme, mecanismos de proteção e demais parâmetros estruturais iniciais da emissão; e

- VI. nas premissas jurídicas obrigatórias da operação, especialmente de que se trata de cessão onerosa, definitiva e *pro soluto*, sem coobrigação, recompra, garantia de adimplemento, obrigação de recomposição financeira e suporte de liquidez do Município na qualidade de cedente.

4.2 O Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira deverá conter, no mínimo:

- I. síntese executiva, com racional econômico-financeiro da estrutura, principais conclusões e recomendação técnica;
- II. descrição da base de dados utilizada, da data-base considerada, das versões controladas dos arquivos, das premissas adotadas, das fontes utilizadas e das limitações metodológicas relevantes;
- III. demonstração do universo analisado e da carteira considerada na modelagem, com indicação dos vetores relevantes de performance, tais como tipo de crédito tributário, tipos e garantia, ano de competência, tempo de inscrição em dívida ativa, status e estratégia de cobrança, concentração e pulverização por devedor;
- IV. modelagem dos fluxos esperados da operação, em periodicidade compatível com a estrutura da emissão, contemplando ingressos projetados do lastro, deduções metodológicas, despesas da operação, reservas, ordem de prioridade de pagamentos e serviço projetado da dívida, quando aplicáveis;
- V. proposta preliminar de estrutura da emissão, incluindo, quando aplicável, séries ou classes, subordinação, remuneração indicativa, cronograma de amortização e pagamento, mecanismos de segregação e de proteção, obrigações da emissão, reservas, índices de cobertura e liquidez, gatilhos e demais reforços estruturais compatíveis com o regime jurídico da operação;
- VI. cenários base, conservador e de estresse, acompanhados de memória de cálculo, premissas explícitas e análise de sensibilidade das principais variáveis da modelagem;
- VII. análise da compatibilidade da estrutura proposta com o regime jurídico da cessão onerosa, definitiva e *pro soluto*, sem coobrigação e sem retenção de risco pelo Município na qualidade de cedente, a segregação patrimonial, a preservação das competências da SEFAZ e da PGMS, a operacionalização da arrecadação e a conciliação dos fluxos;
- VIII. análise regulatória e mercadológica da oferta, incluindo enquadramento, rito aplicável, público-alvo, restrições de revenda, documentos exigíveis ou dispensáveis, atratividade, liquidez, faixa indicativa de remuneração, volume potencialmente colocável e aderência ao regime de colocação;

- IX. identificação das condições precedentes, diligências complementares, validações institucionais, ajustes operacionais, providências documentais, aprovações internas e manifestações de órgãos correlatos necessárias ao prosseguimento regular da operação; e
- X. conclusão técnica expressa quanto à viabilidade, viabilidade condicionada, necessidade de reestruturação prévia ou não prosseguimento da operação.

4.3 As premissas utilizadas no Produto 2.2 deverão ser classificadas, de forma expressa e segregada, em premissas factuais, metodológicas, de mercado, jurídico-regulatórias e condicionadas à deliberação futura da SALSEC ou de órgãos correlatos.

4.4 O Produto 2.2 deverá ser acompanhado, no mínimo, dos seguintes entregáveis:

- I. relatório técnico principal;
- II. sumário executivo para deliberação;
- III. Nota Técnica de Viabilidade e Condições de Mercado;
- IV. modelo financeiro completo, em formato editável e em versão protegida;
- V. memória de cálculo integral;
- VI. quadro consolidado de premissas e respectivas fontes;
- VII. matriz de sensibilidades;
- VIII. quadro de riscos, condicionantes e mitigadores; e
- IX. matriz de condições precedentes, pendências remanescentes e premissas estruturais sujeitas à deliberação da SALSEC.

4.4.1 O modelo financeiro deverá conter identificação de versões, separação entre células editáveis e fórmulas e coerência integral com as premissas descritas no relatório técnico.

4.4.2 A mera entrega de planilha desacompanhada de documentação metodológica, memória de cálculo, identificação de premissas e rastreabilidade não caracterizará adimplemento do Produto 2.2.

4.5 A Nota Técnica de Viabilidade e Condições de Mercado constituirá documento executivo-sintético de encaminhamento à deliberação da SALSEC e deverá guardar coerência integral com o relatório técnico principal, o modelo financeiro e os demais entregáveis do Produto 2.2.

4.5.1 A Nota Técnica deverá conter, no mínimo:

- I. síntese do *rating* preliminar, de seus fundamentos, condicionantes, ressalvas e impactos esperados;
- II. proposta consolidada dos parâmetros essenciais da modelagem;

- III. indicação de aderência ou não ao parâmetro indicativo de *rating*-alvo e às condições de colocação pretendidas pela SALSEC;
- IV. recomendação técnica de prosseguimento, prosseguimento condicionado, ajuste, reestruturação ou não prosseguimento da operação;
- V. indicação de eventuais alterações materiais que possam demandar atualização, reconfirmação ou nova emissão de *rating*; e
- VI. demonstração de que eventual recomendação de revisão de premissas estruturais decorre de necessidade técnica da operação, e não de conveniência comercial isolada da CONTRATADA, de terceiro participante da distribuição ou de potencial investidor.

4.6 Recebido o Produto 2.2 em versão completa, a SALSEC deliberará de forma expressa e motivada, podendo:

- I. aprovar o prosseguimento dos trabalhos da Fase 2;
- II. determinar ajustes técnicos adicionais, com reapresentação total ou parcial do Produto 2.2;
- III. determinar análise complementar, atualização, substituição, inclusão ou complementação da carteira por safra, coorte, data-base ou conjunto adicional de direitos creditórios originados de créditos tributários do Município de Salvador;
- IV. determinar a submissão de alterações materiais à agência classificadora para atualização, reconfirmação ou nova emissão de *rating* preliminar; ou
- V. decidir pelo não prosseguimento da preparação da distribuição ou do avanço à Fase 3, quando evidenciada inviabilidade econômica, financeira, jurídica, regulatória, operacional ou mercadológica da operação.

4.6.1 A deliberação da SALSEC poderá ser precedida, quando cabível, de análise conjunta com a SEFAZ, a PGMS e demais órgãos competentes.

4.7 Caso sobrevenha, após a entrega do Produto 2.2 e antes do encerramento da Fase 2, alteração material nas bases de dados, no *rating* preliminar, nas condições de mercado, na regulamentação aplicável ou em qualquer fator apto a afetar relevantemente a modelagem, a estrutura, as premissas estruturais ou a viabilidade da distribuição, a CONTRATADA deverá atualizar o Produto 2.2, com explicitação objetiva dos impactos correspondentes.

4.8 O Produto 2.2 poderá concluir, de forma fundamentada, pela inviabilidade da operação ou pela sua viabilidade condicionada a ajustes relevantes, hipótese em que a entrega será considerada tecnicamente válida se contiver todos os elementos exigidos neste Anexo e no CONTRATO, sem que disso decorra obrigação de prosseguimento da operação, lançamento da oferta, início da distribuição ou avanço à Fase 3.

PRODUTO 2.3 – ESTRATÉGIA PRELIMINAR DE ESTRUTURAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA EMISSÃO

5. O Produto 2.3 consiste na elaboração, revisão, consolidação e submissão à aprovação da SALSEC da Estratégia Preliminar de Estruturação e Distribuição da Emissão, com a finalidade de organizar, em documento único, a estrutura preliminar da emissão, os parâmetros essenciais da operação, a estratégia preliminar de distribuição, o enquadramento regulatório e a documentação preparatória necessária ao eventual avanço à Fase 3.

5.1 O Produto 2.3 deverá refletir os resultados validados da Fase 1, o rating preliminar, o Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira, a Nota Técnica de Viabilidade e Condições de Mercado, as deliberações formais da SALSEC e as premissas estruturais aprovadas, reavaliadas ou condicionadas no âmbito da Fase 2.

5.2 A Estratégia Preliminar de Estruturação e Distribuição da Emissão deverá considerar que a oferta pública será destinada exclusivamente a investidores profissionais, observados o regime regulatório aplicável, a atratividade de mercado, a liquidez esperada, o perfil da emissão e as restrições de negociação e revenda incidentes.

5.3 O Produto 2.3 deverá conter, no mínimo:

- I. definição do formato preliminar da emissão, incluindo séries ou classes, ordem de prioridade de pagamentos, subordinação, eventual série mezanino ou subordinada, mecanismos de proteção, reservas, *covenants* e demais elementos estruturais relevantes;
- II. recomendação dos parâmetros essenciais da emissão, incluindo, conforme aplicável, Meta de Emissão, eventual volume adicional, remuneração indicativa, prazo, cronograma de amortização e pagamento, sistema de amortização, público-alvo, regime de colocação, premissas de garantia firme e eventual parcela remanescente sujeita ao regime de melhores esforços; indicação da carteira considerada na modelagem aprovada, com referência à safra, coorte, data-base ou conjunto de direitos creditórios originados de créditos tributários do Município de Salvador, bem como ao volume de lastro necessário à estrutura proposta;

- III. projeção dos fluxos de pagamento das debêntures e dos mecanismos de proteção da operação, em coerência com o modelo financeiro aprovado no Produto 2.2;
 - IV. estratégia preliminar de distribuição, contemplando público-alvo, tranche de mercado, canais de colocação, premissas de alocação, cronograma indicativo, condições precedentes, documentos necessários e principais riscos de execução;
 - V. nota técnica de enquadramento regulatório da oferta, contendo o rito aplicável, os documentos exigíveis ou dispensáveis, os avisos e alertas regulatórios, as restrições de revenda e os principais reflexos regulatórios da estrutura proposta;
 - VI. descrição dos mecanismos de segregação patrimonial, vinculação dos direitos creditórios, contas vinculadas, patrimônio separado, waterfall, reservas e demais instrumentos de proteção da emissão;
 - VII. confirmação de que a estrutura proposta não implica coobrigação, garantia, recompra, suporte de liquidez, recomposição financeira ou responsabilidade patrimonial do Município de Salvador quanto à performance da carteira cedida, na qualidade de cedente;
 - VIII. indicação de que os recebimentos dos direitos creditórios vinculados à emissão deverão ser direcionados à conta vinculada da emissão e ao patrimônio separado, sem trânsito prévio por conta bancária do Município de Salvador, observada a estrutura operacional aprovada; e
 - IX. minutas preparatórias dos instrumentos contratuais, societários, regulatórios e operacionais necessários ao eventual avanço à Fase 3, acompanhadas de matriz de versões, comentários, pendências e condições precedentes.
- 5.4A Estratégia Preliminar deverá observar, como referência principal de remuneração das debêntures, CDI acrescido de spread, sem prejuízo da definição da taxa final no procedimento de bookbuilding e da observância dos limites, parâmetros e condições previstos no Edital, no Termo de Referência, no CONTRATO e na documentação da operação.
- 5.5A alteração material de premissa estrutural aprovada poderá depender de atualização, reconfirmação ou nova emissão de rating, quando a alteração puder impactar materialmente o risco de crédito da operação, conforme avaliação da SALSEC e observados os procedimentos da agência classificadora.

5.6A eventual subscrição, pela CONTRATADA, de debêntures de série ou classe diversa daquela sujeita à sua obrigação de colocação somente poderá constar da estrutura proposta se houver previsão expressa na estrutura aprovada pela SALSEC, justificativa técnica específica, observância das regras de governança e prevenção de conflitos de interesses, compatibilidade com o regime de colocação aprovado e definição clara das respectivas condições financeiras e jurídicas nos documentos da operação.

5.7 As minutas preparatórias dos instrumentos contratuais, societários, regulatórios e operacionais deverão ser elaboradas em articulação com a assessoria jurídica da CONTRATADA sem que disso decorra obrigação da CONTRATADA de praticar atos privativos de advocacia ou de assumir responsabilidade exclusiva por manifestações jurídicas atribuíveis aos órgãos ou assessorias jurídicas competentes.

5.8 O Produto 2.3 deverá ser acompanhado, no mínimo, de:

- I. relatório da Estratégia Preliminar de Estruturação e Distribuição da Emissão;
- II. quadro consolidado dos parâmetros essenciais da emissão;
- III. matriz de aderência entre o Produto 2.3, o Produto 2.2, a Nota Técnica de Viabilidade e Condições de Mercado, o Edital, o Termo de Referência e o CONTRATO;
- IV. memórias de cálculo e versões controladas dos modelos utilizados, quando aplicável;
- V. matriz de condições precedentes, pendências e responsáveis;
- VI. minutas preparatórias dos documentos da operação; e
- VII. manifestação técnica fundamentada da CONTRATADA sobre a aptidão de prosseguimento para a Fase 3.

5.9A aprovação do Produto 2.3 pela SALSEC não autoriza, por si só, o lançamento da oferta, a disponibilização de materiais a investidores, a abertura de ambiente de investidores, a realização de roadshow, a coleta de intenções de investimento, ou qualquer ato externo de distribuição ou interação com o mercado, que dependerão do encerramento técnico da Fase 2, da aprovação do Produto 2.4 e das demais deliberações formais previstas no CONTRATO e na documentação da operação.

PRODUTO 2.4 – RELATÓRIO CONSOLIDADO DA ESTRUTURAÇÃO

6. O Produto 2.4 consiste na elaboração, consolidação e submissão à SALSEC do Relatório Consolidado da Estruturação, destinado a encerrar tecnicamente a Fase 2 e a subsidiar a deliberação formal da SALSEC quanto ao prosseguimento, ajuste, reestruturação ou não prosseguimento da operação para a Fase 3.

6.1 O Relatório Consolidado da Estruturação deverá consolidar, de forma objetiva e rastreável, o Rating Preliminar, o Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira, a Nota Técnica de Viabilidade e Condições de Mercado, a Estratégia Preliminar de Estruturação e Distribuição da Emissão e as deliberações formais da SALSEC proferidas no curso da Fase 2.

6.2 O Produto 2.4 deverá conter, no mínimo:

- I. síntese executiva da estrutura submetida à deliberação da SALSEC, com indicação da recomendação técnica final da CONTRATADA;
- II. quadro consolidado dos parâmetros essenciais da emissão, incluindo volume, séries ou classes, remuneração indicativa, prazo, cronograma de amortização e pagamento, regime de colocação, premissas de garantia firme, mecanismos de proteção e demais elementos estruturais relevantes;
- III. indicação da carteira considerada na modelagem, com referência à safra, coorte, data-base ou conjunto de direitos creditórios originados de créditos tributários do Município de Salvador, bem como ao volume de lastro considerado suficiente para a estrutura proposta;
- IV. consolidação da modelagem econômico-financeira, dos cenários, das sensibilidades, dos mecanismos de proteção e dos principais fundamentos de viabilidade, suficiência do lastro, capacidade de monetização, atratividade de mercado e vantajosidade da operação;
- V. resumo do rating preliminar obtido, de seus fundamentos, condicionantes, ressalvas, sensibilidades e impactos sobre a estrutura da emissão;
- VI. síntese da Estratégia Preliminar de Estruturação e Distribuição da Emissão, incluindo enquadramento regulatório, rito aplicável, público-alvo, documentos preparatórios, providências perante CVM, ANBIMA, B3 ou demais entidades competentes, quando aplicável, e condições mínimas para eventual avanço à Fase 3;
- VII. matriz consolidada de documentos, condições precedentes, pendências, protocolos, responsáveis, status, providências necessárias e prazos estimados para superação;
- VIII. indicação dos riscos jurídicos, regulatórios, econômico-financeiros, operacionais, informacionais e de mercado remanescentes, com respectivas medidas mitigadoras ou providências recomendadas;
- IX. registro das deliberações da SALSEC sobre os Produtos 2.1, 2.2 e 2.3, inclusive sobre eventual revisão, manutenção ou condicionamento das premissas estruturais da operação;

- X. identificação dos Parâmetros Previamente Aprovados que poderão orientar a Fase 3, observado que sua utilização dependerá das deliberações formais aplicáveis e da documentação definitiva da operação; e
- XI. manifestação técnica fundamentada quanto à aptidão da operação para avanço à Fase 3, avanço condicionado, necessidade de ajustes adicionais, reestruturação prévia ou não prosseguimento.

6.3 Caso a Fase 2 tenha envolvido recomendação ou deliberação sobre revisão de premissas estruturais, o Produto 2.4 deverá registrar, de forma segregada, os fundamentos técnicos, os impactos esperados e a deliberação da SALSEC, especialmente quando a revisão envolver volume, composição do lastro, safra, coorte, data-base, conjunto adicional de direitos creditórios, estrutura de séries, mecanismos de proteção, regime de colocação ou premissas de garantia firme.

6.3.1 O registro previsto no item anterior não conferirá à CONTRATADA direito à alteração unilateral da operação, nem autorizará flexibilização por conveniência comercial própria, de terceiro participante da distribuição ou de potencial investidor, permanecendo qualquer ajuste sujeito à deliberação formal da SALSEC e, quando aplicável, às manifestações institucionais cabíveis, à atualização ou reconfirmação do rating e à documentação definitiva da operação.

6.4 O Produto 2.4 deverá ser acompanhado dos documentos de suporte necessários à verificação de suas conclusões, incluindo, quando aplicável, versões controladas dos relatórios, modelos, minutas, matrizes, deliberações, comunicações relevantes e documentos técnicos produzidos ou consolidados no curso da Fase 2.

6.5 A apresentação do Produto 2.4 não autoriza, por si só, o lançamento da oferta, a disponibilização de materiais a investidores, a abertura de ambiente de investidores, a realização de roadshow, a coleta de intenções de investimento, o bookbuilding, o protocolo externo de documentos ou qualquer ato externo de distribuição ou interação com o mercado, os quais dependerão das aprovações formais cabíveis da SALSEC e das condições previstas no CONTRATO, neste Anexo e na documentação da operação.

6.6 A Fase 2 poderá ser considerada validamente concluída ainda que o Produto 2.4 recomende o não prosseguimento da operação ou o não avanço à Fase 3, desde que os Produtos da Fase 2 tenham sido entregues de forma completa, tecnicamente consistente, rastreável e apta à deliberação da SALSEC.

DISPOSIÇÕES GERAIS DA FASE 2

7. A execução da Fase 2 obedecerá ao cronograma aprovado pela SALSEC, admitida a realização concomitante, parcial ou escalonada de atividades preparatórias de fases subsequentes, desde que compatíveis com o CONTRATO, com os marcos decisórios aplicáveis e com as deliberações formais da SALSEC.
- 7.1 A realização concomitante de atividades preparatórias não importará aceite de produto, aprovação tácita, encerramento automático da Fase 2, autorização de lançamento da oferta ou dispensa de deliberação formal da SALSEC para os atos sujeitos à sua aprovação.
- 7.2 Ao longo da Fase 2, a CONTRATADA deverá manter interlocução técnica permanente com a SALSEC e, quando aplicável, com a SEFAZ, a PGMS e demais órgãos competentes, assegurando comunicação clara, tempestiva e registro formal das pendências, recomendações, deliberações e alterações relevantes da estrutura da operação.
- 7.3 A alteração material de premissa estrutural poderá demandar atualização, reconfirmação ou nova emissão de rating, revisão da modelagem econômico-financeira, ajustes nos documentos da operação ou nova deliberação da SALSEC, conforme a natureza e o impacto da alteração.
- 7.4 A preparação de documentos, minutas, formulários, requerimentos, comunicações e providências regulatórias no âmbito da Fase 2 não autoriza, por si só, protocolo externo, lançamento da oferta, disponibilização de materiais a investidores, abertura de ambiente de investidores, roadshow, coleta de intenções de investimento, bookbuilding ou qualquer ato externo de distribuição ou interação com o mercado.
- 7.5 O protocolo de pedido de registro, comunicação ou requerimento perante a CVM, bem como qualquer submissão, comunicação, registro ou providência correlata perante ANBIMA, B3 ou demais entidades competentes, quando aplicável, somente poderá ocorrer após deliberação formal da SALSEC aprovando a estrutura da emissão, os documentos da oferta e o prosseguimento da operação, sem prejuízo da preparação prévia dos documentos no âmbito da Fase 2.

MARCOS DECISÓRIOS DA FASE 2

8. Constituem marcos decisórios relevantes da Fase 2, entre outros:
- I. apresentação do rating preliminar à SALSEC, com seus fundamentos, condicionantes, ressalvas e impactos esperados;
 - II. apresentação da Nota Técnica de Viabilidade e Condições de Mercado, previamente a qualquer ato externo de distribuição ou interação com o mercado;

- III. deliberação formal da SALSEC sobre a viabilidade da operação, os parâmetros essenciais da emissão, a suficiência do lastro, a vantajosidade e eventual revisão das premissas estruturais;
- IV. aprovação formal da Estratégia Preliminar de Estruturação e Distribuição da Emissão;
- V. aprovação ou ciência formal, conforme o caso, dos documentos preparatórios da operação; e
- VI. deliberação da SALSEC sobre o encerramento técnico da Fase 2 e o eventual avanço à Fase 3.

ENCERRAMENTO DA FASE 2

9. A Fase 2 somente será considerada concluída quando, cumulativamente:

- I. o Produto 2.1 houver sido entregue e considerado tecnicamente apto à análise da SALSEC;
- II. o Produto 2.2 houver sido entregue em sua integralidade, acompanhado da Nota Técnica de Viabilidade e Condições de Mercado, e submetido à deliberação formal da SALSEC;
- III. o Produto 2.3 houver sido entregue em sua integralidade, com a estratégia preliminar, os parâmetros essenciais e os documentos preparatórios da operação;
- IV. o Produto 2.4 houver sido entregue em sua integralidade, acompanhado dos documentos de suporte aplicáveis e considerado tecnicamente apto à deliberação da SALSEC; e

9.1a SALSEC emitir manifestação formal de aceite técnico da Fase 2, quanto à 9.1 completude, rastreabilidade, consistência e aderência ao escopo dos produtos e 9.1 deliberação quanto ao prosseguimento, prosseguimento condicionado, 9.1 reestruturação prévia ou não avanço à Fase 3. A Fase 2 poderá ser considerada validamente concluída ainda que o resultado técnico, econômico-financeiro, jurídico, regulatório ou de mercado recomende o não lançamento da oferta ou o não avanço à Fase 3, desde que os produtos tenham sido entregues de forma completa, tecnicamente consistente, rastreável e apta à deliberação da SALSEC.

9.2A conclusão da Fase 2 não gera obrigação de lançamento da oferta, início da distribuição, protocolo externo, bookbuilding, fechamento ou liquidação da emissão, os quais dependerão das deliberações formais cabíveis e das condições previstas no CONTRATO, no Edital, no Termo de Referência e na documentação da operação.

APÊNDICE “C” DO ANEXO IV
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DA FASE 3
DISTRIBUIÇÃO DAS DEBÊNTURES

1 FINALIDADE DA FASE 3

A Fase 3 tem por finalidade estruturar a oferta perante o mercado, executar a distribuição das debêntures e consolidar documentalmente o fechamento da operação, ou, nas hipóteses admitidas no CONTRATO e no Termo de Referência, o encerramento da oferta sem liquidação da emissão.

A FASE 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS DEBÊNTURES:

2. A Fase 3 compreende a execução e a entrega de 3 (três) Produtos, observados os prazos, dependências, condições de aceite e critérios de conclusão estabelecidos neste item:
 - I. Produto 3.1: Estruturação da Oferta;
 - II. Produto 3.2: Execução da Oferta;
 - III. Produto 3.3: Dossiê de Fechamento da Operação;
- 2.1 A Fase 3 será executada com base nos Parâmetros Previamente Aprovados pela SALSEC ao final da Fase 2 e, quando aplicável, nos parâmetros adicionais aprovados antes do lançamento da oferta ou do início do *bookbuilding*, inclusive quanto a volume, remuneração indicativa, estrutura de séries, composição do lastro, safra, coorte, data-base, mecanismos de proteção, regime de colocação, premissas de garantia firme, parcela sujeita a melhores esforços e demais condições estruturais da operação.
- 2.2 Caso, antes ou durante a Fase 3, sobrevenha alteração material de mercado, demanda, *rating*, lastro, documentação, condição regulatória ou risco da operação que indique a necessidade de ajuste dos Parâmetros Previamente Aprovados, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a SALSEC e apresentar recomendação técnica fundamentada, cabendo exclusivamente à SALSEC deliberar sobre o acolhimento, rejeição, condicionamento, determinação de ajustes adicionais, retorno a etapa anterior ou não prosseguimento da oferta.

2.3A recomendação prevista no item anterior não autoriza alteração unilateral da operação, flexibilização por conveniência comercial própria, de terceiro participante da distribuição ou de potencial investidor, nem afastamento da garantia firme eficaz e exigível, permanecendo qualquer ajuste sujeito à deliberação formal da SALSEC, às manifestações institucionais cabíveis, à atualização ou reconfirmação de rating quando aplicável, e à documentação definitiva da operação.

PRODUTO 3.1 – ESTRUTURAÇÃO DA OFERTA

3. O Produto 3.1 consiste na organização, revisão, consolidação e submissão à aprovação da SALSEC do pacote de estruturação da oferta, em conformidade com os Parâmetros Previamente Aprovados, com o Relatório Consolidado da Estruturação da Fase 2, com os documentos da operação e com a regulamentação aplicável à oferta pública de distribuição de valores mobiliários destinada exclusivamente a investidores profissionais.

3.1O Produto 3.1 deverá ser entregue à SALSEC em pacote único, completo, rastreável e auditável, contendo, no mínimo:

- I. documentos informacionais relativos à SALSEC, à operação, à estrutura da emissão, aos direitos creditórios que comporão o lastro e aos mecanismos de proteção da oferta;
- II. materiais permitidos pela regulamentação aplicável para apresentação da operação a potenciais investidores, incluindo apresentações, lâminas, lâminas-resumo, *teaser*, cartas ou roteiros do processo de distribuição, memorandos e demais peças de suporte à oferta;
- III. documentos, formulários, requerimentos, comunicações, avisos e informações necessários ao protocolo, registro, comunicação, divulgação ou colocação da oferta perante CVM e, quando cabível, perante a ANBIMA, a B3 ou outras entidades de mercado envolvidas na operação, conforme o rito regulatório, os procedimentos de autorregulação aplicáveis e a infraestrutura de mercado utilizada;
- IV. avisos e alertas regulatórios exigidos para ofertas destinadas exclusivamente a investidores profissionais, inclusive quanto à eventual dispensa de prospecto, ausência de análise prévia da CVM, restrições de negociação e revenda e demais limitações aplicáveis;
- V. Estratégia Final de Distribuição;
- VI. Plano de Disponibilização de Informações e Governança do Ambiente Seguro;
- VII. Memorando de Aderência aos Parâmetros Previamente Aprovados.

3.2A Estratégia Final de Distribuição deverá conter, no mínimo:

- I. público-alvo limitado a investidores profissionais;
- II. canais, forma de colocação e cronograma estimado da oferta;
- III. parâmetros indicativos de volume, remuneração, prazo, séries ou classes, regime de colocação, premissas de garantia firme, parcela sujeita a melhores esforços e condições de alocação e liquidação;
- IV. investidores-alvo por perfil, segmento ou tipologia, observadas as regras de *suitability* e as restrições regulatórias aplicáveis;
- V. indicação dos documentos da oferta a serem utilizados e das dispensas regulatórias cabíveis, quando aplicáveis;
- VI. eventos condicionantes relevantes para lançamento, colocação, alocação, liquidação e eventual distribuição parcial, quando admitida;
- VII. estratégia aplicável à tranche sujeita à garantia firme e à parcela sujeita ao regime de melhores esforços, conforme os Parâmetros Previamente Aprovados e a documentação da operação; e
- VIII. matriz de aderência entre a Estratégia Final de Distribuição, o CONTRATO, o contrato de distribuição, os documentos da oferta e os Parâmetros Previamente Aprovados.

3.3 O Memorando de Aderência aos Parâmetros Previamente Aprovados deverá demonstrar, de forma objetiva, a compatibilidade do pacote de oferta com as deliberações da SALSEC, o Relatório Consolidado da Estruturação da Fase 2, a Estratégia Preliminar de Estruturação e Distribuição, a Nota Técnica de Viabilidade e Condições de Mercado e a documentação da operação.

3.3.1 O Memorando deverá indicar expressamente se houve alteração, atualização ou necessidade de ajuste em relação aos Parâmetros Previamente Aprovados.

3.3.2 Havendo recomendação de ajuste material, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa técnica, impactos esperados sobre *rating*, demanda, atratividade, suficiência do lastro, capacidade de monetização, proteção da SALSEC, preservação do interesse público e vantajosidade da operação, cabendo exclusivamente à SALSEC deliberar sobre seu acolhimento, rejeição, condicionamento, determinação de ajustes adicionais, retorno a etapa anterior ou não prosseguimento da oferta.

3.3.3 A recomendação da CONTRATADA não confere direito à alteração unilateral da operação, nem autoriza flexibilização por conveniência comercial própria, de terceiro participante da distribuição ou de potencial investidor.

3.4 O Plano de Disponibilização de Informações e Governança do Ambiente Seguro deverá definir, no mínimo:

- I. documentos e materiais sujeitos a disponibilização;
- II. perfis de acesso e níveis de permissão por usuário;
- III. controles de visualização, exportação, *download*, impressão e compartilhamento;
- IV. registro de acessos, *logs*, trilha de auditoria e versionamento;
- V. medidas de confidencialidade, segurança da informação, proteção de dados, minimização e resposta a incidentes;
- VI. mecanismos de verificação e auditoria pela SALSEC; e
- VII. regras para encerramento, bloqueio de acesso, devolução, eliminação ou preservação controlada das informações, conforme aplicável.

3.5A implementação, operação, custeio e manutenção do ambiente seguro e controlado necessário à disponibilização de documentos e informações a potenciais investidores constituem obrigação da CONTRATADA, sem prejuízo de a SALSEC, por conveniência administrativa, disponibilizar ambiente institucional próprio ou compartilhado.

3.5.1 Em qualquer hipótese, o ambiente deverá ser auditável, rastreável e verificável pela SALSEC, observadas as políticas, controles e protocolos de segurança da informação indicados pela SALSEC e a legislação aplicável.

3.6 Nenhuma informação, documento, material, apresentação, base, lâmina, memorando, dado ou peça da oferta poderá ser disponibilizado, encaminhado, compartilhado ou apresentado a potenciais investidores sem aprovação prévia e expressa da SALSEC, ressalvados contatos iniciais estritamente comerciais, sem compartilhamento de conteúdo sensível, técnico, documental ou informacional não previamente aprovado.

3.7 Recebido o Produto 3.1 em versão completa, a SALSEC deliberará sobre sua aprovação, podendo solicitar complementações, determinar ajustes, aprovar o produto, condicionar sua aprovação ou decidir pelo não prosseguimento da oferta, sem que do decurso de prazo decorra aprovação tácita, presumida ou automática.

3.8A aprovação do Produto 3.1 constitui condição necessária para a disponibilização de materiais a investidores, abertura efetiva do ambiente seguro, início organizado da prospecção de mercado e prática de atos externos de distribuição, sem prejuízo das demais aprovações formais exigidas no CONTRATO, neste Anexo e na documentação da operação.

PRODUTO 3.2 – EXECUÇÃO DA OFERTA

4. O Produto 3.2 consiste na execução coordenada da oferta perante o mercado, incluindo a identificação, prospecção e abordagem de potenciais investidores, a realização de apresentações e reuniões, a condução do *bookbuilding*, quando aplicável, e a emissão de relatórios periódicos e relatório consolidado de mercado.
- 4.1 Antes do início da prospecção efetiva, a CONTRATADA deverá apresentar à SALSEC lista-base de investidores-alvo, segmentada por perfil, prioridade e aderência à operação, com indicação, sempre que possível, da justificativa de enquadramento no público-alvo profissional da oferta.
- 4.1.1 A SALSEC poderá vetar, de forma motivada, a abordagem de investidor específico quando houver risco de conflito de interesses, sensibilidade institucional, incompatibilidade com o público-alvo profissional da oferta, restrição regulatória ou outra razão relevante devidamente registrada.
- 4.2 Compete à CONTRATADA, no âmbito do Produto 3.2:
 - I. identificar, prospectar e abordar potenciais investidores compatíveis com a operação;
 - II. coordenar apresentações, reuniões, *roadshow* e demais interações de mercado;
 - III. prestar esclarecimentos aos potenciais investidores, observando estritamente os documentos, materiais e informações previamente aprovados pela SALSEC;
 - IV. adotar as medidas usuais e diligentes de mercado para maximizar a eficiência da colocação, a atratividade da oferta e a preservação dos interesses da SALSEC;
 - V. promover, quando aplicável e autorizado, as providências regulatórias de distribuição perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e, quando cabível, perante a ANBIMA, a B3 ou outras entidades de mercado envolvidas na operação; e
 - VI. manter registro rastreável das interações, diligências, comunicações e evidências relevantes da distribuição.
- 4.3 As reuniões, apresentações, *roadshows* e demais interações relevantes com potenciais investidores deverão ser previamente comunicadas à SALSEC, com indicação mínima de data, horário, formato, participantes previstos e objeto da interação, para que a SALSEC acompanhe ou participe sempre que entender necessário ou conveniente.
- 4.4 Durante a execução da oferta, a CONTRATADA deverá encaminhar relatório semanal de distribuição à SALSEC, contendo, no mínimo:

- I. investidores contatados e investidores a contatar;
- II. estágio das interações em curso;
- III. principais percepções de mercado;
- IV. evolução da demanda, quando disponível;
- V. riscos de colocação identificados;
- VI. pontos de atenção regulatórios, comerciais, operacionais ou institucionais; e
- VII. proposta de ajuste de estratégia, quando cabível.

4.4.1 Sem prejuízo do relatório semanal, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à SALSEC qualquer fato relevante de mercado, alteração material de demanda, risco de não colocação, manifestação sensível de investidor, potencial necessidade de exercício da garantia firme, insuficiência de liquidação ou necessidade de revisão dos Parâmetros Previamente Aprovados.

4.5 Quando aplicável, a CONTRATADA conduzirá o *bookbuilding*, competindo-lhe coletar, registrar e consolidar intenções de investimento, apurar demanda, volumes, taxas, preços e condições indicativas, avaliar a aderência aos Parâmetros Previamente Aprovados e apresentar à SALSEC Relatório Consolidado de *Bookbuilding*.

4.5.1 O Relatório Consolidado de *Bookbuilding* deverá conter, no mínimo:

- I. demanda agregada por faixa de taxa ou preço;
- II. volume potencialmente colocável;
- III. nível de concentração relevante, quando houver;
- IV. premissas de alocação;
- V. aderência ou não aos Parâmetros Previamente Aprovados;
- VI. indicação segregada da demanda relativa à parcela sujeita à garantia firme e à parcela sujeita ao regime de melhores esforços, quando aplicável;
- VII. recomendação técnica da CONTRATADA quanto ao prosseguimento, ajuste, distribuição parcial, reprecificação, reavaliação de parâmetros ou não prosseguimento da oferta; e
- VIII. justificativa técnica para eventuais ajustes recomendados.

4.6 Recebido o Relatório Consolidado de *Bookbuilding*, a SALSEC deliberará, em prazo compatível com a janela de mercado, sobre o prosseguimento da colocação, o volume efetivamente emitido, a remuneração, a alocação, a liquidação, a distribuição parcial, quando admitida, e as demais condições finais da oferta.

- 4.6.1 A decisão final quanto ao prosseguimento da oferta, às condições finais da distribuição e à eventual revisão dos Parâmetros Previamente Aprovados caberá exclusivamente à SALSEC, observados o Edital, o Termo de Referência, o CONTRATO, os documentos da operação, a regulamentação aplicável e, quando cabíveis, as manifestações institucionais da SEFAZ, da PGMS e dos demais órgãos competentes.
- 4.7 Caso, no curso da execução da oferta, seja identificada alteração material de mercado, demanda, rating, lastro, documentação, condição regulatória ou risco da operação que indique a necessidade de ajuste dos Parâmetros Previamente Aprovados, a CONTRATADA deverá apresentar recomendação técnica fundamentada à SALSEC.
- 4.8 O procedimento de colocação observará o regime aprovado pela SALSEC e previsto na documentação da oferta, distinguindo, de forma clara e segregada, a parcela sujeita à garantia firme, a parcela sujeita ao regime de melhores esforços, a série sênior e a eventual série mezanino, bem como, em tratamento documental próprio, a eventual série subordinada, quando prevista, e as responsabilidades da CONTRATADA em relação a cada parcela da tranche de mercado.
- 4.8.1 A obrigação de garantia firme somente será eficaz e exigível nos limites, condições, montantes e procedimentos previstos no CONTRATO, no contrato de distribuição, nos documentos da oferta e nos Parâmetros Previamente Aprovados pela SALSEC.
- 4.8.2 A alocação interna da garantia firme entre instituições participantes de consórcio ou pool de distribuição, quando houver, não afastará a responsabilidade da CONTRATADA perante a SALSEC pela coordenação da oferta e pelo adimplemento das obrigações assumidas nos instrumentos aplicáveis.
- 4.9 No regime de melhores esforços, a CONTRATADA deverá empregar, com observância das práticas usuais e diligentes de mercado, todos os meios técnicos, comerciais, operacionais, documentais, informacionais e regulatórios razoavelmente esperados de instituição coordenadora para promover a colocação da parcela correspondente, sem assumir obrigação automática de subscrição, integralização ou liquidação do saldo não colocado, salvo previsão expressa aprovada pela SALSEC.
- 4.9.1 A insuficiência ou inexistência de colocação da parcela sujeita a melhores esforços não caracterizará, por si só, inadimplemento da CONTRATADA, desde que esta demonstre, de forma objetiva, rastreável e auditável, o cumprimento diligente de seus deveres de coordenação, distribuição, reporte, documentação e observância regulatória.

4.9.2 Configurar-se-á inadimplemento contratual, conforme a gravidade, a prestação de informações inconsistentes, a omissão relevante sobre a distribuição, a condução da oferta em desacordo com a estratégia aprovada, a inobservância injustificada dos deveres de melhores esforços, a recusa ou descumprimento da garantia firme quando eficaz e exigível, ou a adoção de ato que a esvazie, mitigue ou torne ineficaz.

4.10 A não colocação, a colocação parcial ou a não liquidação da oferta somente poderá ocorrer nas hipóteses admitidas no CONTRATO, no Termo de Referência, neste Anexo e na documentação da operação, mediante deliberação formal da SALSEC ou em razão de fato superveniente, impedimento legal ou regulatório, descumprimento de condição precedente essencial, alteração material adversa ou inviabilidade jurídica, operacional ou mercadológica devidamente demonstrada.

4.11 O Produto 3.2 será comprovado, no mínimo, pelos relatórios semanais de distribuição, registros de interação com investidores, comunicações relevantes à SALSEC, Relatório Consolidado de *Bookbuilding*, quando aplicável, evidências de diligência de distribuição, demonstrativos de demanda e documentação de suporte necessária à deliberação da SALSEC sobre as condições finais da oferta.

PRODUTO 3.3 – DOSSIÊ DE FECHAMENTO DA OPERAÇÃO

5. O Produto 3.3 consiste na coordenação assistida, organização e comprovação documental dos atos necessários ao fechamento da operação ou, nas hipóteses admitidas no CONTRATO, no Termo de Referência, neste Anexo e na documentação da oferta, ao encerramento regular da oferta sem liquidação da emissão.

5.1 O Produto 3.3 será comprovado pela entrega, à SALSEC, do Dossiê de Fechamento da Operação, acompanhado do Relatório Consolidado de Encerramento da Fase 3, em formato completo, rastreável e auditável.

5.2 O Dossiê de Fechamento da Operação deverá refletir, conforme o caso:

- I. o fechamento da oferta, com subscrição, alocação final, integralização e liquidação financeira das debêntures sêniores e da série mezanino, caso houver; ou
- II. o encerramento regular da oferta sem liquidação da emissão, com indicação da hipótese admitida, das justificativas técnicas, das deliberações da SALSEC e das providências regulatórias, operacionais e documentais adotadas.

5.3 No caso de fechamento com distribuição, subscrição, integralização e liquidação, o Dossiê deverá conter, no mínimo:

- I. deliberação final da SALSEC sobre as condições da oferta e o fechamento da operação;

- II. documentos finais assinados da emissão, da distribuição e dos instrumentos correlatos indispensáveis ao fechamento;
- III. boletins de subscrição, ordens de investimento, compromissos firmes, aceites, registros eletrônicos ou documentos equivalentes admitidos pela regulamentação aplicável e pela documentação da oferta;
- IV. Mapa Final de Alocação, com identificação da quantidade ofertada, quantidade alocada, série ou classe, preço ou taxa, valor financeiro correspondente e saldo não alocado, não subscrito ou não integralizado, quando houver;
- V. comprovantes, relatórios, extratos ou confirmações de integralização e liquidação financeira, inclusive da infraestrutura de mercado, escriturador, banco liquidante, B3 ou instituição equivalente, quando aplicáveis, bem como, quando houver, os documentos comprobatórios da subscrição e da integralização da série subordinada;
- VI. *checklist* das condições precedentes cumpridas, dispensadas ou remanescentes;
- VII. quadro demonstrativo da colocação da tranche de mercado, com segregação entre a série sênior e a eventual série mezanino, quando aplicável, e indicação, para cada série ou classe, da parcela sujeita à garantia firme, da parcela sujeita ao regime de melhores esforços e dos respectivos resultados de colocação, subscrição, integralização e liquidação;
- VIII. quando houver subscrição de debêntures subordinadas, quadro específico contendo a identificação do subscritor, a quantidade emitida, o valor correspondente, a forma de subscrição e integralização, inclusive por datação em pagamento, e os respectivos documentos comprobatórios;
- IX. indicação da ocorrência ou não de exercício da garantia firme e, se cabível, memória de cálculo do saldo garantido e evidências de sua subscrição, integralização, liquidação ou tratamento aprovado pela SALSEC;
- X. demonstração da parcela colocada, parcialmente colocada ou não colocada sob regime de melhores esforços, acompanhada das evidências de diligência da CONTRATADA;
- XI. *rating* definitivo, carta de confirmação, atualização, reconfirmação ou documento equivalente da agência classificadora, quando aplicável;
- XII. indicação dos documentos, materiais, avisos e providências regulatórias efetivamente adotados, emitidos, divulgados ou praticados no âmbito da oferta;

XIII. identificação de intercorrências relevantes de fechamento e respectivo tratamento; e

XIV. pendências pós-fechamento, quando houver, com indicação do responsável, prazo e providência recomendada.

5.4 No caso de não colocação, colocação parcial sem liquidação ou não liquidação da emissão nas hipóteses admitidas, o Dossiê deverá conter, no mínimo:

- I. descrição objetiva da hipótese ocorrida;
- II. deliberação formal da SALSEC quanto ao encerramento da oferta ou ao não prosseguimento da liquidação;
- III. demonstração das diligências de distribuição efetivamente realizadas pela CONTRATADA;
- IV. registros de *bookbuilding*, prospecção, interações com investidores, comunicações relevantes e percepções de mercado, quando aplicáveis;
- V. indicação segregada da parcela abrangida pela garantia firme, da parcela sujeita a melhores esforços e do tratamento dado a cada uma;
- VI. justificativa técnica, jurídica, regulatória, operacional ou mercadológica para o encerramento sem liquidação; e
- VII. providências regulatórias, operacionais e documentais de encerramento adotadas ou pendentes.

5.5 A CONTRATADA deverá coordenar, nos limites de seu escopo, os atos necessários ao fechamento documental, à subscrição, à alocação, à integralização e à liquidação financeira da oferta, incluindo a articulação com a SALSEC, agente fiduciário, escriturador, banco liquidante, banco mandatário ou agente de pagamento, B3, agência classificadora e demais prestadores indispensáveis ao fechamento da operação.

5.5.1 A atuação da CONTRATADA prevista no item anterior não implica assunção de atribuições próprias da SALSEC, do agente fiduciário, do escriturador, do banco liquidante, da infraestrutura de mercado ou de outros prestadores essenciais, nem transferência de funções fiduciárias, de administração do patrimônio separado, de movimentação de contas, de escrituração ou de liquidação.

5.6 A assinatura dos documentos finais deverá observar a legislação aplicável, o Estatuto Social da SALSEC, as deliberações internas competentes, os poderes de representação das partes e a documentação da operação, cabendo à CONTRATADA coordenar a circulação das versões finais, apoiar a verificação de condições precedentes e organizar a consolidação das vias executadas.

5.7 A obtenção de *rating definitivo*, atualizado, reconfirmado ou documento equivalente somente será exigida quando aplicável, especialmente em caso de alteração material entre a estrutura analisada no rating preliminar e a estrutura final da emissão, exigência regulatória ou de mercado, decurso relevante de prazo, fato superveniente com potencial impacto no risco da operação ou deliberação formal da SALSEC.

5.8 Os prestadores essenciais necessários ao fechamento deverão estar definidos, contratados ou formalmente engajados em momento compatível com a assinatura dos documentos finais, a distribuição, a subscrição, a integralização, a liquidação financeira e o encerramento regular da oferta, cabendo à CONTRATADA prestar apoio técnico à sua integração e compatibilização documental, operacional e informacional, nos limites do escopo contratado.

5.8.1 A disciplina de suporte à implantação operacional inicial, integração pós-fechamento, transição e estabilização observará a Fase 4, sem prejuízo de atividades preparatórias ou concomitantes necessárias ao fechamento da Fase 3.

5.9 O Relatório Consolidado de Encerramento da Fase 3 deverá apresentar síntese objetiva da distribuição realizada, do resultado do *bookbuilding*, quando aplicável, das condições finais da emissão, da alocação, da integralização e da liquidação das debêntures, do resultado da garantia firme, da colocação em regime de melhores esforços, das providências regulatórias, das pendências remanescentes e da recomendação técnica de encerramento da Fase 3.

5.10 O Dossiê de Fechamento da Operação e o Relatório Consolidado de Encerramento da Fase 3 constituem os documentos formais de encerramento técnico da Fase 3, aptos a subsidiar o aceite da SALSEC, a validação do fechamento, a deliberação sobre pendências pós-fechamento e, quando cabível, a transição para a Fase 4.

5.11 A entrega ou aprovação do Produto 3.3 não implicará reabertura das condições finais da distribuição já aprovadas e executadas, nem afastará eventual responsabilização da CONTRATADA por inconsistência documental, descumprimento de deveres de distribuição, falha de coordenação, inobservância dos Parâmetros Previamente Aprovados, descumprimento da garantia firme quando eficaz e exigível, ou insuficiência das evidências necessárias à comprovação do fechamento ou do encerramento regular da oferta.

DISPOSIÇÕES GERAIS DA FASE 3

6. Nenhum documento, material, informação, apresentação, comunicação regulatória, protocolo externo, roadshow, coleta de intenção de investimento, bookbuilding, alocação final, fechamento ou liquidação poderá ser praticado em desacordo com os Parâmetros Previamente Aprovados, com os materiais aprovados pela SALSEC e com a regulamentação aplicável.
- 6.1A SALSEC poderá, mediante decisão motivada, limitar, suspender, reprogramar ou não autorizar atos de distribuição quando identificar risco jurídico, regulatório, operacional, informacional, econômico-financeiro, mercadológico, reputacional ou desalinhamento com os Parâmetros Previamente Aprovados.
- 6.2A realização de atos preparatórios, reuniões internas, ajustes documentais, organização de arquivos, interação operacional com prestadores essenciais ou preparação de providências regulatórias não importará aceite de produto, aprovação tácita, autorização automática de lançamento da oferta, início de distribuição, fechamento ou liquidação da emissão.

MARCOS DECISÓRIOS DA FASE 3

7. Constituem marcos decisórios relevantes da Fase 3, entre outros:
- I. autorização formal da SALSEC para início da Fase 3, após conclusão satisfatória da Fase 2 e aprovação dos documentos, condições e premissas necessárias ao lançamento da oferta;
 - II. aprovação do Produto 3.1, da Estratégia Final de Distribuição, dos materiais da oferta, do ambiente seguro e do Memorando de Aderência aos Parâmetros Previamente Aprovados;
 - III. aprovação dos documentos, comunicações, protocolos, avisos ou providências regulatórias perante CVM, ANBIMA, B3 ou demais entidades competentes, quando aplicável;
 - IV. autorização para início da prospecção efetiva, roadshow, disponibilização de materiais a investidores, abertura do ambiente seguro, bookbuilding ou ato equivalente de interação externa com o mercado;
 - V. deliberação da SALSEC, após o Relatório Consolidado de *Bookbuilding*, sobre prosseguimento da colocação, volume, remuneração, alocação, liquidação, distribuição parcial, eventual ajuste dos Parâmetros Previamente Aprovados ou não prosseguimento da oferta;
 - VI. aprovação prévia das cláusulas do contrato de distribuição relativas à garantia firme, melhores esforços, alocação, liquidação, condições precedentes e hipóteses de não colocação ou não liquidação;
 - VII. deliberação final da SALSEC sobre fechamento, liquidação, encerramento regular da oferta sem liquidação ou transição para a Fase 4, quando cabível.

ENCERRAMENTO DA FASE 3

8. A Fase 3 somente será considerada concluída quando, cumulativamente:
- I. o Produto 3.1 houver sido entregue em versão completa, rastreável e auditável, e aprovado pela SALSEC;
 - II. o Produto 3.2 houver sido executado, com apresentação dos relatórios de distribuição, registros de interação com investidores, Relatório Consolidado de Bookbuilding, quando aplicável, e deliberação formal da SALSEC sobre as condições finais da oferta;
 - III. o Produto 3.3 houver sido concluído, com entrega do Dossiê de Fechamento da Operação e do Relatório Consolidado de Encerramento da Fase 3, comprovando, conforme o caso, a subscrição, alocação final, integralização e liquidação financeira da emissão, ou formalizando, de modo completo, rastreável e auditável, o encerramento regular da oferta sem liquidação;
 - IV. estiver documentado, quando aplicável, demonstrativo da colocação da tranche de mercado, com segregação entre a série sênior e a eventual série mezanino, quando aplicável, e indicação, para cada série ou classe, da parcela sujeita à garantia firme, da parcela sujeita ao regime de melhores esforços e dos respectivos resultados de colocação, subscrição, integralização e liquidação;
 - V. quando houver emissão de debêntures subordinadas, quadro específico contendo a identificação do subscritor, a quantidade emitida, o valor correspondente, a forma de subscrição e integralização, inclusive por dação em pagamento, e os respectivos documentos comprobatórios; e
 - VI. a SALSEC emitir manifestação formal de aceite técnico da fase e deliberação quanto ao encerramento do escopo principal da Fase 3, ao início da Fase 4, quando cabível, ou ao encerramento regular da oferta sem liquidação.
- 8.1 A Fase 3 poderá ser considerada validamente concluída ainda que a oferta não seja liquidada, desde que o encerramento sem liquidação decorra de hipótese admitida no CONTRATO, no Termo de Referência, neste Anexo ou na documentação da oferta, e esteja comprovado de forma completa, técnica, rastreável e auditável.
- 8.2 A conclusão da Fase 3 não implicará reabertura automática das condições finais da oferta já aprovadas e executadas, nem afastará eventual responsabilização da CONTRATADA por falha de coordenação, documentação insuficiente, inobservância dos Parâmetros Previamente Aprovados, descumprimento de deveres de distribuição ou descumprimento da garantia firme quando eficaz e exigível.

8.3A transição para a Fase 4 poderá ser preparada de forma concomitante, parcial ou escalonada, quando necessário à integração de prestadores essenciais, escrituração, liquidação financeira, início de obrigações periódicas ou estabilização operacional inicial, sem prejuízo do aceite técnico formal da Fase 3.

APÊNDICE “D” DO ANEXO IV

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DA FASE 4

FASE PRELIMINAR DE IMPLANTAÇÃO OPERACIONAL PÓS-LIQUIDAÇÃO

1 FINALIDADE DA FASE 4

A Fase 4 tem por finalidade prestar suporte técnico inicial à implantação operacional da emissão, à integração entre a SALSEC e os prestadores essenciais e à transição para a rotina de acompanhamento e manutenção da operação após o fechamento e, quando aplicável, após a liquidação da emissão, possuindo natureza exclusivamente consultiva, técnica, recomendatória, comparativa e de coordenação inicial.

A FASE 4 – FASE PRELIMINAR DE IMPLANTAÇÃO OPERACIONAL PÓS-LIQUIDAÇÃO:

2. A Fase 4 – Fase Preliminar de Implantação Operacional Pós-Liquidação compreende a execução e a entrega de 3 (três) Produtos, observados os prazos, dependências, condições de aceite e critérios de conclusão estabelecidos neste item:

- I. Produto 4.1: Plano de Suporte Operacional Inicial;
- II. Produto 4.2: Suporte à Implantação e Integração;
- III. Produto 4.3: Relatório Consolidado de Implantação Operacional Inicial Pós-Liquidação e Transição.

2.1 A Fase 4 observará a natureza, os limites materiais e as vedações previstos nas Disposições Gerais deste Anexo, restringindo-se ao suporte técnico inicial à implantação, integração, transição e estabilização operacional da emissão.

PRODUTO 4.1 – PLANO DE SUPORTE OPERACIONAL INICIAL

3. O Produto 4.1 consiste na elaboração e submissão à aprovação da SALSEC do Plano de Suporte Operacional Inicial, destinado a organizar a implantação operacional inicial da emissão, a integração entre a SALSEC e os prestadores essenciais, a transição para a rotina de acompanhamento pós-fechamento e a estabilização inicial dos fluxos operacionais, informacionais e documentais da operação de securitização.

- 3.1 O Produto 4.1 deverá observar a estrutura efetivamente aprovada e implementada, os Parâmetros Previamente Aprovados, o Dossiê de Fechamento da Operação, o Relatório Consolidado de Encerramento da Fase 3, a documentação final da emissão e os limites do escopo contratado.

3.1.1 O Produto 4.1 não importará assunção, pela CONTRATADA, de atribuições próprias da SALSEC, do agente fiduciário, do escriturador, do banco liquidante, da infraestrutura de mercado ou de outros prestadores essenciais.

3.2 Para os fins deste Anexo, consideram-se prestadores essenciais, conforme a estrutura efetivamente implementada, aqueles indispensáveis à emissão, escrituração, registro, liquidação financeira, classificação de risco, representação fiduciária, pagamentos, informações periódicas, conciliação operacional e demais providências necessárias ao funcionamento inicial da operação, incluindo, quando aplicável, agente fiduciário, escriturador, banco mandatário ou agente de pagamento, banco liquidante, agência classificadora de risco, assessoria jurídica especializada, assessoria de cobrança, B3 ou infraestrutura de mercado equivalente, e demais prestadores definidos na documentação da operação.

3.3 O Plano de Suporte Operacional Inicial deverá conter, no mínimo:

- I. calendário inicial das obrigações operacionais, informacionais, regulatórias e documentais relacionadas à emissão;
- II. matriz de interfaces entre SALSEC, CONTRATADA, partes interessadas e prestadores essenciais;
- III. fluxo de comunicações, validações, responsáveis e prazos de resposta;
- IV. organização inicial dos fluxos informacionais necessários ao acompanhamento da performance dos direitos creditórios pela SALSEC e pelos prestadores competentes;
- V. organização inicial dos fluxos informacionais relativos a caixa, contas vinculadas, waterfall, índices, reservas, gatilhos e demais mecanismos previstos na documentação da emissão, sem execução material desses fluxos pela CONTRATADA;
- VI. plano inicial de relatórios, documentos, evidências e obrigações periódicas da operação;
- VII. identificação de riscos operacionais, documentais, informacionais, regulatórios e de integração no período inicial; e
- VIII. medidas mitigadoras, providências recomendadas, responsáveis e prazos estimados.

3.4 O Produto 4.1 deverá conter Matriz de Prestadores Essenciais, indicando, no mínimo:

- I. prestador, função e escopo resumido na operação;
- II. situação de contratação ou engajamento;

- III. instrumento contratual ou documento aplicável;
- IV. entregáveis principais esperados;
- V. marcos de implantação e início de atuação;
- VI. interfaces com a SALSEC, a CONTRATADA e demais prestadores;
- VII. parâmetros operacionais e informacionais mínimos;
- VIII. riscos, pendências e medidas mitigadoras; e
- IX. responsável principal pelo acompanhamento de cada interface.

3.5 Na hipótese de prestador essencial já definido, contratado ou formalmente engajado na Fase 3 ou na documentação da operação, a atuação da CONTRATADA no Produto 4.1 ficará limitada à organização das interfaces, fluxos, marcos, pendências, validações e providências de integração e estabilização inicial, sem reabertura automática do processo de seleção ou contratação.

3.6 Recebido o Produto 4.1 em versão completa, a SALSEC deliberará sobre sua aprovação, podendo solicitar complementações, determinar ajustes, aprovar o produto ou condicionar sua aprovação, sem que do decurso de prazo decorra aprovação tácita, presumida ou automática.

3.7 A aprovação do Produto 4.1 constitui condição para o início organizado das atividades de suporte à implantação e integração previstas no Produto 4.2, sem prejuízo de atividades preparatórias ou concomitantes necessárias à continuidade operacional da emissão e formalmente autorizadas pela SALSEC.

PRODUTO 4.2 – SUPORTE À IMPLANTAÇÃO E INTEGRAÇÃO

4. O Produto 4.2 consiste na prestação de suporte técnico à implantação operacional inicial da emissão, à integração entre a SALSEC e os prestadores essenciais, à compatibilização de fluxos, documentos, cronogramas e validações, e à estabilização inicial da operação, observados o Plano de Suporte Operacional Inicial aprovado, a documentação final da emissão e os limites do escopo contratado.

4.1 A atuação da CONTRATADA no Produto 4.2 terá natureza técnica, consultiva, comparativa, recomendatória organizacional e de coordenação inicial, não implicando gestão da operação, administração do patrimônio separado, movimentação de contas, execução de waterfall, monitoramento fiduciário, escrituração, custódia, liquidação financeira ou assunção de atribuições próprias da SALSEC ou de prestadores essenciais.

4.2 Compete à CONTRATADA, no âmbito do Produto 4.2, quando aplicável:

- I. apoiar a implantação inicial e a integração dos prestadores essenciais já definidos, contratados ou formalmente engajados;

- II. apoiar tecnicamente a seleção, contratação residual, substituição, engajamento ou formalização de prestadores essenciais ainda não concluídos, sempre nos limites do escopo contratado e em estrita observância à Lei nº 13.303/2016, ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SALSEC, à governança interna aplicável e aos procedimentos formais de contratação da Companhia, sem poderes para contratar, substituir ou formalizar prestadores em nome da SALSEC.
 - III. compatibilizar cronogramas, fluxos, documentos, interfaces, validações e responsabilidades operacionais entre a SALSEC e os prestadores essenciais;
 - IV. acompanhar o cumprimento dos marcos iniciais necessários à entrada regular em operação da emissão;
 - V. organizar fluxos informacionais, documentais e procedimentais necessários ao acompanhamento inicial da operação;
 - VI. apoiar a transição para a rotina de acompanhamento e manutenção pós-fechamento;
 - VII. identificar pendências, riscos de integração, incompatibilidades operacionais e providências necessárias; e
 - VIII. apresentar recomendações técnicas, responsáveis sugeridos, prazos estimados e medidas mitigadoras.
- 4.3 Quando houver necessidade de seleção, contratação residual, substituição ou formalização de prestador essencial ainda não definido, contratado ou formalmente engajado, a CONTRATADA deverá apresentar à SALSEC Memorando Comparativo de Prestadores Essenciais, contendo, sempre que houver pluralidade viável de agentes no mercado:
- I. alternativas disponíveis e respectivas propostas, cotações ou manifestações formais de interesse;
 - II. comparação de preço, escopo, experiência, qualificação técnica, capacidade operacional, aderência ao cronograma, integração com os demais prestadores, riscos relevantes, potenciais conflitos de interesse e condições contratuais essenciais;
 - III. indicação das diligências realizadas para obtenção das alternativas;
 - IV. recomendação técnica fundamentada; e
 - V. eventuais pontos que demandem análise jurídica, regulatória, operacional ou deliberação específica da SALSEC.

- 4.3.1 Na impossibilidade de apresentação de alternativas comparáveis, ou quando a comparação plural não for adequada em razão de exigência regulatória, infraestrutura de mercado, especialização técnica, continuidade operacional, urgência do cronograma ou outra circunstância devidamente justificada, a CONTRATADA deverá demonstrar as diligências realizadas, as alternativas efetivamente identificadas e as razões que limitaram ou afastaram a comparação, submetendo o caso à deliberação da SALSEC.
- 4.4 A recomendação técnica da CONTRATADA não vincula a SALSEC, tampouco confere à CONTRATADA poder de escolha, contratação, substituição ou formalização de prestador essencial, cabendo exclusivamente à SALSEC deliberar sobre o acolhimento, rejeição, condicionamento ou determinação de ajustes adicionais, conforme sua governança interna e a documentação da operação.
- 4.5 Quando o prestador essencial já tiver sido definido, contratado ou formalmente engajado em etapa ou fase anterior da operação, a atuação da CONTRATADA ficará limitada à integração, compatibilização, transição, implantação operacional inicial, estabilização e demais providências correlatas ao seu escopo, sem reabertura automática do processo de seleção ou contratação.
- 4.6 A CONTRATADA poderá apoiar a negociação técnica e documental com os prestadores essenciais selecionados pela SALSEC, sem praticar atos privativos de advocacia, sem substituir a atuação dos órgãos ou assessorias jurídicas competentes e sem assumir responsabilidade por decisões negociais, jurídicas ou contratuais atribuídas à SALSEC.
- 4.7 Caso, durante a execução do Produto 4.2, seja identificada incompatibilidade operacional, documental, regulatória ou informacional capaz de afetar a implantação inicial, a regularidade dos fluxos ou a estabilidade operacional da emissão, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à SALSEC e apresentar recomendação técnica de tratamento, sem que disso decorra autorização para alterar unilateralmente a estrutura da operação, as condições finais da oferta, a composição do lastro, a safra, a coorte, a data-base, os mecanismos de proteção, o regime de colocação ou as premissas de garantia firme.
- 4.8 Sem prejuízo da segregação de responsabilidades própria de cada prestador essencial, a CONTRATADA permanecerá responsável perante a SALSEC pela coordenação, integração, compatibilização e tempestividade dos entregáveis, providências e fluxos compreendidos no seu escopo contratual, especialmente quanto à organização das informações, documentos, relatórios, minutas, interfaces e procedimentos necessários ao acompanhamento inicial da operação.

4.9 O Produto 4.2 será comprovado pela apresentação dos documentos, evidências e registros das atividades efetivamente executadas, incluindo, quando aplicável:

- I. Memorando Comparativo de Prestadores Essenciais;
- II. registro das recomendações técnicas submetidas à SALSEC;
- III. evidências de integração entre SALSEC e prestadores essenciais;
- IV. matriz atualizada de fluxos, interfaces, responsáveis, prazos e pendências;
- V. registro das validações, reuniões, comunicações e providências adotadas;
- VI. indicação de riscos remanescentes e medidas mitigadoras; e
- VII. síntese do *status* de implantação e estabilização inicial.

4.10 Recebido o Produto 4.2 em versão completa, a SALSEC deliberará sobre sua aprovação, podendo solicitar complementações, determinar ajustes, aprovar o produto ou condicionar sua aprovação, sem que do decurso de prazo decorra aprovação tácita, presumida ou automática.

PRODUTO 4.3 – RELATÓRIO CONSOLIDADO DE IMPLANTAÇÃO OPERACIONAL INICIAL PÓS-LIQUIDAÇÃO E TRANSIÇÃO

5. O Produto 4.3 consiste na elaboração e submissão à SALSEC do Relatório Consolidado de Implantação Operacional Inicial Pós-Liquidação e Transição, destinado a consolidar as providências executadas na Fase 4, o status dos prestadores essenciais, os marcos de implantação implementados, as pendências remanescentes, os responsáveis por seu acompanhamento e a avaliação técnica da estabilidade operacional inicial da emissão.

5.1 O Relatório Consolidado de Implantação Operacional Inicial Pós-Liquidação e Transição constitui o documento formal de encerramento técnico da Fase 4, apto a subsidiar o aceite da SALSEC e a deliberação quanto à conclusão do suporte operacional inicial contratado.

5.2 O Produto 4.3 deverá conter, no mínimo:

- I. síntese executiva das atividades realizadas na Fase 4;
- II. indicação dos Produtos 4.1 e 4.2 entregues, aprovados, complementados ou condicionados pela SALSEC;
- III. status dos prestadores essenciais, com indicação daqueles definidos, contratados, formalmente engajados, integrados ou ainda sujeitos a providências posteriores;

- IV. matriz consolidada de interfaces entre SALSEC, CONTRATADA e prestadores essenciais;
 - V. calendário inicial de obrigações operacionais, informacionais, documentais e regulatórias da emissão;
 - VI. status da organização, parametrização e integração inicial dos fluxos de comunicação, validação, reporte, conciliação informacional, acompanhamento do lastro, contas vinculadas, waterfall, índices, reservas, gatilhos e demais mecanismos previstos na documentação da operação, sem execução material desses fluxos pela CONTRATADA;
 - VII. registro dos marcos de implantação, transição e estabilização inicial implementados;
 - VIII. identificação de pendências remanescentes, com indicação de responsável, prazo estimado, risco associado, impacto operacional e providência recomendada;
 - IX. avaliação técnica da estabilidade operacional inicial da emissão, limitada aos fluxos, interfaces e providências compreendidos no escopo contratado;
 - X. indicação de riscos operacionais, documentais, informacionais, regulatórios ou de integração ainda existentes e respectivas medidas mitigadoras;
 - XI. registro das recomendações técnicas apresentadas pela CONTRATADA e das deliberações da SALSEC; e
 - XII. recomendação técnica quanto ao encerramento da Fase 4 ou à necessidade de complementações específicas antes do aceite técnico.
- 5.3 O Relatório deverá observar a estrutura efetivamente aprovada e implementada, os Parâmetros Previamente Aprovados, o Dossiê de Fechamento da Operação, o Relatório Consolidado de Encerramento da Fase 3, a documentação final da emissão e os limites materiais e temporais do escopo contratado.
- 5.4 A identificação de pendências remanescentes não impedirá, por si só, o encerramento da Fase 4, desde que tais pendências estejam organizadas, justificadas, atribuídas a responsáveis e não impeçam o início regular da operação nem comprometam os fluxos operacionais essenciais da emissão.

- 5.5 Caso, durante a elaboração do Produto 4.3, seja identificada inconsistência operacional, documental, regulatória ou informacional relevante, a CONTRATADA deverá registrá-la no Relatório, indicar seus impactos potenciais e recomendar providências de tratamento, sem que disso decorra autorização para reabrir ou alterar unilateralmente as condições finais da oferta, a composição do lastro, a safra, a coorte, a data-base, os mecanismos de proteção, o regime de colocação, as premissas de garantia firme ou qualquer outro parâmetro estrutural da operação.
- 5.6 A aprovação do Produto 4.3 não transferirá à CONTRATADA atribuições próprias da SALSEC, do agente fiduciário, do escriturador, do banco liquidante, da infraestrutura de mercado, da agência classificadora ou de quaisquer outros prestadores essenciais, nem implicará responsabilidade da CONTRATADA pela manutenção integral da operação durante a vigência das debêntures.
- 5.7 Recebido o Produto 4.3 em versão completa, técnica e rastreável, a SALSEC deliberará sobre sua aprovação, podendo solicitar complementações, determinar ajustes, aprovar o produto, condicionar sua aprovação ou declarar encerrado o suporte operacional inicial contratado, sem que do decurso de prazo decorra aprovação tácita, presumida ou automática.
- 5.8 A aprovação do Produto 4.3 e a manifestação formal de aceite técnico da SALSEC encerrarão a Fase 4, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA por inconsistências, omissões, falhas de coordenação ou insuficiência de evidências relativas às atividades compreendidas no escopo contratado.

DISPOSIÇÕES GERAIS DA FASE 4

6. A Fase 4 será executada com base na estrutura efetivamente aprovada e implementada, nos Parâmetros Previamente Aprovados, no Dossiê de Fechamento da Operação, no Relatório Consolidado de Encerramento da Fase 3, na documentação final da emissão e nos limites materiais e temporais do escopo contratado.
- 6.1 A Fase 4 possui natureza técnica, consultiva, recomendatória, comparativa e de coordenação inicial, limitada à implantação operacional inicial, à integração de prestadores essenciais, à transição e à estabilização inicial dos fluxos operacionais, informacionais e documentais da emissão.

- 6.2 As atividades da Fase 4 não implicam gestão da operação, administração do patrimônio separado, movimentação de contas, execução de waterfall, custódia, escrituração, liquidação financeira, monitoramento fiduciário, decisão sobre investimentos, recomposição de lastro, atuação decisória sobre eventos da emissão ou assunção de atribuições próprias da SALSEC, do agente fiduciário, do escriturador, do banco liquidante, da infraestrutura de mercado ou de outros prestadores essenciais.
- 6.3 Caso, durante a Fase 4, seja identificada inconsistência operacional, documental, regulatória ou informacional relevante, a CONTRATADA deverá registrá-la, indicar seus impactos potenciais e recomendar providências de tratamento, cabendo exclusivamente à SALSEC deliberar sobre as medidas cabíveis, conforme sua governança interna e a documentação da operação.
- 6.4 A execução antecipada, concomitante, parcial ou escalonada de atividades da Fase 4 durante a Fase 3 não implicará aceite técnico da Fase 3, conclusão automática de fase anterior, autorização de fechamento, liquidação ou dispensa das deliberações formais da SALSEC.
- 6.5 A existência de pendências remanescentes não impedirá, por si só, o encerramento da Fase 4, desde que estejam devidamente identificadas, justificadas, atribuídas a responsáveis, acompanhadas de prazos ou providências recomendadas e não impeçam o início regular da operação nem comprometam os fluxos operacionais essenciais da emissão.

MARCOS DECISÓRIOS DA FASE 4

7. Constituem marcos decisórios relevantes da Fase 4, entre outros:
- I. aprovação, pela SALSEC, do Produto 4.1 – Plano de Suporte Operacional Inicial;
 - II. deliberação da SALSEC sobre a necessidade de seleção, contratação residual, substituição, formalização ou integração de prestadores essenciais, quando cabível;
 - III. aprovação ou ciência formal, conforme o caso, das recomendações técnicas, matrizes comparativas, fluxos, interfaces, pendências e providências de integração apresentados pela CONTRATADA;
 - IV. apresentação do Produto 4.3 – Relatório Consolidado de Implantação Operacional Inicial e Transição; e
 - V. manifestação formal da SALSEC quanto ao aceite técnico da fase ou ao encerramento do suporte operacional inicial contratado.

ENCERRAMENTO DA FASE 4

8. A Fase 4 somente será considerada concluída quando, cumulativamente:
- I. o Produto 4.1 houver sido entregue em versão completa, técnica e rastreável, e aprovado pela SALSEC;
 - II. o Produto 4.2 houver sido executado nos limites materiais cabíveis à estrutura da operação e ao escopo contratado, com comprovação do suporte efetivamente prestado à implantação inicial, integração, compatibilização de fluxos e, quando cabível, seleção ou contratação residual de prestadores essenciais;
 - III. o Produto 4.3 houver sido entregue em versão completa, técnica e rastreável, com consolidação das providências executadas, marcos implementados, pendências remanescentes, responsáveis e avaliação da estabilidade operacional inicial; e
 - IV. a SALSEC emitir manifestação formal de aceite técnico da fase ou de encerramento do suporte operacional inicial contratado.
- 8.1 A conclusão da Fase 4 não dependerá da contratação simultânea, por um único momento ou por um único rito, de todos os prestadores essenciais da operação, bastando que os indispensáveis ao fechamento e ao início regular da operação estejam validamente definidos, contratados ou formalmente engajados no momento devido, e que eventuais pendências remanescentes estejam organizadas, justificadas e consignadas no Relatório Consolidado de Implantação Operacional Inicial Pós-Liquidação e Transição, desde que não comprometam o início regular da operação nem os fluxos operacionais essenciais da emissão.
- 8.2 A aprovação do Produto 4.3 e o aceite técnico da Fase 4 não transferem à CONTRATADA a responsabilidade pela manutenção integral da operação durante a vigência das debêntures, nem afastam sua responsabilidade por inconsistências, omissões, falhas de coordenação ou insuficiência de evidências relativas às atividades compreendidas no escopo contratado.